



Rafael Henrique de Albuquerque

**O papel da educação política na construção de um
conhecimento geográfico poderoso na escola**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia pelo programa de Pós-graduação em Geografia do Departamento de Geografia e Meio Ambiente da PUC-Rio.

Orientadora: Profa. Dra. Rejane Cristina de Araújo Rodrigues

Rio de Janeiro
setembro de 2021



Rafael Henrique de Albuquerque

**O papel da educação política na construção de um
conhecimento geográfico poderoso na escola**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre pelo Programa
de Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio.
Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

Profa. Dra. Rejane Cristina de Araújo Rodrigues

Orientadora

Departamento de Geografia e Meio Ambiente – PUC-Rio

Prof. Dr. Daniel Abreu de Azevedo

Departamento de Geografia – UNB

Prof. Dr. João Luiz Figueiredo Silva

Departamento de Geografia e Meio Ambiente – PUC-Rio

Prof. Dr. Marcelo Alonso Moraes

Departamento de Geografia e Meio Ambiente – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 2021

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem autorização da universidade, da autoria e do orientador.

Rafael Henrique de Albuquerque

Graduou-se em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 2018. Participou durante três anos e meio do projeto PIBID-PUC Rio, desenvolvendo pesquisas e atividades relacionadas ao ensino de geografia escolar. Atualmente integra o Núcleo de Estudos em Cidadania e Política no Ensino de Geografia (NECPEG). Atua como professor no Ensino Fundamental e Ensino Médio em escolas da

Ficha Catalográfica

Albuquerque, Rafael Henrique de

O papel da educação política na construção de um conhecimento geográfico poderoso na escola / Rafael Henrique de Albuquerque ; orientadora: Rejane Cristina de Araújo Rodrigues. – 2021.

103 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia e Meio Ambiente, 2021.

Inclui bibliografia

1. Geografia e Meio Ambiente - Teses. 2. Educação política. 3. Conhecimento poderoso. 4. Conceitos liminares. 5. Geografia escolar. I. Rodrigues, Rejane Cristina de Araújo. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Geografia e Meio Ambiente. III. Título.

CDD: 910

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Antes de mais nada, agradeço a Deus e aos orixás pela dádiva que é estar vivo e com saúde para a realização deste trabalho.

Aos meus pais Tânia e Paulo, aos meus irmãos, Henrique e Rodrigo, aos meus sogros (que também são como pais), Marinea e Marivaldo, a minha amada esposa Amanda pelo companheirismo e o afeto de sempre.

A todos amigos e amigas que de alguma maneira contribuíram, seja pela compreensão em decorrência da minha ausência em vários momentos, pois estava ocupado com esta pesquisa, seja pelas palavras de apoio, principalmente nos momentos difíceis.

Aos meus colegas de graduação e do mestrado pelas trocas de conhecimento.

A minha orientadora Rejane, por aceitar esta tarefa, pela forma carinhosa, paciente e acessível com que sempre me atendeu e pelas preciosas sugestões para os rumos desta pesquisa.

Aos integrantes da banca, primeiramente pelo aceite em contribuir com esta pesquisa. Especialmente ao professor Daniel Azevedo pela contribuição inicial e inspiração, a partir de seus textos, para a apreensão da importância em se trabalhar a política nas aulas de Geografia. Novamente à professora Rejane Rodrigues, juntamente aos professores Marcelo Alonso e João Luiz, que a partir de suas aulas instigantes desde a graduação, contribuíram para a minha formação, não só como geógrafo, mas como cidadão.

A todos os professores da minha vida.

Gratidão!

Resumo

Albuquerque, Rafael Henrique; Rodrigues, Rejane Cristina de Araújo. **O papel da educação política na construção de um conhecimento geográfico poderoso na escola.** Rio de Janeiro, 2021. 103 p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Geografia e Meio Ambiente, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral, de 2014 a 2018, o número de jovens eleitores com idade entre 16 e 17 anos decresceu mais de 14% no Brasil. Esse aparente desinteresse dos jovens é preocupante, posto que o fortalecimento da democracia está diretamente ligado ao nível de formação política das pessoas. Este panorama desperta a seguinte questão: como a educação política nas aulas de geografia escolar contribui para o empoderamento dos estudantes através do aperfeiçoamento da cidadania? Diante disso, nesta dissertação objetiva-se analisar o potencial da educação política em tornar o conhecimento geográfico poderoso no Ensino Básico. Os procedimentos metodológicos basearam-se em estudos de cunho teórico acerca dos seguintes temas: práticas políticas brasileiras; letramento político; conceitos liminares; política nos currículos escolares; e o conhecimento poderoso relacionado à Geografia. Baseou-se também na aplicação de questionários a estudantes do Ensino Básico visando identificar o nível de conhecimento sobre política; o grau de importância dado à política como contributo para transformações espaciais; o grau de importância dado a possibilidade de estudarem política na escola; e o nível de conhecimento sobre as funções no Sistema Político Brasileiro. Alguns resultados mostram que: 96% conhecem nada ou pouco sobre política; apenas 37% consideram que a política contribui para transformações espaciais; 84% acham muito importante ou importante estudar política na escola; e houve desconhecimento quase total sobre as funções de vereadores, deputados, prefeitos etc. Acreditamos que esta pesquisa possa fomentar discussões e ações pedagógicas para a promoção do conhecimento sobre política nas aulas de geografia escolar.

Palavras-chave

Educação política; conhecimento poderoso; conceitos liminares; geografia escolar.

Abstract

Albuquerque, Rafael Henrique. Rodrigues, Rejane Cristina de Araújo (Advisor). **The role of political education in Building powerful geographical knowledge at school.** Rio de Janeiro, 2021. 103p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Geografia e Meio Ambiente, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

According to the Superior Electoral Court, from 2014 to 2018, the number of young voters aged between 16 and 17 years decreased by more than 14% in Brazil. This apparent lack of interest on the part of young people is worrying, since the strengthening of democracy is directly linked to the level of people's political education. This panorama raises the following question: how does political education in school geography classes contribute to the empowerment of students through the improvement of citizenship? Therefore, this dissertation aims to analyze the potential of political education to make geographic knowledge powerful in Basic Education. The methodological procedures were based on theoretical studies on the following themes: brazilian political practices; political literacy; threshold concepts; politics in school curricula; and the powerful knowledge related to geography. It was also based on the application of questionnaires to Basic Education students in order to identify the level of knowledge about politics; the degree of importance given to politics as a contribution to spatial transformations; the degree of importance given to the possibility of studying politics at school; and the level of knowledge about the functions in the Brazilian Political System. Some results show that: 96% know nothing or little about politics; only 37% believe that politics contributes to spatial transformations; 84% think it is very important or important to study politics at school; and there was almost total lack of knowledge about the functions of councilors, deputies, mayors, etc. We believe that this research can foster discussions and pedagogical actions to promote knowledge about politics in school geography classes.

Keywords

Political education ; powerful knowledge; threshold concepts; school geography.

Sumário

Apresentação.....	8
Capítulo1 – Introdução ao problema	11
Capítulo 2 - O poder do conhecimento político e sua contribuição para o fortalecimento da democracia	16
2.1. Uma breve análise das práticas políticas no Brasil.....	19
2.2. Política: tema imprescindível à Geografia	25
2.3. As diferentes concepções de política no contexto escolar....	29
2.4. A política nos documentos normativos e orientadores dos currículos	32
2.5. O desconhecimento sobre política e suas consequências	39
Capítulo 3 - Política se discute, inclusive na escola: o espaço escolar como um espaço para a formação de estudantes politicamente atuantes	44
3.1. O papel do letramento político nas escolas	53
3.2. A importância da política institucional na formação do estudante: conhecer as regras do jogo importa	55
3.3. A cidadania também se aprende na escola: formando cidadãos atuantes	58
3.4. Articulando educação geográfica e educação política	60
3.5. Possibilidades de inserção da política no ensino escola	63
Capítulo 4 - A política como um conceito liminar na construção de um conhecimento geográfico poderoso	74
4.1. A relevância do conhecimento poderoso para o estudante ..	77
4.2. O conhecimento poderoso visto sob a ótica geográfica	80
4.3. Por que o conhecimento sobre política pode ser considerado um conhecimento poderoso?	83
Considerações Finais	89
Referências bibliográficas	92
Anexo 1	99

Lista de siglas

AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros

ANPEGE - Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisa em Geografia

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

EMC – Educação Moral e Cívica

ESEB – Estudo Eleitoral Brasileiro

IPC – Índice de Percepção de Corrupção

OSP – Organização Social e Política Brasileira

PCD – Pessoa Com Deficiência

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência

PPP - Projeto Político Pedagógico

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UNE – União Nacional dos Estudantes

Lista de figuras

Figura 1 – Vídeos educativos sobre o Sistema Político Brasileiro e sobre as atribuições de vereadores e prefeitos 68

Figura 2 - Vídeos simulando propagandas eleitorais para os cargos de prefeito e vereadores 71

Lista de quadros

Quadro 1 – Potencial formativo da Geografia..... 61

Quadro 2 – Etapas da atividade de educação política com alunos do oitavo ano 67

Quadro 3 - Perguntas a serem feitas nas entrevistas de parentes e ou amigos 70

Quadro 4 - Estrutura dos atributos dos conceitos liminares 75

Quadro 5 - Atributos do conhecimento poderoso 81

Lista de gráficos

Gráfico 1 – Quantificação das respostas sobre a importância da política na vida dos estudantes	45
Gráfico 2 – Quantificação das respostas sobre o quanto os estudantes conhecem sobre política	46
Gráfico 3 – Quantificação das respostas sobre o quanto os estudantes acham que a política contribui para melhorias no bairro, cidade, estado e país.....	46
Gráfico 4 – Quantificação das respostas sobre o quanto os estudantes acham importante estudar política na escola	47
Gráfico 5 – Quantificação das respostas sobre o quanto os estudantes conhecem do Poder Legislativo	47
Gráfico 6 – Quantificação das respostas sobre o quanto os estudantes conhecem do Poder Executivo	48
Gráfico 7 – Quantificação das respostas sobre o quanto os estudantes conhecem da função de um vereador	48
Gráfico 8 – Quantificação das respostas sobre o quanto os estudantes conhecem da função de um prefeito de um município	49
Gráfico 9 – Quantificação das respostas sobre o quanto os estudantes conhecem da função de um deputado estadual	49
Gráfico 10 – Quantificação das respostas sobre o quanto os estudantes conhecem da função de um deputado federal	50
Gráfico 11 – Quantificação das respostas sobre o quanto os estudantes conhecem da função de um senador	50
Gráfico 12 – Quantificação das respostas sobre o quanto os estudantes conhecem da função do presidente do país	51
Gráfico 13 – Quantificação das respostas sobre o quanto os estudantes conhecem da função do governador do estado	51

Lista de mapas

Mapa 1 - Mapa de localização da bacia hidrográfica dos rios Iguaçu e Sarapuí	83
--	----

Apresentação

Antes de abordar a pesquisa em si, será feito um breve relato sobre a trajetória acadêmica do autor e sobre a decisão de pesquisar o tema da política no ensino da geografia escolar.

No início do curso de graduação em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, graças ao medo de lecionar, o plano era obter somente o título de bacharel. Com o passar do tempo, fui refletindo sobre esse medo e cheguei à conclusão de que, para eu me tornar um geógrafo mais completo, antes de tudo, o medo da sala de aula deveria ser enfrentado e assim o fiz, começando a cursar também as disciplinas de licenciatura.

As aulas de Ensino de Geografia e de Estágio Supervisionado rapidamente despertaram meu interesse para os assuntos relacionados ao ensino da geografia escolar, até que surgiu a possibilidade de participar do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), oferecia bolsas aos alunos que se dedicassem ao estágio nas escolas públicas. Decidi sair do estágio na Embrapa Solos, no qual trabalhava com pesquisas relacionadas a Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) hídricos, para vivenciar a sala de aula e enfrentar de uma vez por todas a timidez e os receios de ser professor.

O PIBID foi primordial para a escolha da minha atual profissão, pois ainda durante a graduação, eu tive a oportunidade de ter contato com uma turma, preparar aulas, provas e principalmente de sentir aquele frio no estômago por estar diante de aproximadamente 40 rostos me encarando, com olhares de curiosidade, esperando para saber o que eu tinha de novo para lhes dizer. Me recordo de ouvir aquela voz interior dizer: - E agora Rafael? Agora é com você.

As experiências propiciadas pelo PIBID foram valiosíssimas, pois pude ter contato com o dia a dia de uma escola, com a responsabilidade de contribuir para a formação cidadã daqueles jovens e com os sabores e dessabores de ser professor, e saber, já de antemão, ou seja, ainda como licenciando, se era isso que eu queria para a minha vida profissional. Depois de tudo isso, cá estou, trabalhando há pouco mais de três anos como professor da rede privada de Nova Iguaçu, município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e cursando o mestrado na linha de pesquisa Educação Geográfica e Cidadania.

A decisão de pesquisar o tema referente à política no ensino da geografia escolar nasceu de uma aula para alunos do terceiro ano do Ensino Médio. Na madrugada do dia desta aula caiu uma chuva de forte intensidade e isso fez com que alguns bairros de Nova Iguaçu apresentassem alagamentos e enchentes, causando diversos transtornos aos alunos e funcionários da escola, que acabaram chegando atrasados. Alguns alunos chegaram reclamando dos alagamentos, do lixo nas ruas, do atraso dos ônibus, que segundo eles, é comum, mesmo em dias sem chuva. Estas reclamações acabaram sendo ampliadas para outros problemas que afetavam suas vidas: trânsito, falta de água, tratamento de esgoto, problemas de segurança etc. Em um determinado momento eu os questionei se eles sabiam como e a quem cobrar para que houvesse resoluções para os problemas abordados. A partir de suas respostas, de uma maneira geral, eu pude constatar que havia um desconhecimento quase total sobre as funções dos entes federativos (União, Estados e Municípios), sobre as funções dos poderes executivo, legislativo e judiciário, sobre o sistema político e eleitoral brasileiro, sobre representação política etc. A partir dessas sondagens, ficou bastante claro que havia entre os estudantes, um enorme desconhecimento sobre política.

Este quadro me fez refletir sobre a importância da educação política no Ensino Básico e que a Geografia teria muito a contribuir com o letramento político dos estudantes. Recorri inicialmente ao conteúdo dos materiais didáticos e reparei que a política não era contemplada, no máximo temas relacionados à geopolítica.

Passei então a pesquisar sobre autores que discutiam o currículo do Ensino Básico, em especial geógrafos, foi quando tive acesso ao texto do professor Daniel Abreu de Azevedo *Por uma geografia escolar verdadeiramente política*, no qual o autor aborda uma atividade realizada com estudantes do primeiro ano do Ensino Médio do Colégio Pedro II no município do Rio de Janeiro, na qual a estrutura política e o sistema eleitoral brasileiro viraram temas de aulas, além de um trabalho de campo com os estudantes em uma audiência pública.

O contato com essa leitura me inspirou a fazer algo semelhante com meus alunos e passei a inserir aulas semanais sobre política, abordando temas relacionados ao sistema político e eleitoral, competências e funções dos prefeitos, vereadores, deputados etc. Dei ênfase ao contexto iguaçuano. Posteriormente iríamos a uma sessão da Câmara de vereadores do município, que infelizmente acabou não acontecendo, por desencontros com a coordenação da escola e por

estarmos no quarto bimestre. O intuito deste trabalho de campo era mostrar para os estudantes que há outras possibilidades de pressão sobre o poder público, que iam além das manifestações de rua (instituintes), que em geral eram mais conhecidas por eles. Portanto, era mostrar que havia outros meios de exercer sua participação, acompanhando os representantes políticos, quais eram suas propostas, como votavam e de que maneira estas ações afetavam suas vidas e como poderiam agir através de ações instituídas, debatendo coletivamente os problemas que os afligiam e formulando propostas a serem entregues aos representantes do Legislativo Municipal.

Toda esta história contribuiu para minha decisão de pesquisar temas relacionados ao ensino de geografia escolar, ao seu currículo e sobre o potencial da política em construir um conhecimento geográfico poderoso junto ao corpo discente das escolas.

*“A apatia é um dos grandes males, se não o maior,
da democracia.”*

*Norberto Bobbio (1909 – 2004), cientista político
italiano.*

*“Que continuemos a nos omitir da política é tudo o
que os malfeitores da vida pública mais querem”.*

Bertolt Brecht (1898 – 1956), escritor alemão.

1

Introdução ao problema

As questões sobre o currículo são capazes de fomentar acaloradas discussões entre diferentes agentes da sociedade: profissionais da educação, familiares, governantes etc. Em menor ou maior grau, com objetivos e pontos de vista distintos, esses agentes se envolvem nos debates a respeito do processo capital da escolarização, que supostamente reside na formação de cidadãos e cidadãs (COSTA et al., 2003).

Essas discussões são importantes, no entanto, um tema que é de extrema relevância e deveria ser encarado como a espinha dorsal de qualquer proposta curricular, tem sido pouco abordado. Estou me referindo ao conhecimento, mas não somente ao ato de conhecer algo, alguém, uma região ou um conceito, e sim ao conhecimento que seja capaz de fazer com que o estudante pense de maneira reflexiva a produção do espaço geográfico, e de maneira também, que este conhecimento se apresente como um importante instrumento para transformações espaciais que contribuam para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e cidadãs.

Isto posto, é necessário que os agentes envolvidos com as discussões curriculares, além de discutir quais conteúdos devem entrar ou sair do currículo, quais temas ou conceitos devem fazer parte das aulas de uma determinada disciplina, façam a seguinte pergunta: este currículo contribui para que os alunos adquiram conhecimentos relevantes para suas vidas? Nesta pesquisa, esta reflexão é trazida para o âmbito da geografia escolar e parte da premissa de que a política é um tema geográfico (CASTRO, 2009). Além disso, tem potencial para dotar os estudantes de um conhecimento poderoso. Afinal, o conhecimento poderoso, sendo adquirido pelos estudantes, de acordo com Young (2010) fornece uma linguagem facilitadora para o envolvimento de debates políticos, propiciando explicações mais confiáveis, além de novas maneiras de pensar o mundo.

O conhecimento geográfico tem um papel relevante na mudança da visão que a sociedade brasileira costuma ter sobre a política, e deve atuar através da sua poderosa capacidade de aguçar o olhar do jovem estudante para as transformações espaciais em curso, em suas múltiplas dimensões e escalas. Isto é possível graças à

extensa temática de conteúdos que podem ser trabalhados em sala de aula e a política é um deles.

É uma tarefa necessária, uma vez que, geralmente os estudantes são formados sem os conhecimentos mínimos sobre política, em seus diversos aspectos, gerando-se, portanto, eleitores que simplesmente votam, mas não sabem o motivo, não conhecem as escalas de poder e suas competências, têm noções muito rasas sobre público e privado, desconhecem mecanismos instituídos de participação etc. Este é um panorama preocupante, uma vez que o pleno funcionamento de toda e qualquer democracia reside na boa formação política dos seus cidadãos.

Assim sendo, a partir da análise do potencial da educação política em tornar-se um conhecimento geográfico poderoso no Ensino Básico, nos propomos a contribuir com o preenchimento da lacuna que caracteriza a aparente formação política precária no Brasil¹, quando o tema é a política institucional, de maneira que as pessoas, já durante o período escolar, tenham contato com esse tema, propiciando aos estudantes um conhecimento poderoso, que possa pavimentar o caminho para possibilidades concretas de ações políticas fundamentais à sociedade, além de examinar algumas possibilidades de práticas pedagógicas capazes de desenvolver o letramento político nos estudantes.

A qualidade de temas fundamentais para políticas públicas em diferentes escalas (segurança, mobilidade, acessibilidade, saúde, educação, saneamento básico etc.), impacta o cotidiano das pessoas. O estudante, como quase todos os cidadãos, de alguma maneira, é conhecedor desse fato, ele o sente na pele, no entanto, não recebe a devida formação que permita o aprimoramento de sua cidadania, a partir do conhecimento sobre o funcionamento do Estado brasileiro e das possibilidades de ação política. Por isso, é relevante para a sociedade discutir o papel do ensino escolar na construção de uma verdadeira cultura política no país, que seja capaz de instrumentalizar o estudante para uma participação política plena, tão necessária para o fortalecimento da democracia.

A participação política plena envolve a apreensão de todas as dimensões que o termo “política” leva consigo, principalmente a que está ancorada no convívio entre pessoas diferentes, sob diversos aspectos: culturais, ideológicos, socioeconômicos, intelectuais etc. Além disso, faz-se necessário compreender que

¹ Esta afirmação está baseada na análise de alguns dados do ESEB (Estudo Eleitoral Brasileiro) do (TSE) Tribunal Superior Eleitoral que constam no capítulo 2.

os conflitos decorrentes das diferenças entre os indivíduos não inviabilizam o debate. Ao contrário, as diferenças propiciam um debate mais enriquecedor, na medida em que diferentes pontos de vistas são apresentados, possibilitando a mudança de pensamento ou mesmo a ratificação. Os conflitos também não devem significar a impossibilidade do convívio, afinal, a essência da política defendida nesta pesquisa, é exatamente a oposta, ou seja, o espaço político pleno, se realiza, exatamente, na convivência entre os diferentes.

A apreensão desses entendimentos, por parte dos estudantes, representa um primeiro e importante passo em direção à participação política. Mas, para que ela se torne de fato, plena, há que se articular tais entendimentos com a participação nos processos decisórios (audiências públicas, conselhos de políticas públicas etc.), que afetam as condições de vida da população a partir da implementação de equipamentos públicos (escolas, áreas de lazer, postos de saúde, sistemas de transporte público etc.) Portanto, a participação política plena envolve um eficaz conhecimento teórico sobre política, que seja aplicável e realizável através de ações que contribuam para o aprimoramento da democracia.

Falando mais especificamente da Geografia, ela guarda um potencial importante para a sociedade, que não deve ser perdido de vista, notadamente, através da capacidade de despertar o olhar crítico do jovem estudante para as transformações espaciais em curso, em suas múltiplas dimensões e escalas. Isto é possível graças aos diversos assuntos e conteúdos geográficos que podem ser trabalhados em sala de aula. Dada a sua importância para o entendimento da organização espacial, a política, aqui definida a partir de Arendt (2002, p.7), como “a convivência entre os diferentes” e Castro (2012, p.46), como “a essência das normas socialmente instituídas para o controle das paixões”, apresenta-se como um destes conteúdos, que, definitivamente não deve ficar de fora das aulas de geografia escolar. No entanto, apesar de sua importância, há uma certa resistência por parte de alunos e professores em abordar o tema da política na escola. Portanto, é de interesse desta pesquisa, buscar respostas para esta contradição, como também para os seguintes questionamentos: por que a geografia escolar trabalha pouco a política institucional em sala de aula? Por que ela não integra os programas escolares? Por que, depois de trabalhado em sala de aula, normalmente, o aluno passa a se interessar pelo tema? Por que a educação política é, geralmente, deixada em segundo plano nos documentos orientadores dos currículos escolares? De que

maneira a educação política nas aulas de geografia escolar pode contribuir para o empoderamento dos estudantes através do aperfeiçoamento da cidadania? Será que os estudantes saem das escolas bem formados politicamente?

Para encontrar respostas para as perguntas acima, como também para atender aos objetivos referidos no sexto parágrafo, os procedimentos metodológicos basearam-se em estudos de cunho teóricos acerca, principalmente, dos seguintes temas: práticas políticas no Brasil; letramento político; conceitos liminares; a política nos currículos escolares; e o conhecimento poderoso e a relação com a Geografia.

Destacam-se alguns autores que deram contribuições fundamentais para esta pesquisa: Arendt (2002), Nunes (2003), Bobbio (1998) e Bignotto (2020), no campo da política e da democracia; Azevedo (2014, 2016), Cosson (2010, 2018) e Dantas (2010, 2015), no campo da educação política; Azevedo (2014, 2016) e Castro (2009, 2012), no campo da geografia política; Meyer & Land (2003), Meyer *et al* (2010) e Cachinho (2004, 2019), no campo dos conceitos liminares; Young (2007), Cachinho (2019); Galian & Lousano (2014), Lambert (2016) e Maude (2017), no campo do conhecimento poderoso; Lambert (2016), Maude (2017) e Cachinho (2019), no campo do conhecimento geográfico poderoso.

Os procedimentos metodológicos também se basearam na aplicação de questionário a estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental II e do 3º ano do Ensino Médio. Estes dois públicos foram escolhidos por se tratar de fechamentos de ciclos, respectivamente do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Acreditamos que nos finais dos ciclos teríamos um panorama mais completo acerca da formação política desses estudantes.

O questionário teve o intuito de identificar, principalmente, os seguintes aspectos: o nível de conhecimento dos estudantes sobre a temática da política institucional; o grau de importância que eles davam à política como contributo para transformações espaciais; e o grau de importância que eles davam para a possibilidade de estudarem política na escola;

A ideia inicial era que os questionários fossem distribuídos entre escolas públicas e privadas da região metropolitana do Rio de Janeiro e que os professores, não necessariamente de Geografia, aplicassem, respeitando o público-alvo destacado acima. Mas os planos tiveram que ser revistos, pois a impensável pandemia de COVID-19 afetou o mundo inteiro e as instituições de ensino foram

uma das mais afetadas. E como se tratava de uma aplicação de questionários aos estudantes, a forma virtual, talvez não fosse a mais adequada, haja vista a inviabilidade da confirmação se de fato aqueles que estariam respondendo, seriam estudantes.

Apesar dessa situação, foram distribuídos cerca de 150 questionários por escolas particulares do município de Nova Iguaçu, e, pelos menos até o presente momento, apenas 96 questionários respondidos foram recebidos. Sabemos que está longe de ser a amostragem ideal, mas, foi possível obter alguns dados e fazer algumas análises a partir das informações coletadas até o momento, que prosseguirão, mesmo após a defesa da dissertação. Aliado à análise dos resultados obtidos a partir da aplicação dos questionários, a pesquisa promovida pelo (ESEB) Estudo Eleitoral Brasileiro realizada no ano de 2018 forneceu alguns dados sobre diversos aspectos relacionados à relação do brasileiro com a política.

Além desta parte introdutória, esta pesquisa contém três capítulos. No primeiro capítulo o leitor ou a leitora se depararão com os seguintes conteúdos: uma breve análise das práticas políticas no Brasil, onde buscamos entender um pouco sobre a construção da cultura política do brasileiro; será abordada a relação entre política e Geografia; os diferentes tipos de política contidos no contexto escolar, como também nos documentos normativos e orientadores dos currículos; e as consequências que o desconhecimento sobre a política pode acarretar.

No segundo capítulo serão abordados os seguintes assuntos: o letramento político nas escolas; a importância de se conhecer a política institucional; a formação cidadã na escola; a articulação entre educação geográfica e educação política; e as possibilidades de inserção da política no ensino escolar, a partir de relatos de experiências sobre atividades que envolvem política como um conhecimento escolar, das quais participei e ou tive acesso.

Já no terceiro capítulo, teremos os seguintes temas: a relevância que o conhecimento poderoso tem para estudante, a partir de sua liminaridade; uma análise sobre o conhecimento poderoso a partir da ótica geográfica; e o porque de o conhecimento político poder ser considerado um conhecimento poderoso.

Por fim, nas considerações finais, traremos nosso parecer sobre se de fato, a política é capaz de construir um conhecimento geográfico poderoso na escola, além de abordar se os objetivos traçados para esta pesquisa foram cumpridos e quais respostas foram obtidas para as questões colocadas.

2

O poder do conhecimento político e sua contribuição para o fortalecimento da democracia

A educação política é a espinha dorsal desta pesquisa, e aqui é entendida como um meio para que o estudante do Ensino Básico possa desenvolver habilidades para atuar politicamente, alicerçadas no conhecimento sobre o sistema político e eleitoral do país, no reconhecimento de que a política é primordial para a resolução dos problemas da sociedade, nas diferentes escalas (*mundial, nacional, estadual e local*) e no entendimento de que a essência da política reside exatamente na convivência entre ideias antagônicas, e que tudo isso é vital para a sobrevivência da democracia.

Entendemos também que o conhecimento sobre a política institucional representa um dos pilares de qualquer democracia e que todos os cidadãos e cidadãs têm o direito de acessá-lo. Principalmente em momentos em que a democracia é contestada por parte da população brasileira.² Tendo a escola, portanto, um papel indispensável no fortalecimento democrático, como também na prestação de um serviço extremamente relevante à sociedade, a partir de uma formação política substancial, fornecida aos jovens estudantes.

Como aparece no título deste capítulo, nesta pesquisa entende-se que o conhecimento acerca da política pode se apresentar como um atributo que tem o potencial de dotar de poder aquele que detém tal conhecimento. Tal entendimento ancora-se na concepção de que todo cidadão e toda cidadã, a partir do momento que é “contaminado pelo vírus” do conhecimento político, está em melhores condições de escolher seus representantes e de fiscalizá-los. Além disso, está mais habilitado para assentar suas predileções políticas em bases mais sólidas, como também para defendê-las com argumentos mais consistentes e racionais e menos apaixonados.

É necessário ressaltar que o conhecimento sobre política na escola não se presta unicamente para formar cidadãos elegíveis, afinal, por uma questão de fácil constatação, sempre haverá muito mais eleitores que elegíveis. No entanto, também é de fácil constatação, que um cidadão candidato a algum cargo eletivo, estará mais

² Relatório Variações da Democracia (V-Dem) acessado no portal de notícias BBC Brasil. Acesso em setembro de 2021.

bem-preparado se tiver acesso, o quanto antes, de preferência durante o período escolar, a conhecimentos políticos.

De acordo com Morin (2001), as democracias existentes no mundo não estão concluídas e seu triunfo não está assegurado em definitivo. Concordamos com esta afirmação e ela nos faz refletir sobre a inesgotável necessidade do aprimoramento da formação política dos cidadãos e cidadãs. A democracia é frágil e depende constantemente de cuidados. Ela pode ser assemelhada a uma planta, que, quando não regamos, não expomos ao sol na medida certa, ou seja, quando não cuidamos, definha. E o cuidado com a democracia, passa, impreterivelmente por uma educação política de qualidade.

Bobbio (1986), sobre democracia, afirma que uma definição mínima para o conceito passa inevitavelmente pelo aumento do número de pessoas com direito a participar. Passa também pela liberdade universal de opinar, de se reunir, de associar-se, como também pela existência de regras e procedimentos. Sem dúvidas são condições capitais para uma democracia, já adquiridas em sistemas democráticos espalhados pelo globo.

Outra condição extremamente necessária, se refere ao fato de as pessoas estarem em condições de realizar escolhas. Tais condições para escolher vão além da liberdade, mas passam também pelo preparo para fazê-las. Em outras palavras, o conhecimento político é essencial para que as pessoas sejam colocadas em melhores condições de escolher, não só seus representantes, mas também os rumos que as políticas públicas devem tomar.

No contexto brasileiro, pode-se dizer que a democracia brasileira é bastante jovem. A Constituição vigente no país, foi promulgada em outubro de 1988, portanto, ainda não temos 35 anos completos de democracia em período contínuo. Este é um dado relevante para que possamos compreender o contexto em que a política se insere na história do país. Sendo assim, o simples fato de podermos falar de política abertamente, de escolhermos nossos representantes ou de nos candidarmos a cargos no Legislativo e no Executivo, são muito recentes, isso faz com que a participação do brasileiro nos espaços e instrumentos constitucionais criados a partir da Constituição de 1988 estejam em plena construção.

Alguns autores, se referindo a todo período republicano do país, chegam a afirmar que o processo democrático no Brasil nunca se deu de maneira plena, ao ponto de Bignotto (2020, p.231) afirmar que mesmo “depois de mais de 130 anos

da Proclamação da República, o Brasil ainda luta para viver de maneira verdadeiramente republicana e democrática”. Já Holanda (1997) *apud* Bignotto (2020, p.105), diz que “a democracia no Brasil sempre foi um lamentável mal-entendido”, e este fato se deveu a falta de consistência das instituições, que compõem o arcabouço mínimo de qualquer regime político, além da falta de elementos para a construção de uma cultura democrática, sendo a participação popular uma delas. Fernandes (1960) *apud* Bignotto (2020) atribui as dificuldades do processo democrático ao fato de o Brasil não ter construído os elementos sociais indispensáveis para a edificação de liberdades tal como aconteceu em outros países, além da lentidão na substituição de velhos hábitos da velha política, como também no lento desenvolvimento e fortalecimento das instituições. Ainda segundo o autor, a solução passava pela implantação de uma educação para a democracia.

Uma educação para democracia vai exatamente ao encontro do que se é desejado neste trabalho. Concordamos com Bignotto (2020, p.126) quando ele diz que o “povo brasileiro nunca teve uma educação democrática; ele foi jogado na cena pública sem preparação”. Infelizmente esta afirmação é atual, ou seja, nascemos, pelo menos aqueles que vieram ao mundo depois de 1988, em uma democracia, mas não somos preparados para vivenciá-la de maneira plena. Em outras palavras, é como se tivéssemos à mão um *smartphone* moderno, repleto de recursos interessantes e úteis para o nosso dia a dia, mas restringíssemos o seu uso às chamadas convencionais.

Sendo assim, toda e qualquer Iniciativa que vise fomentar o aumento em número e em qualidade, de pessoas aptas a utilizar e aprimorar os instrumentos de participação política contidos na Carta Magna, são necessárias para o fortalecimento da nossa democracia, o que pode gerar, de acordo com Azevedo (2016), mudanças graduais na cultura política do brasileiro.

Antes de discutirmos a relação entre Política e Geografia, ou como a política aparece no ambiente escolar e nos currículos, e o desinteresse de parte considerável da população pelo tema, julgamos necessário analisar, de maneira suscita, o histórico das práticas políticas no país, pois servirá de pano fundo para ajudar nas discussões que virão mais a seguir.

2.1.

Uma breve análise das práticas políticas no Brasil

Não há qualquer pretensão de fazer uma análise aprofundada sobre as raízes das práticas políticas brasileiras. Não que o tema não seja relevante, ao contrário, é um tema extremamente importante e denso, que poderia ser tratado em uma tese de doutorado, sem esgotá-lo. Sendo assim, reiteramos que se trata de uma breve análise, ou talvez “brevíssima” seja o adjetivo mais adequado, frente à profundidade do tema.

Antes de mais nada, falar em uma única prática política brasileira, frente a seu imenso território, povoado por pessoas com tradições culturais tão díspares, é, sem sombra de dúvidas, uma simplificação assaz complicada de se fazer. Ribeiro (

2006, p.258), em sua célebre obra *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*, se referindo às diversas etnias difundidas pelo país, chega a dizer que há “ilhas-Brasil”, e que “cada uma delas está singularizada pelo ajustamento às condições locais, tanto ecológicas quanto de tipos de produção”. O modo como o sulista vivencia e pratica a política, difere em essência da do nordestino, para ficarmos apenas neste exemplo. Portanto, as maneiras como as práticas políticas se deram e se dão nos quatro cantos do país, apresentam especificidades importantes, que devem ser levadas em consideração.

Para falar dessas especificidades, nem mesmo é necessário recorrer à escala do território nacional. Se nos restringirmos somente à Região Metropolitana do Rio de Janeiro, onde está inserida a Baixada Fluminense, é possível constatar que as práticas políticas desta região, se diferem, sob vários aspectos, da região da Zona sul carioca ou mesmo de qualquer outra Região Metropolitana do país.

De acordo com Monteiro (2016), frente à ineficiência dos governos da região da Baixada Fluminense, criou-se, o que o autor chama de “rede de resolução de problemas práticos”. Tal expressão foi cunhada para designar o fato de quase todos os aparelhos necessários à vida urbana (água potável, iluminação pública, coleta de esgoto, recolhimento de lixo etc.) foram construídos e administrados pelos primeiros moradores que lá iam chegando, contexto bem diferente de boa parte da Zona sul do município do Rio de Janeiro.

Evidentemente tais contextos interferem nas maneiras que os moradores dessas regiões concebem a política. No caso específico da Baixada Fluminense,

ainda de acordo com Monteiro (2016), tal região apresenta-se como um laboratório para pesquisa de conceitos clássicos da política, tais como: populismo, mandonismo, clientelismo e até coronelismo. Esta é uma visão cara a esta pesquisa, que será aprofundada mais à frente.

Até o momento, falamos sobre a pluralidade de práticas políticas no Brasil, portanto, a princípio pode parecer ao leitor, um contrassenso, falar em uma “gramática política do Brasil.” Este é um trecho do título do livro do cientista político brasileiro Edson Nunes, que, para analisar a política brasileira, lança mão de quatro padrões, que ele chama de “gramáticas”, da relação entre a sociedade brasileira e suas instituições políticas formais: clientelismo, corporativismo, insulamento burocrático e universalismo de procedimentos. É apenas um contrassenso aparente, pois apesar de sinalizadas as diferenças na maneira de conceber a política em regiões distintas, sempre há de ter uma teoria geral para tentar entender qualquer fenômeno. Feitas estas ressalvas, recorreremos à obra do autor supracitado, para analisar as práticas políticas no Brasil, a partir das gramáticas já citadas, que explicaremos melhor a seguir.

Clientelismo, de acordo com Nunes:

Repousa num conjunto de redes personalistas que se estendem aos partidos políticos, burocracias e *cliques*. Estas redes envolvem uma pirâmide de relações que atravessam a sociedade de alto a baixo. As elites políticas nacionais contam com uma complexa rede de corretagem política que vai dos altos escalões até as localidades. Os recursos materiais do Estado desempenham um papel crucial na operação do sistema; os partidos políticos – isto é, aqueles que apoiam o governo – têm acesso a inúmeros privilégios através do aparelho de Estado. Esses privilégios vão desde a criação de empregos até a distribuição de outros favores como pavimentação de estradas, construção de escolas, nomeação de chefes e serviços de agências, tais como o distrito escolar e o serviço local de saúde (NUNES, 2003, p.32).

Ainda de acordo com Nunes (2003, p.33), o clientelismo faz com que as instituições de Estado no Brasil estejam “impregnadas por este processo de troca de favores, a tal ponto que poucos procedimentos burocráticos acontecem sem uma “mãozinha””. O autor culpabiliza a ditadura militar como responsável pelo fortalecimento do clientelismo no seio das relações políticas nacionais, uma vez

que, em tal período, diante do cancelamento dos instrumentos que permitiam o confronto de interesses, a única linguagem existente era a gramática do clientelismo. Nunes também sinaliza que o clientelismo é uma característica do Brasil arcaico, ou seja, do período da República Velha e da política do “café com leite”, entretanto, se manteve presente nos períodos democráticos, não demonstrando qualquer sinal de fraqueza no decorrer da abertura política.

De fato, o clientelismo segue forte nas práticas políticas brasileiras, seja na relação entre eleitor e candidato ou na relação entre os membros do Executivo e do Legislativo. Esta última relação, apenas para citar um acontecimento recente, pode ser exemplificada pela liberação de um orçamento bilionário, pelo presidente Jair Bolsonaro, à Câmara dos Deputados Federais, como também ao Senado, para a aprovação da reforma previdenciária, e para livrar-se de possíveis instalações de processos de *Impeachment*.³ Já na relação entre eleitor e candidato, o clientelismo aparece, quando candidatos a cargos públicos oferecem benesses e serviços em troca do voto: fornecimento de cestas básicas; atendimentos médicos; vagas em creche; asfaltamento de ruas; patrocínio de festas etc.

Estudos realizados pela ONG Transparência Brasil em 2019 e pelo LAPOP (*Latin American Public Opinion Project*)⁴, retratam a presença do clientelismo no contexto político brasileiro. Estas duas pesquisas mostram que o quantitativo de eleitores brasileiros que receberam ofertas clientelistas passou de 6,6% em 2000 para 10,7% em 2010. Isso mostra como o clientelismo, não só está presente no panorama político brasileiro, como cresce.

A essência do clientelismo é o controle do voto. E tal controle acaba por erodir a soberania do eleitor na escolha de seus representantes, como também as decisões dos representantes nas casas legislativas acabam sendo contaminadas, criando-se um quadro extremamente prejudicial à democracia, e isso, em algum grau, faz parte das práticas políticas no Brasil. E além de ser prejudicial à democracia como essência, ou seja, pelo fato de a liberdade e a soberania de escolha serem afetadas, prejudica também, a visão que os cidadãos têm da política e dos políticos. Esta visão enviesada, é destacada por Monteiro (2016), quando ele chama à atenção para o caráter utilitarista que alguns moradores da Baixada Fluminense têm dos políticos locais. Eles os concebem como meros resolvidores de problemas

³ Reportagem da versão *on-line* da revista Carta Capital. Acesso em maio de 2021.

⁴ Web site do Nexa Jornal. Acesso em fevereiro de 2021.

de âmbito pessoal, tais como: conseguir atendimento médico; um emprego; materiais de construção etc.

É um quadro extremamente grave, pois a política é reduzida a uma mera “troca de favores,” ou seja, “você resolve o meu problema e em troca eu lhe dou meu voto”. Além disso, há uma visão individualista das práticas políticas em detrimento de uma visão coletiva, descaracterizando a própria essência da democracia.

Embora o autor citado acima esteja se referindo à Baixada Fluminense, tais práticas clientelistas fazem e sempre fizeram parte das práticas políticas nacionais, como foi destacado por Nunes (2003). Não há qualquer pretensão inocente de que tais práticas irão mudar da noite para o dia. Do mesmo modo que as práticas clientelistas contribuíram para forjar uma cultura política nacional, elas só vão começar a mudar a partir do momento em que cada vez mais pessoas tenham acesso ao conhecimento sobre política e de como tais práticas podem até trazer algum benefício a um indivíduo ou mesmo a um grupo no curto prazo, no entanto são extremamente prejudiciais à vida em sociedade, pelos motivos já referidos acima.

O corporativismo, conforme Nunes (2003), difere do clientelismo na medida em que este último apresenta características de informalidade, ilegalidade, opera na relação entre indivíduos, enquanto o corporativismo está baseado em códigos formais, universais, opera na relação entre categorias, formalizado em leis. Qualquer pessoa, querendo ou não, acaba por estar envolvida por leis corporativas a partir do momento em que um contrato de trabalho é assinado (NUNES, 2003). No entanto, ambas práticas são semelhantes, pois são dirigidas para o controle político, para a intermediação de interesses e o controle do fluxo de recursos disponíveis.

Novamente o presente momento nos ajudar a exemplificar uma prática destacada por Nunes. Quando o atual presidente, um militar da reserva, concede benesses legais a categoria de militares (aumento de salário acima da inflação; não implantação de uma reforma previdenciária e administrativa etc.), configura-se portanto, no uso dos poderes de quem controla a máquina pública, para conceder benefícios seletivos a uma categoria, o que de certa forma, mesmo que não seja explicitada, contribui para o estreitamento da relação entre o governo e a categoria agraciada, culminando em uma defesa mútua de interesses.

Ainda falando sobre corporativismo, é perceptível e comum no Brasil, candidatos a cargos públicos eletivos, basearem suas campanhas a partir de suas categorias trabalhistas. As propostas e promessas, em geral, acabam se limitando a melhorias para a categoria que ele integra. Nas eleições de 2018 no Brasil, 1.225 candidatos utilizaram o título de “professor” ou “professora” nas suas candidaturas a cargos para as casas legislativas estaduais e federais.⁵ Já nas eleições de 2020, 28 candidatos ao cargo maior nos executivos municipais, agregaram a seus nomes, suas patentes militares.⁶ Saindo um pouco da esfera de categorias trabalhistas e entrando na seara religiosa, nas eleições municipais de 2020, 8,7 mil candidatos usaram títulos religiosos nas suas candidaturas, a maioria “pastor” ou “pastora”. Obviamente não há nenhuma ilegalidade em querer se eleger a partir de propostas que visem obter melhorias para suas classes trabalhistas ou suas denominações religiosas, não é esse o ponto. O que queremos delinear é que, para cargos eletivos no Estado, a sua categoria, ou a sua religião, é o que o menos deveria importar. Reitero que não há nada de ilegal, no entanto, esses tipos de corporativismos, apequenam um pouco o senso de coletividade, na medida em que as suas categorias e ou suas opções religiosas são colocadas à frente dos interesses coletivos.

Há aqueles que divergem, sinalizando que a presença das categorias é um sinal da possibilidade de representatividade no Estado, porém, nesta pesquisa, entendemos que a coletividade deve se sobrepor aos interesses de sua categoria. O público deve estar à frente do privado, seja no nível individual ou de sua categoria e ou grupo religioso.

O insulamento burocrático surgiu como uma tentativa de driblar as ações clientelistas impregnadas no seio estatal, forma pela qual as elites modernizantes, tecnoburocráticas e empresariais intentavam promover o desenvolvimento estatal (NUNES, 2003). Dito em outras palavras, era como se o Estado, ou pelo menos alguns núcleos de decisões, fossem blindados de indicações políticas e se tornassem ilhas de burocracia, de racionalidade, em meio aos jogos de interesse dos políticos profissionais. Durante o período da ditadura militar no Brasil, mais especificamente a partir de 1967, somente militares e tecnoburocratas foram postos nos altos cargos do governo, os políticos tidos como “profissionais”, foram banidos.

⁵ Reportagem do Portal de Notícias R7. Acesso em junho de 2021.

⁶ Reportagem da versão *on-line* do jornal O Globo. Acesso em junho de 2021.

A gramática do insulamento burocrático é importante, haja visto o momento atual, no qual há tentativas do governo central em interferir nas decisões de órgãos estatais, como é o caso da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária)⁷, que tem o intuito de proteger a saúde da população através de um controle sanitário da produção de alimentos, medicamentos etc. As decisões sobre as aprovações ou não das vacinas contra o vírus da COVID-19 a serem aplicadas nos brasileiros, acabaram sofrendo pressões por parte do Governo Federal e de governos subnacionais, para a aprovação ou não da vacina A ou B, pois isso acarretaria ganhos ou perdas políticas, mais recentemente apareceram indícios de ganhos econômicos também, para os representantes de tais governos.

A importância do insulamento burocrático aparece exatamente nesses momentos, em que um órgão que é de Estado e não de governo, precisa estar livre para tomar suas decisões pautadas em critérios técnicos e não nos interesses políticos. Mais do que nunca, o momento atual, mostra a importância de o Estado ter em seu quadro de funcionários, concursados com estabilidade, para poder tomar suas decisões sem medo de sofrerem represálias pelos governos de ocasião.

A gramática do universalismo de procedimentos vai na mesma linha do insulamento burocrático, ou seja, uma tentativa de racionalizar o Estado e está baseado nas normas do impersonalismo, direitos iguais, *check and balances* (NUNES, 2003). Isso significa que o Estado deve ser administrado a partir de normas e regras impessoais, regido por um regime burocrático racional. A exemplo do insulamento burocrático, estas são visões que têm sua importância e valor, no entanto, é necessário ressaltar que a democracia é uma “panela de pressão”, e que as tensões e disputas políticas existem e continuarão existindo, o que é salutar para o próprio regime democrático. Sendo assim, não é possível racionalizar por completo os rumos de um Estado, sempre haverá tensões que fogem dos aspectos racionais e que devem ser, de alguma maneira, acomodadas. O excesso de racionalização ou “técnica” nas palavras de Morin (2001, p.111), pode fazer com que a competência democrática regrida, de maneira que somente os “expertos tecnocratas” estariam aptos a tomarem as decisões sobre as políticas públicas, ameaçando a diversidade, tão cara à democracia.

⁷ Reportagem da versão *on-line* do Correio Braziliense. Acesso em março de 2021.

A contribuição de Nunes (2003), para uma leitura política do Brasil, vai além da identificação das quatro gramáticas destacadas acima. O autor nos mostra que o corporativismo, o insulamento burocrático e o universalismo de procedimentos são incorporados ao clientelismo que já existia no país, formando o que ele denomina de “sistema institucional sincrético”, ou seja, uma combinação das gramáticas. Não há, portanto, uma substituição de uma gramática por outra e sim uma associação entre elas, que seguem operando de maneira simultânea, tendo, dependendo do período histórico, preponderância de uma sobre as outras, mas nunca a exclusão de nenhuma delas.

2.2.

Política: tema imprescindível à Geografia

A imprescindibilidade da política à Geografia, apontada no título desta parte, reside exatamente no fato de toda ação política se realizar no confronto, que ocorre em algum espaço concreto, estabelecendo, portanto, a condição que sinaliza para o caráter espacial da política (ARENDT 1993 *apud* CASTRO 2012). Claval defende a importância da política para Geografia quando diz que:

Os geógrafos já não têm unicamente o dever de esclarecer os responsáveis políticos. Eles devem, cada vez mais, elucidar a população sobre quais são as chances de ação e também suas responsabilidades num mundo ora ampliado. Sem dúvida, é por conta disso tudo que a geografia nunca teve tanta necessidade de ser política (CLAVAL, 1979, p.85).

Afinal, ainda de acordo com Claval:

Os políticos vivem na geografia e aplicam. Se são parlamentares, é preciso que conheçam as atividades de sua circunscrição, que encontrem os notáveis, negociem com os grupos de pressão que aí representam os diferentes interesses econômicos e com todos os componentes da população (CLAVAL, 1979, p.79).

Da mesma maneira que a Geografia é importante para a política, entendemos que o contrário também é verdadeiro, afinal, os indivíduos, a partir de

suas práticas políticas, transformam espaços, e toda transformação espacial dialoga diretamente com o objeto de estudo da Geografia.

O termo política teve sua origem no adjetivo *pólis* (*politikós*), que faz alusão à cidade, ao urbano, ao público, ao social e tal termo foi amplificado devido à influência da célebre obra de Aristóteles, nomeada *política* (BOBBIO, 1998). Durante séculos, passou a ser usada para se referir às coisas relativas ao Estado, e na época moderna, perdeu sua definição inicial, que foi substituída por expressões como “ciência do Estado,” doutrina do Estado”, ciência política,” “filosofia política” etc. (Ibidem, 1998).

Nota-se, portanto, que o nascimento e o desenvolvimento do termo “política,” sempre estiveram, em algum grau, relacionados ao Estado.

Falando mais especificamente da realidade brasileira, tal termo, pelo menos em linhas gerais, foi se restringindo às coisas relativas aos governantes, aos “políticos profissionais” e, fixando-se nestes âmbitos, acabou por encobrir outras dimensões que o termo carrega. Da mesma maneira que a política não pode ser resumida a estes aspectos, ela também não pode ser considerada como onipresente, pois pode-se cair no erro, segundo Castro (2012, p.46), de esvaziá-la “de qualquer possibilidade de definir seus limites para uma conceituação minimamente operacional para o debate da pesquisa.”

O significado do termo política, de acordo com Sartori (1979) *apud* Castro (2012), apresenta diversos desdobramentos, que podem ser resumidos à três perspectivas, presentes nas ciências humanas: a vertente sociológica, que parte da premissa de que o Estado perdeu centralidade e com isso, a política está cada vez mais deslocada para o âmbito da sociedade; já a vertente político-econômica, concebe a política como um fantoche do poder imanente do capital, que fica submetida à sua lógica; e a terceira vertente se refere à teoria da ciência política, que visa entender as ações e tomadas de decisões dos atores sociais a partir da máquina estatal disponível aos governos, apresentando-os como fatos políticos que manifestam interesse na sociedade (CASTRO, 2009; CASTRO, 2012).

As duas primeiras vertentes passaram a influenciar a disciplina geográfica a partir do final da década de 1960 e hoje sofrem críticas e discutem-se necessárias revisões, o que é salutar, pois abrem-se portas para a diversificação conceitual (Ibidem, 2012).

O adjetivo utilizado no título desta parte, vai de encontro à concepção que muitos geógrafos tiveram e ainda têm, acerca da política. Se este conceito fosse uma pessoa, certamente, seria uma *persona non grata*, no âmbito da Geografia, por parte de alguns dos seus membros. Dois momentos importantes na história da disciplina geográfica, ajudam a entender esta rejeição: o modo como a geopolítica foi posta em prática no início do século XX; e a maneira como a geografia crítica, surgida em meados da década de 1970, concebia a política. Se referindo ao primeiro momento, de acordo com Castro:

A geografia política, herdeira de Ratzel, do segundo pós-guerra até o final da década de 1960, sofreu forte impacto dos desdobramentos do nazismo, do fascismo e do holocausto, que acabaram por conduzir ao ostracismo a disciplina que se encastelou em seus temas tradicionais, como fronteiras, minorias, territórios dos estados, divisões políticas etc., tratados com um empirismo despolitizado e abandonando suas ambições teóricas anteriores, o que foi enfaticamente denunciado por Lacoste em seu *La Géographie ça sert, d'abord, à faire la guerre*, em 1976 (CASTRO, 2012, p.52).

O período marcado pela expansão territorial e econômica, conhecido como “imperialismo,” e posteriormente pelo surgimento de governos totalitários na Europa, acabou por colar-se à política, justificando o preconceito de parte dos geógrafos acerca do termo.

Já com relação ao segundo momento, a prescindibilidade da política na Geografia, se dá pela influência do materialismo histórico na geografia crítica, que considera a política, de acordo com (Castro, 2012, p.54), “mais como resultado dos interesses da burguesia do que como estratégia de negociação de interesses da sociedade.” Para esta última abordagem, valendo-se desta máxima, o problema da política já está dado. Somente a escala de análise superestrutural basta para explicar os fenômenos espaciais, dentre eles, a política.

Não corroboramos com esta abordagem nesta pesquisa. Se assim o fizéssemos, não haveria motivo para fomentarmos a política no ensino de geografia, um tempo de aula de 50 minutos bastaria para explicarmos que não adianta se debruçar sobre os assuntos políticos, afinal eles já estão dominados pelas forças do capital e não há o que fazer, não há o que refletir, já está dado. Este tipo de

abordagem, de alguma maneira, acaba corroborando com as declarações de algumas pessoas, que dizem que na política só tem ladrão, que não tem mais jeito.

Nesse sentido, chama a atenção, a crítica que Souza faz, mesmo não se referindo especificamente ao tema abordado, mas que de algum modo, se encaixa à maneira como devemos estar atentos a estas concepções sobre a política no âmbito da geografia. Segundo ele, devemos nos manter:

Vigilante perante explicações muito simples (e por isso mesmo, tão perigosamente sedutoras), desconfiando sempre do que se apresenta como uma fórmula curta a condensar grandes soluções [...] A realidade, muito especialmente a social, é complexa, e a essa complexidade deve-se fazer justiça, em nome do rigor (SOUZA, 2015, p.11).

Estas “explicações simples,” acabam por imobilizarem a ação política e vão no sentido contrário do que se pretende com esta pesquisa, que se aproxima da ideia de Morin (2001, p.39), de que “a educação deve promover a inteligência geral apta a referir-se ao complexo, ao contexto, de modo multidimensional e dentro da concepção global.”

A política, em especial a institucional, é, e sempre foi, importante para a Geografia. As relações políticas, as práticas políticas, as formas de governo, as políticas públicas, as tensões e conflitos sociais etc. Todos estes temas, carecem de um espaço para se materializarem, e ao mesmo tempo o transformam, portanto, negligenciá-los, pode-se incorrer numa visão rasa dos fenômenos espaciais que interferem a vida das pessoas. Aqueles que assim o fazem, que não consideram a política em suas visões sobre o espaço, ou que a concebem de maneira secundária, as vezes sem se darem conta, acabam por empobrecer a própria Geografia, na medida em que se esquecem que a política é um dos fatores que ajudam na compreensão da complexidade espacial e que a política também integra uma das diversas dimensões contidas no espaço. Em outras palavras, é necessário que o geógrafo também analise o espaço utilizando-se da política como ferramenta metodológica.

2.3.

As diferentes concepções de política no contexto escolar

Falar da política como um tema escolar, suscita opiniões apaixonadas e acaloradas, o que é natural, afinal a política se realiza exatamente no confronto de ideias. Portanto, confronto e dissenso são resultados esperados de qualquer debate político, inclusive sobre a própria política, ou os rumos que ela deve tomar na escola.

Há aqueles que, quando ouvem a frase “política na escola”, têm calafrios, pois se veem sentados em suas carteiras, ouvindo a única voz a ecoar na sala de aula, do professor falando sobre a importância de uma educação cívica, do patriotismo, em prol do fortalecimento e do crescimento da nação brasileira. São lembranças do período em que os estudantes tinham aulas de (EMC) Educação Moral e Cívica e (OSPB) Organização Social e Política Brasileira.

Em relação a disciplina de Educação Moral e Cívica, a política era, de acordo com Oliveira e Bianchini:

Ensinada e aprendida pela via das festas cívicas (desfiles, manifestações, orfeões, movimentos tais como a Juventude Brasileira), além de algumas disciplinas escolares, se prestavam, de fato, a formar um tipo específico de mentalidade política, no qual o indivíduo era submetido ao imperativo da pátria, da família (e do mundo industrial) [...] política, ali, definitivamente não é o exercício das diferenças para construção de uma vida comum (OLIVEIRA & BIANCHINI, 2017, p.279).

Ao contrário do que se costuma pensar, a Educação Moral e Cívica não surgiu durante o regime militar iniciado na década de 1960. Tal disciplina teve origem durante a República velha a partir do Decreto-Lei 2.072/1940), *apud* Oliveira e Bianchini:

Art.2º - A educação cívica visará a formação da consciência patriótica. Deverá ser criado, no espírito das crianças e dos jovens, o sentimento de que a cada cidadão cabe uma parcela de responsabilidade pela segurança e pelo engrandecimento da pátria, e de que é dever de cada um consagrar-se ao seu serviço com maior esforço e dedicação.

Parágrafo único. É também papel da educação cívica formar nas crianças e nos jovens do sexo masculino o amor ao dever militar [...] bem assim dar às mulheres o aprendizado das matérias que, como a enfermagem, as habilitem a cooperar, quando necessário, na defesa nacional. [...] Às mulheres dará de modo especial a consciência dos deveres que as vinculam ao lar, assim como o gosto dos serviços domésticos, principalmente dos que se referem à criação e à educação dos filhos (LEI 2.072/1940 *apud* OLIVEIRA & BIANCHINI, 2017, p.278).

Nota-se que os objetivos e os conteúdos das disciplinas de Educação Moral e Cívica divergem diametralmente da educação política defendida nesta pesquisa. Enquanto a disciplina em questão tutela a reflexão dos jovens estudantes, a educação política aqui defendida, fomenta a reflexão autônoma. Enquanto a EMC (Educação Moral e Cívica) reproduz o sistema patriarcal, definindo papéis de homens e mulheres, a educação política aqui defendida, visa instrumentalizar os jovens para o reconhecimento do patriarcado e dos malefícios que esse sistema, ainda presente, inflige principalmente às mulheres.

Posteriormente, no período ditatorial militar da década de 1960, a educação política não teve papel de destaque na agenda do país, pelo menos não nos órgãos estatais, visto que movimentos como o Centro Popular de Cultura, a (UNE) União Nacional dos Estudantes, as Ligas Camponesas e as iniciativas de Paulo Freire, evidenciavam a dimensão política da educação (OLIVERIA & BIANCHINI, 2017).

Em pronunciamento do Conselho Federal de Educação em 30 de abril de 1964, em decorrência dos protestos de entidades feministas contra o Golpe de Estado perpetrado no mesmo ano, o civismo aparecia como o tema que deveria ser mais importante para o país naquele momento e o Conselho sugeria a criação da disciplina Organização Social e Política Brasileira, que deveria introjetar no jovem estudante o amor pelas instituições sociais e políticas do Brasil (OLIVERIA & BIANCHINI, 2017).

Novamente, e de maneira assaz antagônica, a educação política defendida nesta pesquisa, visa instruir o jovem estudante acerca do funcionamento das instituições brasileiras, do Sistema Eleitoral, das competências dos entes federativos, das funções dos Três poderes, ou seja, fazer com que o estudante conheça as instituições políticas e sociais de seu país. Conhecendo as regras do jogo, conhecendo como operam, conhecendo os mecanismos democráticos de

participação, jovens politicamente atuantes estariam sendo formados e isso é um fator extremamente relevante para o bom funcionamento da democracia.

Destaca-se também, as diversas propostas nas casas legislativas, que visam restringir as discussões sobre política na escola, pois tais discussões, segundo os defensores dessas propostas, serviria para que professores fizessem proselitismo, junto aos alunos, acerca de suas preferências políticas de esquerda. Os movimentos “Escola Livre” em Alagoas e o “Escola sem partido” em São Paulo, são os movimentos mais conhecidos que vão nessa linha.

É preciso deixar claro que não há neutralidade. Todos têm suas predileções políticas. É inocência ou cinismo achar que a questão principal é fomentar uma escola livre disso, livre daquilo, pois assim estar-se-ia contribuindo com ensino neutro e de qualidade. Contudo, obviamente uma educação política escolar não deve ser pautada exclusivamente pelas preferências políticas dos professores. Em alguns casos, isso pode acontecer, afinal, existem maus profissionais em todas as áreas, por que com os professores seria diferente? Há, portanto, maus professores que apequenam a educação política, restringindo-as às suas ideologias. No entanto, é preciso levar em consideração que os estudantes não são autômatos que aceitam passivamente qualquer doutrinação, sem questionamento. Os estudantes percebem quando os professores tentam impor suas preferências. E é inaceitável a ideia homogeneizante e simplista de que todos os professores têm preferências políticas de esquerda, e quando falam de política com seus alunos, tentam doutriná-los.

Essas ações só contribuem para o constrangimento da política como um tema a ser trabalhado no ambiente escolar. Acaba-se, portanto, fazendo com que os professores éticos, que queiram trabalhar a política em sala de aula, de maneira ampla, pensem duas vezes, pois não querem ter problemas com a direção da escola ou com alguns pais de alunos, que, de forma preconceituosa, possam conceber a política na escola, sempre sob um viés de esquerda e com intuito de doutrinar os estudantes.

Neste trabalho, a política na escola, de maneira nenhuma deve se resumir, exclusivamente, às concepções dos professores. Além disso, qualquer tentativa de impedir que a política integre os temas escolares é vista como um desserviço à sociedade, pois, o desconhecimento e a falta de interesse de boa parte da população no tema da política, só corroboram a necessidade de que a mesma, sem tolhimentos, faça parte do ambiente escolar.

Direcionando as discussões para a seara geográfica, é preciso sinalizar que, de acordo com Azevedo (2016, p.100), “a Geopolítica tomou o lugar da Geografia Política em discussões que resumem o campo às estratégias e consequências bélicas”. Tal substituição, ainda de acordo com Azevedo (2016), pode ser creditada à relação entre a Geografia Política e regimes autoritários, como também à desconfiança de alguns geógrafos em trabalhar com a escala do Estado-Nação, desnaturalizando a escala do Estado.

É cada vez mais premente, que nós geógrafos, retomemos o zelo pelos estudos da geografia política e rompamos o preconceito sobre o tema.

A política, como já foi abordado neste trabalho, se realiza no espaço e de maneira nenhuma pode estar fora do radar dos geógrafos, como também das aulas de Geografia na escola. É inadmissível um estudante sair da escola sem o mínimo conhecimento sobre política, e a Geografia, com todo o seu potencial de dotar o estudante de uma visão reflexiva sobre o mundo em suas diferentes escalas, deve chamar para si, no que lhe cabe, e contribuir para a emergência de ofertar uma educação política de qualidade aos estudantes. É necessário pensar estratégias pedagógicas para trabalhar o tema com os alunos, como também buscar caminhos para incluí-lo e ou aprimorá-lo nos documentos curriculares.

2.4.

A política nos documentos normativos e orientadores do currículo

As discussões sobre as questões que envolvem o currículo escolar mostram-se relevantes, uma vez que, no ano passado encerrou o prazo para a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2017. E muitos, se não a maioria, ainda têm muitas dúvidas.

De acordo com Valladares *et al* (2016), em reunião com a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) e a Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisa em Geografia (ANPEGE), para discutir a segunda versão preliminar da BNCC, foi possível detectar que, a maioria dos presentes, confundia BNCC com Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Esse desconhecimento é preocupante, pois, o primeiro passo para discutir e propor mudanças nas orientações curriculares ou mesmo tecer qualquer crítica, é conhecê-las minimamente, ou seja, é estar a par das suas funções, sabendo diferenciar, por exemplo, o que é normativo do que é

orientador. Portanto, conhecer o currículo é extremamente importante para quem trabalha na área da educação.

Concordamos com Pinheiro (2015), quando ele chama à atenção para a possibilidade de o professor poder potencializar seu trabalho, a partir do conhecimento das teorias do currículo e com isso, aproximar as suas aulas da realidade da escola básica. Soma-se a estes fatores, de acordo com Rodrigues (2020, p. 60) “o distanciamento dos currículos escolares das questões mais candentes da realidade social que afetam os estudantes em idade escolar.” E este distanciamento, acaba contribuindo, de acordo com Azevedo e Moraes (2014, p.11), para as “constantes reclamações dos professores nas escolas, sobre o descompasso entre o que é trabalhado no Ensino Básico e as novas temáticas de uma Geografia que se renova a cada dia.”

Acreditamos que a política tem capacidade para aproximar o currículo das demandas dos estudantes, diminuindo o descompasso sinalizado pelos autores acima. Ela também pode ser considerada uma temática sempre atual e necessária a toda sociedade, visto que estudantes bem formados politicamente, tornam-se cidadãos mais conscientes dos seus direitos e deveres, bem como da importância e do poder da participação política para as transformações espaciais que afetam o “bem comum.”

Apesar de sua importância, a política, pelo menos a institucional, é pouco considerada nos currículos escolares oficiais. Tal situação pôde ser constatada a partir de uma análise feita na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no currículo mínimo de Geografia para o Ensino Fundamental II da Prefeitura do Rio de Janeiro, no currículo mínimo de Geografia do Ensino Médio do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Analisamos também os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de Geografia do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

A política não tem regulamentação educacional específica, muito menos aparece como disciplina que deva ocupar o currículo de ensino formal (ALMEIDA, 2016). Aparece de maneira transversal conforme o PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) para o Ensino Médio o objetivo do ensino de política é o de:

Ampliar a noção de política, enquanto um processo de tomada de decisões sobre os problemas sociais que afetam a coletividade, permite ao aluno, por um lado, perceber como o poder se evidencia também nas relações sociais cotidianas e nos vários

grupos sociais com os quais ele próprio se depara: a escola, a família, a fábrica etc. E por outro, dimensionar o erro de assumir uma postura que negue a política enquanto uma prática socialmente válida, uma vez que no discurso do senso comum ela é vista apenas como mera enganação. Até mesmo porque negar a política seria contrariar a lógica da cidadania, que supõe a participação nos diversos espaços da sociedade. Neste aspecto, as Ciências Sociais contribuem para uma reflexão que tenta identificar práticas políticas mais éticas, muito embora o contexto brasileiro seja profundamente marcado por práticas paternalistas, clientelísticas, fisiológicas etc (BRASIL, 2009, p.41).

Ainda no PCN supracitado:

Pretende-se discutir alguns pontos do conceito de Estado: a soberania, sua estrutura de funcionamento, os sistemas de poder, as formas de governo no mundo atual, as características dos diferentes regimes políticos. E, por fim, algumas questões relevantes no contexto social brasileiro, tais como as relações entre o público e o privado e a dinâmica entre centralização e descentralização do poder. [...] cabe também realizar uma reflexão sobre a relação entre Estado e sociedade, identificando as diversas formas de exercício da democracia, legalidade e da legitimidade do poder, os direitos dos cidadãos e suas diferentes formas de participação política (BRASIL, 2009, p.41/42).

Sobre os objetivos da Geografia no Ensino Médio, o PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) sinaliza que:

A importância da Geografia no Ensino Médio está relacionada com as múltiplas possibilidades de ampliação dos conceitos da ciência geográfica, além de orientar na formação de um cidadão no sentido de aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser, reconhecendo as contradições e os conflitos existentes no mundo. Nesse sentido um dos objetivos da Geografia no Ensino Médio é a organização de conteúdos que permitam ao aluno realizar aprendizagens significativas (BRASIL, 2006, p.44).

A política não aparece de maneira explícita no PCN de Geografia do Ensino Médio, no entanto, o fato deste documento destacar a importância que a disciplina tem para a formação cidadã através de aprendizagens significativas, abre um campo

promissor para que o conhecimento sobre política possa integrar os conhecimentos geográficos escolares, visto que o conhecimento político tem potencial para uma ampliação de visão sobre as transformações espaciais.

De acordo com o PCN para o Ensino Fundamental II, é papel do Estado instrumentalizar as crianças e jovens para a participação política e social, que de acordo com o mesmo documento (1998, p.20), “é prática pouco desenvolvida entre nós”. Em relação à Geografia, não há qualquer sinalização da relação entre política e geografia.

A partir dessas informações, é possível refletir sobre o importante reconhecimento da baixa participação política no Brasil e da importância de não negá-la. É um indicador que sinaliza para a necessidade de que uma cultura de participação política seja construída no país, e a escola tem papel relevante. No entanto, acreditamos que os Parâmetros Curriculares Nacionais poderiam dar destaque a política em seus temas transversais, explicitando quais objetivos deveriam ser alcançados e como as diferentes áreas de conhecimento poderiam contribuir.

Em relação à BNCC, nas dez competências gerais, que devem ser desenvolvidas pelos estudantes ao longo do Ensino Básico, o conhecimento político aparece de maneira bastante difusa. Fala-se em aprender para construir sociedades justas, democráticas e inclusivas; resolver problemas, exercendo protagonismo na vida pessoal e coletiva; fazer escolhas que estejam em concordância com a cidadania; exercício de empatia, de diálogo; agir pessoalmente e coletivamente, em suma, bordejam temas ligados à política, no entanto, sem aprofundá-los e ou definir a política como objeto do conhecimento.

Acerca do conhecimento geográfico no Ensino Fundamental, de acordo com a BNCC, a disciplina geográfica é importante para que o estudante possa desenvolver uma leitura espacial do mundo a sua volta. E para que isso seja possível, o componente Geografia do documento foi dividido em cinco unidades temáticas: o sujeito e seu lugar no mundo; conexões e escalas; mundo do trabalho; formas de representação e pensamento espacial; e natureza, ambientes e qualidades de vida. O documento sinaliza que todas as unidades devem estar relacionadas ao exercício da cidadania. Estas cinco unidades temáticas, de acordo com o documento da BNCC, estão:

Relacionadas ao exercício da cidadania e à aplicação de conhecimentos da Geografia diante de situações problemas da vida cotidiana, tais como: estabelecer regras de convivência na escola e na comunidade; discutir propostas de ampliação de espaços públicos; e propor ações de intervenção na realidade, tudo visando à melhoria da coletividade e do bem comum (BRASIL, 2016, p.364).

No entanto, ainda de acordo com o documento supracitado, apenas a unidade temática *O sujeito e o seu lugar no mundo* no Ensino Fundamental – anos finais, explicita a intenção de formar cidadãos ativos e democráticos quando sinaliza que o:

Ensino Fundamental procura-se expandir o olhar para a relação do sujeito com contextos mais amplos, considerando temas políticos, econômicos e culturais do Brasil e do mundo. Dessa forma, o estudo da Geografia constitui-se em uma busca do lugar de cada indivíduo no mundo, valorizando a sua individualidade e, ao mesmo tempo, situando-se em uma categoria mais ampla de sujeito social: a de cidadão ativo, democrático e solidário (BRASIL, 2016, p.362).

A Geografia, de acordo com Valladares *et al* (2016), não esteve em evidência durante o processo de elaboração da BNCC, pois talvez ainda estejamos presos ao batido imaginário da relação romantizada entre homem e natureza e aos valores pátrios, fazendo com que a geografia escolar seja reconhecida como a disciplina que estuda os mapas, a natureza, as populações, a economia etc. Em outras palavras, a geografia escolar acaba se tornando uma grande enciclopédia dos fenômenos espaciais, que o estudante precisa ter contato para conhecer o mundo.

No entanto, diante das rápidas transformações espaciais que ocorrem em diferentes escalas, com relações e conexões cada vez mais sutis, fazendo com que os fenômenos espaciais se tornem mais complexos, acarretando novas demandas para a sociedade, que precisam, de uma vez por todas, serem contempladas pela geografia escolar ou a disciplina pode perder cada vez mais espaço como componente curricular. Hoje está garantida no Ensino Fundamental, todavia, sob risco de desaparecer no Ensino Médio (VALLADES *et al*, 2016).

Por isso, acreditamos que a educação política pode representar um caminho promissor para que a geografia escolar ganhe mais visibilidade e relevância no

espaço escolar e na sociedade como um todo. Uma vez que a disciplina geográfica, tem potencial para a formação de cidadãos ativos espacialmente, mas para isso, deve incorporar as novas demandas da sociedade.

O currículo mínimo de Geografia da Prefeitura do Rio de Janeiro está organizado em cinco eixos temáticos: lugar e paisagem, sujeito e identidade; redes, conexões e escalas; sistemas técnicos e produção do espaço; representações do espaço geográfico e; natureza e sustentabilidade. Analisando estes eixos temáticos, nas habilidades e nos objetos de conhecimento, constata-se que a temática da política, não foi levada em consideração pelos elaboradores deste currículo. Conhecer sobre política, portanto, não é uma competência esperada que os estudantes adquiram, como também não integram os objetos de conhecimento.

Ao longo do currículo, nos objetos de conhecimento, a palavra política aparece apenas uma vez, para se referir à constituição político-administrativa do Estado brasileiro: estados e municípios, indicada para o sétimo ano. Este tema não abarca totalmente a ideia defendida nesta pesquisa, que se refere à política institucional do país (sistema eleitoral, competência entre entes federativos, competência dos três poderes etc.) portanto é mais amplo. Embora seja importante tratar das questões político-administrativas do Estado brasileiro, tal abordagem, se restrita apenas a esta temática, se assemelha muito mais às matérias de Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e Educação Moral e Cívica (EMC), adotadas em 1969, durante os governos militares, que tinham como objetivo a construção de um nacionalismo, de um civismo junto aos alunos, transmitindo as ideologias do regime autoritário daquele período. Período em que o conhecimento, estava longe de ser poderoso, aos olhos do governo ditatorial. Muito pelo contrário, o conhecimento recebia outro adjetivo, “perigoso,” pois possibilitaria mudanças, que não eram interessantes para aqueles governantes. Não só, falava-se pouco de política nas escolas, como o ensino deveria ser apolítico, preocupado unicamente em “informar” e não em formar. O ensino pautava-se também, por uma racionalidade técnica.

Nos dias atuais, apesar de vivermos em uma democracia, onde os debates, a liberdade de expressão, de crítica, não só são permitidos, como são garantidos legalmente, a política parece não ter conseguido ocupar os currículos escolares. Foi o que percebemos analisando os currículos selecionados. Há a necessidade de mais investigações para se chegar a alguma conclusão. Todavia, temos a hipótese de que

a pouca presença da política nos currículos, como também de novos temas, seja na geografia ou no currículo como um todo, se dá por dois motivos: a ainda viva memória dos períodos ditatoriais, que conseguiu implantar o *chip* do conservadorismo em boa parte da população, fazendo com que mudanças (comportamentais, educacionais, políticas etc.) levem um pouco mais de tempo para acontecerem e serem aceitas; uma segunda hipótese, que talvez não exclua a primeira, se refere a pouca participação dos professores de Ensino Básico, que conhecem de fato as realidades do ensino escolar, nas elaboração dos documentos curriculares.

Voltando à análise dos currículos, tratamos agora do currículo mínimo de Geografia do estado do Rio de Janeiro para o Ensino Fundamental II, a exemplo do currículo mínimo da Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, a política se restringe ao conhecimento da organização político-administrativa e divisão regional do Brasil. Já com relação ao currículo do Ensino Médio, que representa a quase totalidade de escolas administradas pelo Estado do Rio de Janeiro, as únicas vezes em que a palavra política aparece, é para se referir às implicações políticas decorrentes das matrizes energéticas brasileiras (2º ano) e para a utilização das representações cartográficas no entendimento da dimensão espacial dos fenômenos políticos (1º ano). Portanto, novamente é flagrante a ausência da preocupação com a política. Destaca-se, no conteúdo sobre a urbanização mundial e brasileira, o aparecimento, a exemplo do documento da BNCC, da frase “exercício da cidadania”. Desta vez, associa-se à cidadania, ao reconhecimento do espaço urbano como um espaço das diferenças, das diferentes manifestações culturais urbanas, que devem ser valorizadas e respeitadas.

A partir do que foi analisado nos documentos supracitados, é possível constatar que o tema da política inexistente em alguns casos e aparece de maneira muito tímida em outros, contribuindo, como veremos a seguir, para o desconhecimento de boa parte da população acerca do tema.

2.5.

O desconhecimento sobre política e suas consequências

Atualmente, as acirradas discussões políticas no Brasil se restringem à mera relação ideológica e ou político-partidária, fato que faz com que a amplitude que o termo “política” carrega, seja subutilizada. Frequentemente os debates são polarizados, rasos e pouco produtores, contribuindo para uma politização superficial ou mesmo para o afastamento da vida política de boa parte da população brasileira, em especial dos jovens.

De acordo com o TSE (Tribunal Superior Eleitoral), de 2014 a 2018, o número de jovens eleitores com idade entre 16 e 17 anos⁸ decresceu mais de 14% no país. Este dado vai ao encontro da declaração de um jovem de 17 anos, em entrevista ao Jornal O Globo, que disse que só vai votar quando realmente for obrigado⁹.

De acordo com o (ESEB) Estudo Eleitoral Brasileiro realizado no ano de 2018:

- 69,1% acreditam que o voto influencia muito no que acontece no Brasil.
 - 4,6% responderam que têm participação em grêmios, centros acadêmicos ou união de estudantes.
 - 8,1% têm participação em conselhos de educação.
 - 4,2% têm participação em reuniões de orçamento participativo.
 - 52,4% acreditam que as eleições no Brasil são objeto de fraude.
-
- Perguntados sobre o quanto concordavam que a corrupção é um traço cultural do brasileiro, 42,7% responderam que concordavam muito e 14,1% concordavam um pouco.
 - Perguntados sobre o quanto concordavam que a política atrapalhava a justiça, 49,3% responderam que concordavam muito e 15,3% que concordavam um pouco.

8 De acordo com o artigo 14, parágrafo 1º, da Carta Magna, o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os eleitores maiores de 18 anos, sendo facultativo para os analfabetos e os maiores de 70 anos, bem como para os maiores de 16 e menores de 18 anos.

9 Versão on-line do Jornal O Globo. Acesso em maio de 2021.

- 41,3% responderam que se informam sobre política através de noticiários na TV e 18,8% se informam sobre política através das redes sociais (Facebook, Whats App e Twitter).

Os resultados deste estudo nos permitem fazer algumas inferências. Primeiro, é necessário refletir se, de fato, o brasileiro pode ser considerado desinteressado por política, como assim nos faz crer o dado da pesquisa ESEB de 2018 referido acima, onde quase 70% dos entrevistados disseram que eram pouco ou nada interessados.

A reflexão proposta não se refere a qualquer suspeição em relação aos dados obtidos ou mesmo acerca da maneira que foram colhidos. Não é esse o ponto que queremos abordar, afinal os dados foram coletados por uma instituição de pesquisa de renome e foram corroborados pelo TSE, tanto que foram publicados pelo órgão. A questão central gira em torno dos motivos que fizeram com que essas pessoas dessem as respostas na direção do desinteresse. Portanto, antes de falar de qualquer desinteresse sobre política, é mister focar nos fatores que levam a esse resultado.

Um dos fatores se refere à maneira como a palavra “política” costuma ser entendida no Brasil. Geralmente nas conversas do dia a dia, nas mídias formais, nas mídias sociais, ela é usada para se referir, quase que exclusivamente às relações político-partidárias, aos governos, às ações dos representantes dos poderes Executivo e Legislativo etc. Em linhas gerais, falar de política se restringe a esses temas, que acabam banalizando a política reduzindo-a à política partidária. Aliado a isto, há o “político profissional,” que especialmente no Brasil, não tem uma imagem positiva perante a população. Este fenômeno pode ser explicado por alguns dos fatores a seguir: as pessoas têm a sensação de que os impostos cobrados pelo Estado não são revertidos em benefício para a população; há também a sensação de que a maioria das promessas eleitorais não são cumpridas; de que os políticos tratam com descaso algumas políticas públicas (segurança, saúde e educação) sensíveis à boa parte da população; e principalmente pelos casos de corrupção.

De acordo com a Organização Transparência Internacional, no Índice de Percepção da Corrupção (IPC) em 2018¹⁰, o Brasil ocupa a vergonhosa 105ª

¹⁰ O Índice de Percepção da Corrupção 2018, publicado pela Transparência Internacional, mensura os níveis de percepção de corrupção no setor público em 180 países e territórios. Com base em 13 pesquisas de avaliação feitas com empresários e especialistas, as pontuações do índice estão dispostas em uma escala de zero (altamente corrupto) a 100 (altamente íntegro).

colocação entre 180 países avaliados. É um dado que em si já é bastante preocupante, pois mostra a falta de confiança do cidadão brasileiro em seus representantes, mas ele se torna ainda mais grave, quando é associado a um dado da pesquisa (ESEB-2018) que mostra que mais de 55% dos entrevistados, em algum grau, concordam que a corrupção é um traço cultural do brasileiro. É um panorama alarmante, porque se a corrupção é encarada como algo intrínseco à cultura do brasileiro, todas ações corruptas acabam sendo naturalizadas, inclusive dos nossos representantes, contribuindo para a aceitação da frase “rouba, mas faz.”

Outro fator que pode ajudar na compreensão do aparente desinteresse por tudo que seja ligado à política, reside na construção da ideia que já foi abordada na parte 1.4 deste capítulo e será complementada no capítulo seguinte, de que a “política não se discute.” Esta ideia foi construída e massificada em períodos não democráticos da história do país, o que pode fazer com que haja resistências por parte daqueles que vivenciaram ou estudaram esses momentos.

Por último e não menos importante, há o fator que particularmente interessa a esta pesquisa, que é a maneira bastante rasa, e em alguns casos até inexistente, quando o assunto se refere à política como um tema escolar, na medida em que os estudantes não têm acesso a todo potencial que o conhecimento político pode gerar. Além disso, quando o tema política aparece na escola, há que se ter a preocupação de criar metodologias que o aproximem dos estudantes, fazendo com que os mesmos se interessem pelo tema.

Dizemos isto, como será abordado mais detidamente na parte 2.5 do próximo capítulo, porque inicialmente quando os estudantes sabem que terão aulas que tenham a política como tema, eles mostram bastante rejeição. No entanto, a partir do momento que eles têm acesso ao tema, a partir de uma prática pedagógica lúdica, que eles se sintam participantes do processo de construção do conhecimento sobre a política, a rejeição inicial é substituída pelo interesse.

Portanto, como as pessoas acabam não tendo contato com a política em toda a sua amplitude, este fato acaba gerando o desinteresse que está representado pelo alto índice de desinteresse pelo tema (68,8%), de acordo com a pesquisa (ESEB-2018). E como o entendimento sobre a política de boa parte da população está diretamente relacionada às ações dos chamados “políticos profissionais,” esta repulsa acaba sendo, equivocadamente, estendida para o termo “política” como um todo, tornando a política, quase que sinônimo de política partidária. Isso acaba

contribuindo para o afastamento dos temas políticos, corroborando com a afirmação de Gomes (2010), de que é cada vez mais comum encontrarmos pessoas despreocupadas com questões que envolvem o “bem comum” ou a vida política, enclausurando-se em si mesmas e se distanciando dos temas sociais e humanos. Fazendo com que seja corriqueiro frases do tipo¹¹: “eu me decepcionei com a política;” “na política só tem ladrão;” “não me meto com política;” “para que política? Não vai mudar nada mesmo; política e religião não se discutem;” “política é muito chata;” “eu sempre cumprio o meu papel de cidadão indo votar;” etc.

Há na pesquisa referida acima um baixíssimo índice de pessoas com participação em grêmios, centros acadêmicos e união de estudantes (4,6%). Especificamente em relação a baixa participação em grêmios, tal fato demonstra a subutilização do espaço escolar como um ambiente para a formação política do corpo estudantil, como também para o fortalecimento da democracia. Uma vez que, de acordo com Perdomo (2019, p.100), “os grêmios são na prática, laboratórios da atividade democrática, lugares que promovem a interrelação entre os jovens e a política”.

Não é o intuito desta pesquisa se debruçar sobre essa baixa participação em grêmios estudantis, no entanto, sinalizamos que é importante esclarecer se ela se dá porque os grêmios existentes não são atraentes à maioria dos estudantes ou se a maioria das escolas sequer possuem grêmios e até mesmo uma mescla entre estes dois panoramas. Sem a resposta para a indagação acima, temos por certo que uma maior participação de estudantes em grêmios estudantis, aliada às aulas orientadas sobre política durante o Ensino Básico, que se utilizassem de conhecimentos sobre a essência da política e como ela se dá no contexto brasileiro, poderíamos ter um ganha-ganha, pois estaríamos otimizando a participação política nos grêmios, a partir dos conhecimentos políticos adquiridos nas aulas, como também o próprio grêmio serviria como um estágio para a participação política.

Outra questão interessante que a pesquisa nos permite refletir se refere ao índice de quase 70% dos entrevistados que acreditam que o voto influencia muito no Brasil. Isto nos faz refletir sobre o desconhecimento de outros mecanismos de participação política. Esta questão pode se relacionar ao conceito de “cidadania

¹¹ Trechos de frases retirados das respostas de entrevistas que alunos do 8º tiveram que fazer com amigos e parentes tendo o interesse pela política como tema. As etapas da atividade estão descritas no capítulo 3.

passiva,” de Benevides (1994, p.9), que representa um tipo de participação outorgada e tutelada pelo Estado, incapaz de gerar novos espaços de participação política. Em outras palavras, a participação política acaba se resumindo ao voto, que se apresenta como o único mecanismo de participação e de mudança, deixando-se de lado os outros mecanismos de participação política previstos na Constituição Federal de 1988.

Todo este panorama de conhecimento parcial sobre política, nos faz concordar com a afirmação de Dantas e Caruso (2011, p.23), de que falta uma cultura política democrática ao brasileiro. A falta de uma educação política leva, portanto, de acordo com Sousa et al (2017, p.4) “ao desinteresse pelo acompanhamento e pela fiscalização das políticas públicas.”

Para que esta cultura seja construída de maneira satisfatória e duradoura, é crucial que os debates sobre a política sejam apropriados pela educação básica (AZEVEDO, 2014; DANTAS & CARUSO, 2011). No entanto, de acordo com Rosson (2010, p.14) “a política não faz parte de nosso processo educativo, porque não temos o “letramento político” como uma das funções da escola.”

É bastante claro e certo que a sociedade brasileira tem uma importante lacuna a ser preenchida, que é de extrema relevância para o aprimoramento da democracia. E o preenchimento desta lacuna, indubitavelmente passa pelos processos educativos escolares. Estou me referindo a uma educação política de qualidade, que seja capaz de formar jovens estudantes contestadores e propositores de soluções para a complexa realidade espacial a sua volta. Tal educação política tem conexão direta com a educação geográfica, afinal, estar-se-ia formando estudantes melhor preparados para intervir espacialmente.

3

Política se Discute, Inclusive na Escola: o espaço escolar como um espaço para a formação de estudantes politicamente atuantes.

É inegável que os assuntos ligados à política ganharam mais espaço no cotidiano das pessoas. No entanto, é preciso sinalizar que quantidade nem sempre é sinal de qualidade. Pesquisas mostram, algumas já abordadas no capítulo anterior, que é flagrante o desconhecimento de boa parte da população sobre o que de fato a política significa, como também, sobre o funcionamento do sistema político brasileiro, que em geral, é ignorado por muitas pessoas

A aplicação da pesquisa ESEB, referida anteriormente, foi aberta a qualquer pessoa acima de 16 anos, estudante ou não. Portanto, o universo de pessoas que responderam foi amplo. Diante disso, buscou-se saber exclusivamente dos estudantes como eles concebiam a política. Será que de fato confirmaria os resultados da pesquisa ESEB? Será que, de fato, a política é uma demanda dos estudantes? Será que eles achariam importante tê-la como um conhecimento escola? Entre outras perguntas, 19 no total, como é possível verificar na reprodução do questionário no Anexo 01.

Conforme abordado na introdução, inicialmente os planos para a aplicação deste questionário eram outros. Planos estes que foram extremamente impactados com a grave e ainda presente pandemia de COVID-19, que afetou e continua afetando as pessoas em todo planeta, em especial, diretamente as instituições de ensino. E como se tratava de uma aplicação de questionários aos estudantes, a forma virtual talvez não fosse a mais adequada, haja vista a inviabilidade da confirmação se de fato aqueles que estariam respondendo seriam estudantes. Já com relação à aplicação em papel, como foi feita pelos próprios professores em sala de aula, somente estudantes responderam. A amostragem e a abrangência também foram impactadas, haja vista que em diversas escolas públicas, sequer as aulas foram retomadas, e em tantas outras, o ensino de maneira remota prevalece, e ainda em outras escolas, há o ensino híbrido, ou seja, parte dos estudantes em casa e outra parte presencial, que fez com que público de estudantes acessíveis para a aplicação do questionário fosse também impactado.

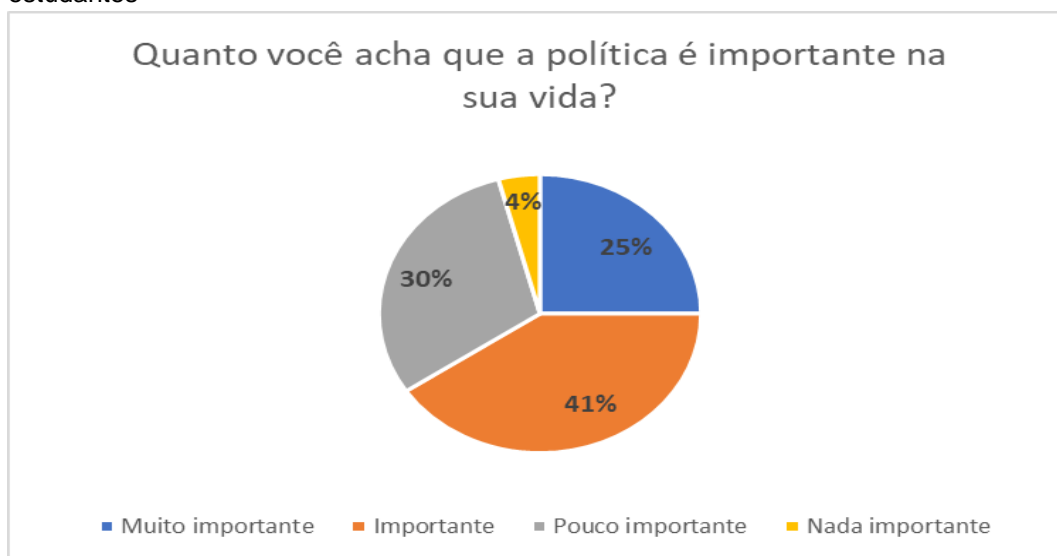
Apesar dos fatores listados acima, foram distribuídos cerca de 150 questionários por escolas particulares do município de Nova Iguaçu, e, pelos menos

até o presente momento, apenas 96 questionários respondidos foram recebidos. Sabemos que está longe de ser a amostragem ideal, mas, é possível obter alguns dados e fazer algumas análises a partir das informações coletadas até o momento, que prosseguirão, mesmo após a defesa da dissertação.

Ressaltamos que há o interesse de que esta pesquisa prossiga em um futuro doutoramento, tendo em conta a importância da política para formação cidadã, portanto pesquisas que se debrucem sobre o tema da educação política na escola são necessárias, pois acreditamos que um cidadão e uma cidadã bem formados politicamente estão mais aptos para atuarem em prol do bem comum.

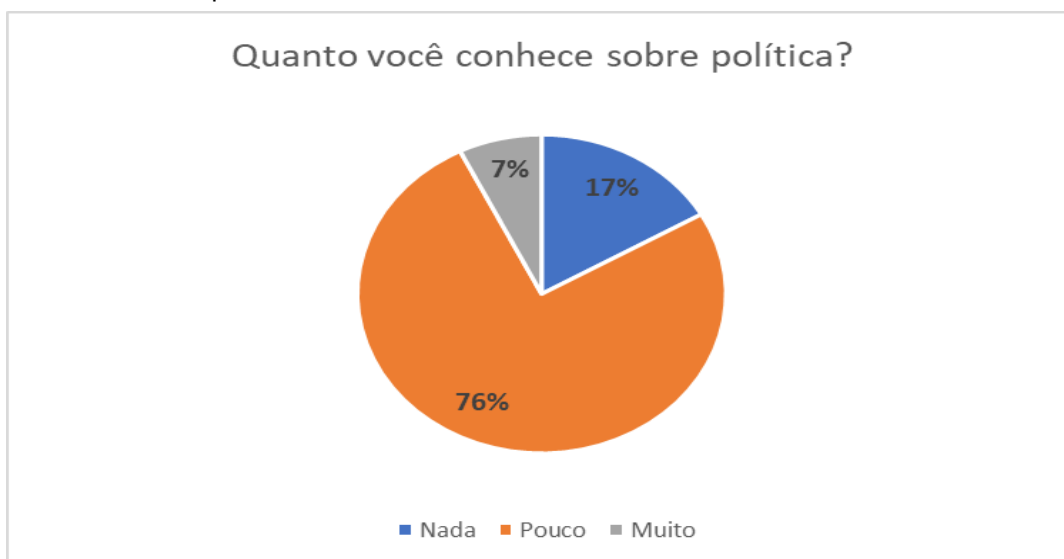
Feita essa ressalva, retomemos à pesquisa. Portanto, 96 estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental II e do 3º ano do Ensino Médio de escolas particulares do município de Nova Iguaçu na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, responderam a quase todas as perguntas do questionário, e a seguir estão alguns dos resultados:

Gráfico 1 – Quantificação das respostas sobre a importância da política na vida dos estudantes



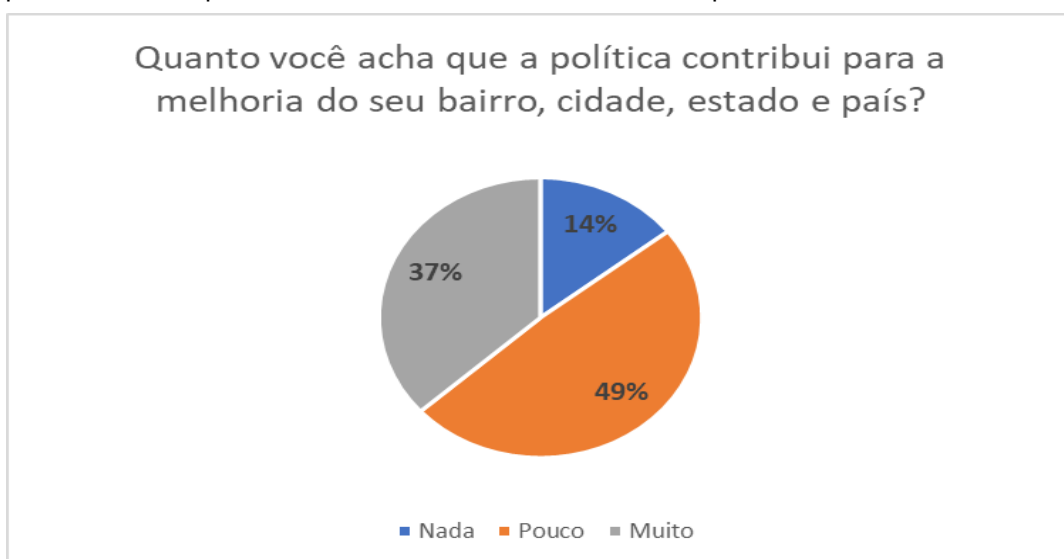
Fonte: questionários aplicados a estudantes do 9º do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio de escolas particulares do município de Nova Iguaçu.

Gráfico 2 – Quantificação das respostas sobre o quanto os estudantes conhecem sobre política



Fonte: questionários aplicados a estudantes do 9º do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio de escolas particulares do município de Nova Iguaçu.

Gráfico 3 – Quantificação das respostas sobre o quanto os estudantes acham que a política contribui para melhorias no bairro, cidade, estado e país



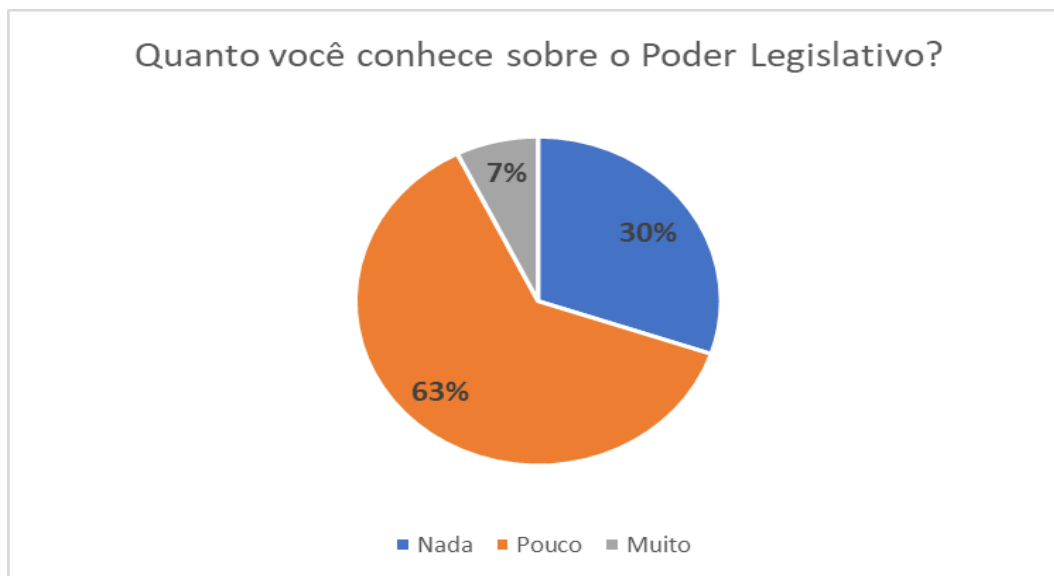
Fonte: questionários aplicados a estudantes do 9º do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio de escolas particulares do município de Nova Iguaçu.

Gráfico 4 – Quantificação das respostas sobre o quanto os estudantes acham importante estudar política na escola



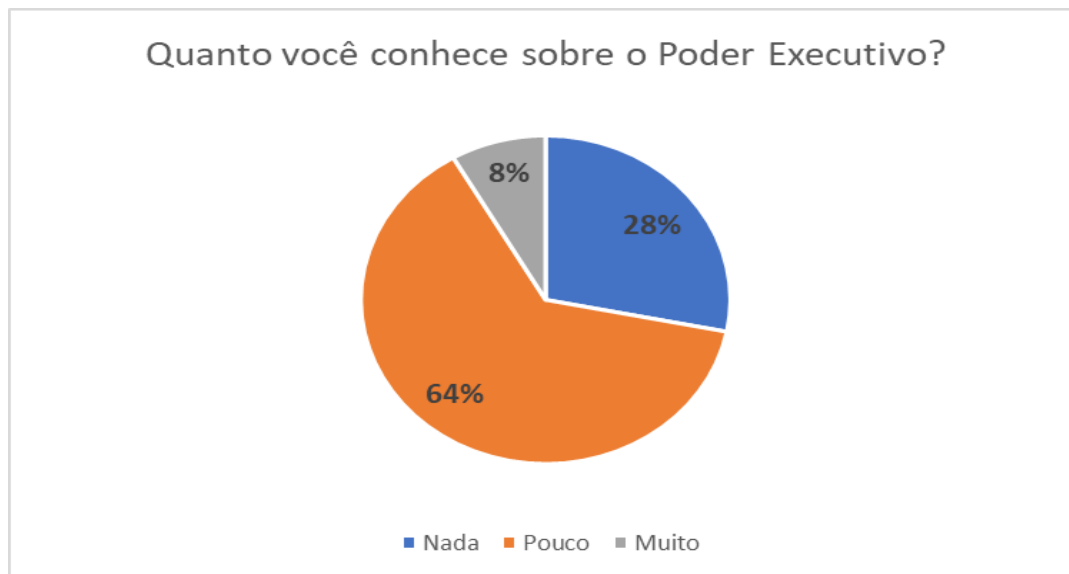
Fonte: questionários aplicados a estudantes do 9º do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio de escolas particulares do município de Nova Iguaçu.

Gráfico 5 – Quantificação das respostas sobre o quanto os estudantes conhecem do Poder Legislativo



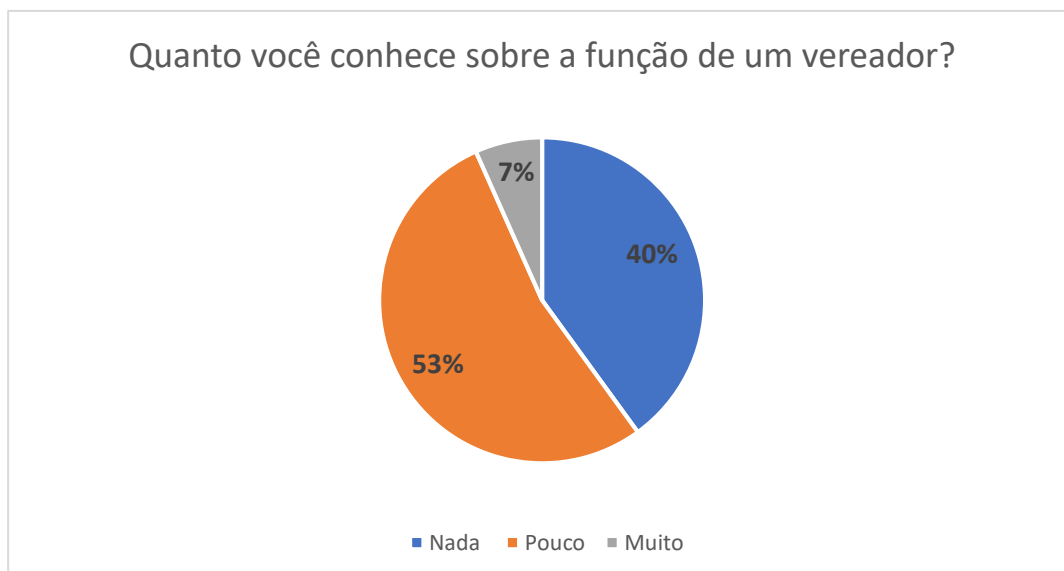
Fonte: questionários aplicados a estudantes do 9º do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio de escolas particulares do município de Nova Iguaçu.

Gráfico 6 – Quantificação das respostas sobre o quanto os estudantes conhecem do Poder Executivo.



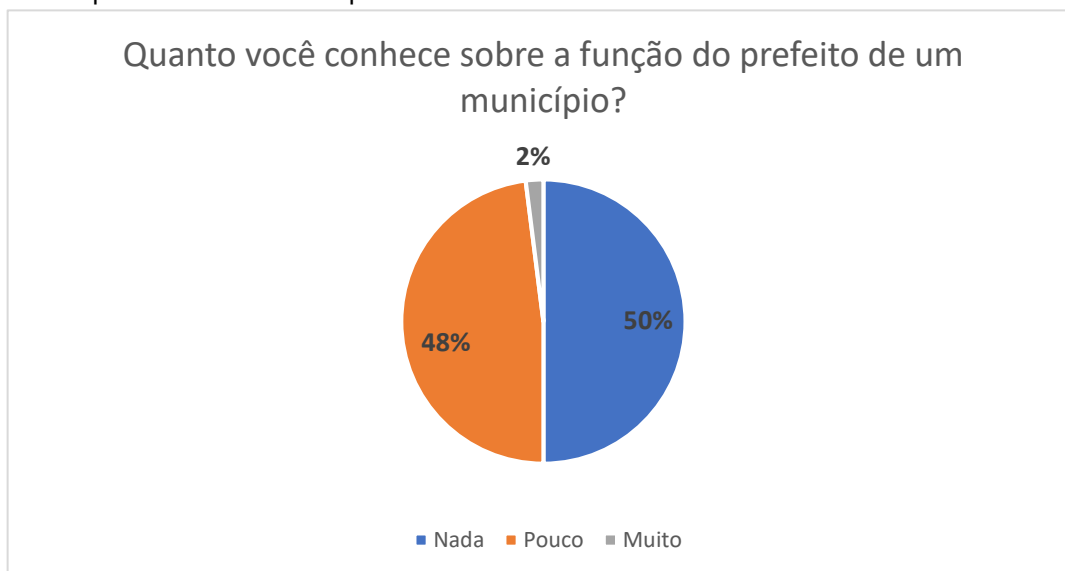
Fonte: questionários aplicados a estudantes do 9º do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio de escolas particulares do município de Nova Iguaçu.

Gráfico 7 – Quantificação das respostas sobre o quanto os estudantes conhecem da função de um vereador.



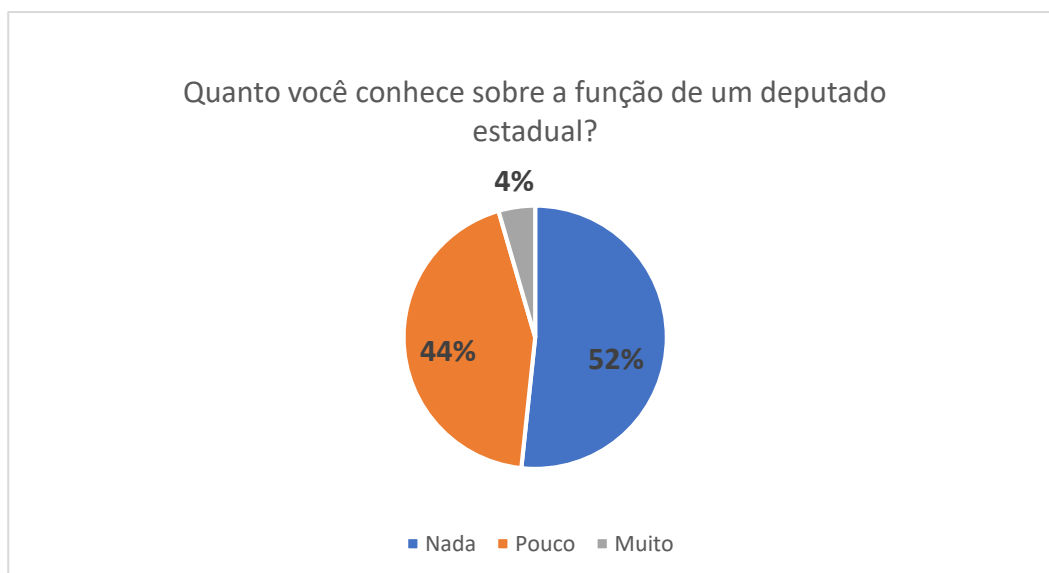
Fonte: questionários aplicados a estudantes do 9º do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio de escolas particulares do município de Nova Iguaçu.

Gráfico 8 – Quantificação das respostas sobre o quanto os estudantes conhecem da função de um prefeito de um município.



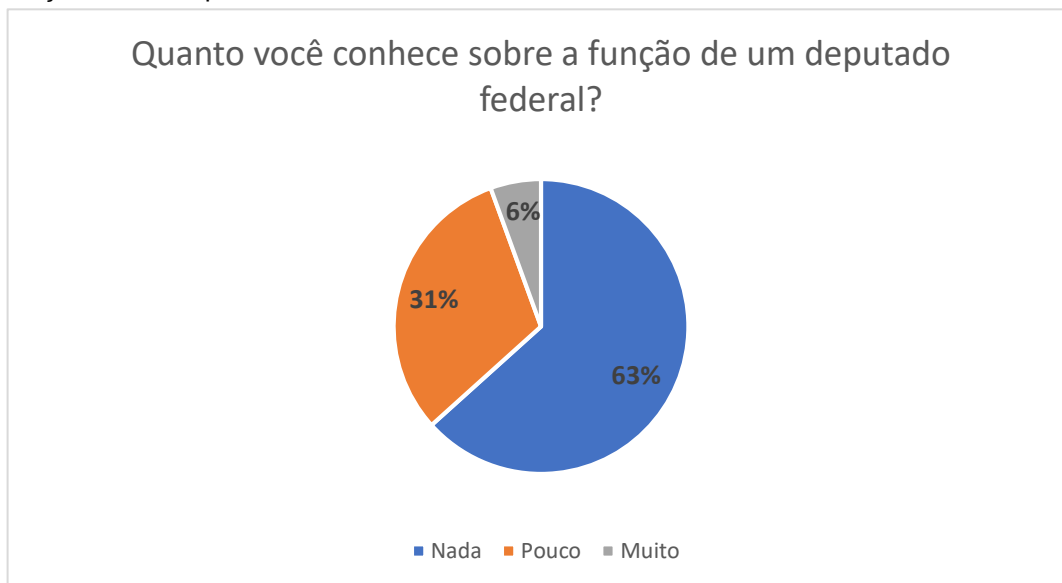
Fonte: questionários aplicados a estudantes do 9º do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio de escolas particulares do município de Nova Iguaçu.

Gráfico 9 – Quantificação das respostas sobre o quanto os estudantes conhecem da função de um deputado estadual.



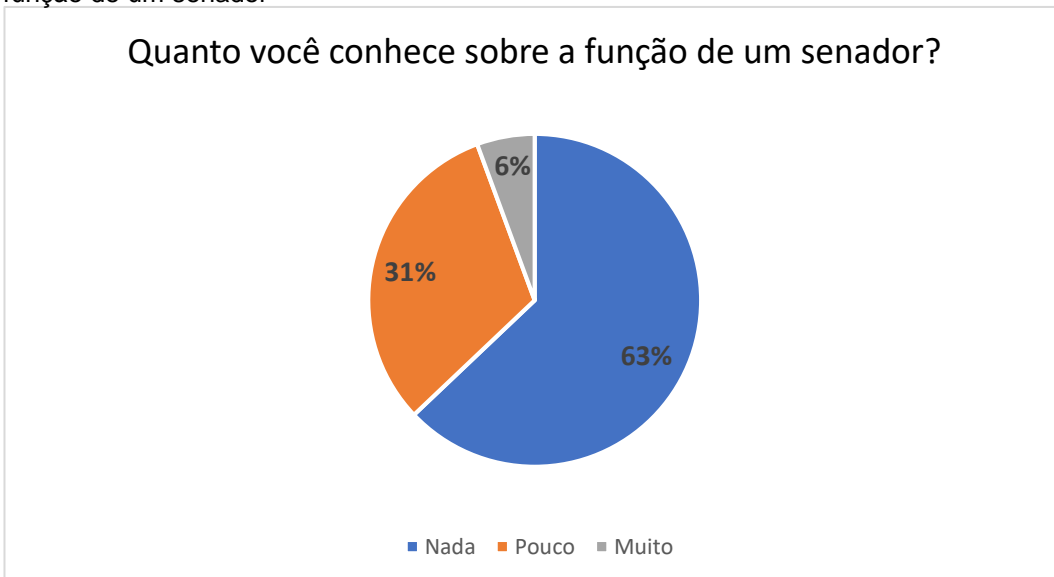
Fonte: questionários aplicados a estudantes do 9º do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio de escolas particulares do município de Nova Iguaçu.

Gráfico 10 – Quantificação das respostas sobre o quanto os estudantes conhecem da função de um deputado federal.



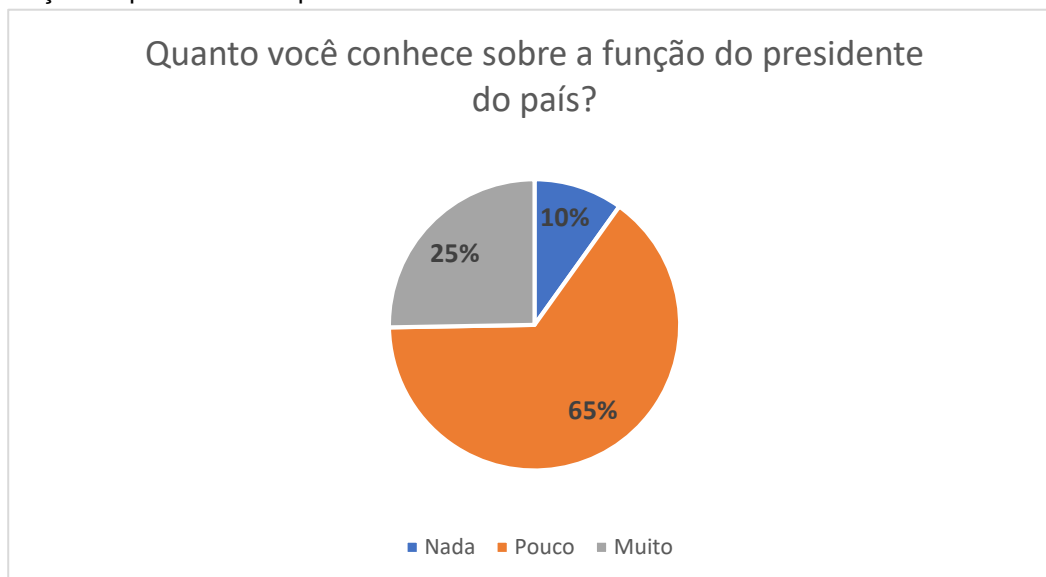
Fonte: questionários aplicados a estudantes do 9º do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio de escolas particulares do município de Nova Iguaçu.

Gráfico 11 – Quantificação das respostas sobre o quanto os estudantes conhecem da função de um senador



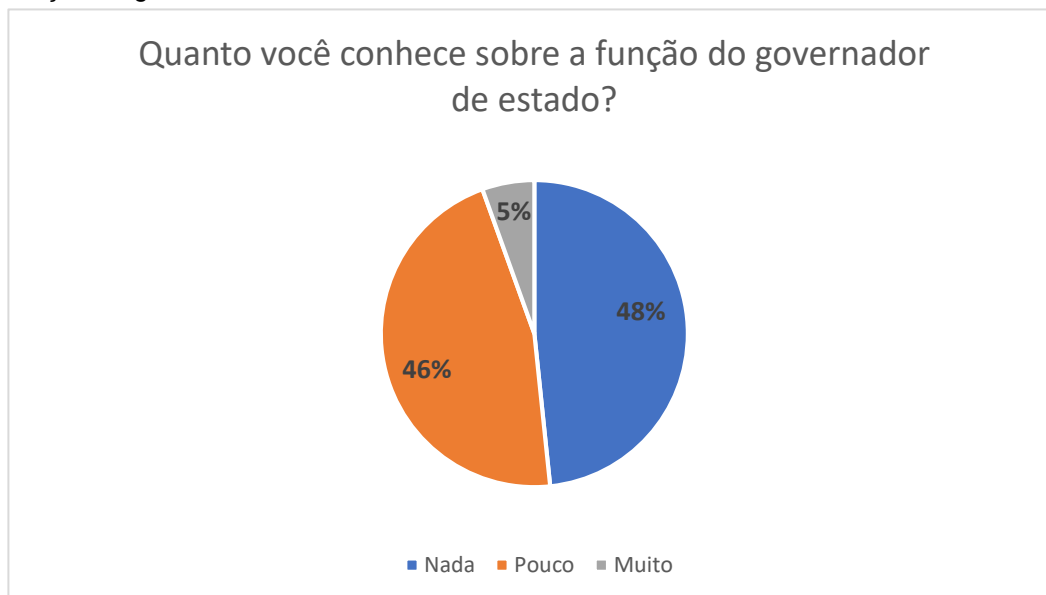
Fonte: questionários aplicados a estudantes do 9º do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio de escolas particulares do município de Nova Iguaçu.

Gráfico 12 – Quantificação das respostas sobre o quanto os estudantes conhecem da função do presidente do país.



Fonte: questionários aplicados a estudantes do 9º do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio de escolas particulares do município de Nova Iguaçu.

Gráfico 13 – Quantificação das respostas sobre o quanto os estudantes conhecem da função do governador do estado.



Fonte: questionários aplicados a estudantes do 9º do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio de escolas particulares do município de Nova Iguaçu.

A partir dos resultados contidos nos gráficos acima, somados aos resultados do (ESEB) Estudo Eleitoral Brasileiro realizado no ano de 2018, é possível constatar que de maneira geral, há um panorama de desconhecimento sobre o que de fato venha a ser a política, como também o funcionamento da política institucional no Brasil. Este quadro é bastante grave, uma vez que o bom funcionamento de um regime democrático passa impreterivelmente pela qualidade da formação política de seus cidadãos e cidadãs.

Apesar disso, na pesquisa feita com os estudantes do Ensino Básico, há resultados consoladores. Somados os que acham a política importante ou muito importante, temos mais de 65%, e mais de 80% acham importante estudar política na escola. Diante disso, reproduzimos a indagação de Castro (2014, p.8), da qual corroboramos e foi uma das inspirações para a decisão de escrever este trabalho, “o que a escola está fazendo para favorecer essa prática?” Em outras palavras, o que os profissionais de educação do ensino básico estão fazendo para que a política, tema caro a toda sociedade, faça parte dos conhecimentos adquiridos na escola? Estas são perguntas que todo professor que preza pela democracia, pela cidadania plena, pelo fomento à participação política de seus estudantes, se ainda não fez, deveria se fazer. Afinal, a formação política é, sem sombra de dúvidas, uma formação cidadã e é inaceitável, que um estudante termine o Ensino Básico sem a devida noção de saúde, de meio ambiente, de direito, e claro, de política (DANTAS & ALMEIDA, 2015).

É inaceitável também, que naturalizemos e nos acostumemos com a baixa formação política de nossa sociedade. Não é de bom tom que subutilizemos a força que o espaço escolar tem na formação para a cidadania, não discutindo temas relacionados à política.

O espaço escolar, não só tem potencial, como aqueles que nele convivem, em especial o corpo discente, devem chamar para si a responsabilidade que lhes cabe na formação política dos estudantes, transformando o espaço escolar em um verdadeiro e promissor espaço político.

De acordo com Azevedo (2016, p48), “a cidade urge por novos e verdadeiros espaços político de debate e deliberação”. Sendo assim, como aparece no título deste capítulo, política se discute sim, e, principalmente na escola, dado que a instituição escolar detém a credibilidade na validação e transmissão do conhecimento junto à sociedade.

Por isso, a política integrada à escola como um conhecimento, em pé de igualdade a outros, tem totais condições de aprimorar as práticas políticas da população, na medida em que o conhecimento político faça parte do Ensino Básico de todo cidadão e toda cidadã. Ao ponto de que estudar política na escola seja trivial, não no sentido negativo, mas sim no sentido de ser comum. Que as discussões não sejam sobre se a política deve ou não fazer parte do ensino escolar, mas sim, que as discussões sejam sobre a própria política como um conhecimento. Que os estudantes saiam da escola letrados na sua língua, saiam letrados em ciências, em matemática e, também, em política.

3.1.

O papel do letramento político nas escolas

O termo “letramento,” advém do inglês *literacy*, e ingressou na língua portuguesa através do campo educacional associado à alfabetização e ao ensino da escrita (TFOUNI 1988, 1995 *Apud* COSSON 2018; KLEIMAN, 1995). Embora no Brasil tal termo tenha, de maneira mais intensa, se restringido à alfabetização, de acordo com a UNESCO, letramento consiste na:

Capacidade de identificar, compreender, interpretar, criar, comunicar e computar, usando materiais impressos e escritos associados a contextos variados. O letramento envolve uma série contínua de aprendizagens, visando a possibilitar a um indivíduo alcançar seus objetivos, desenvolver seus conhecimentos e potencial, bem como participar totalmente da comunidade e da sociedade mais ampla (Fonte: UNESCO, 2005a). Cada vez mais, novas formas de letramento necessárias à vida moderna são levadas em conta no currículo, em particular aquelas relacionadas a novas tecnologias, como letramento digital, letramento em informação, letramento em mídia e letramento em redes sociais (UNESCO, 2016, p.59).

Na Enciclopédia Britânica, de acordo com Cosson (2018, p.41), o termo “letramento” se refere à “capacidade de comunicar usando sinais escritos, impressos, eletrônicos ou símbolos para representar a linguagem.” Nessas duas conceituações, não há qualquer restrição do termo “letramento” à alfabetização, abrindo, portanto, a possibilidade de tomar tal termo de modo mais abrangente.

Sendo assim, há diversos letramentos: científico, matemático, quantitativo, digital, informacional, tecnológico, ambiental, político etc.

A partir dessa definição mais geral, Cosson (2010, p.54), baseado em Crick (1998), define o termo “letramento político”, “como o processo de apropriação de práticas, conhecimentos e valores para a manutenção e aprimoramento da democracia,” em outras palavras, se refere à aquisição de aptidões para agir politicamente em prol da democracia.

É um conceito caro a esta pesquisa, uma vez que, diante do pouco espaço dado a política no contexto escolar, muitos estudantes acabam saindo do Ensino Básico, alfabetizados, letrados na língua escrita, letrados em matemática, porém, com uma formação política parca, incapaz de prepará-los para atuar politicamente de maneira adequada. Esse quadro acaba por gerar o que Arendt (2002, p.25) chama de *apolitia*, ou seja, um afastamento da *polis*, uma indiferença com relação à política. É um quadro bastante preocupante, configurando-se como um desserviço para toda a sociedade, porque formam-se jovens cidadãos insuficientemente preparados para atuar politicamente, principalmente por desconhecerem o funcionamento político em suas diferentes escalas, como também os seus mecanismos de participação e menos ainda as possibilidades de se criar mecanismos participativos. Por isso defendemos nesta pesquisa que o letramento político, a exemplo dos letramentos linguísticos e matemáticos, também seja incorporado pelos processos educacionais do Ensino Básico.

Falando mais especificamente da relação entre letramento político e geografia escolar, tem-se um quadro bastante promissor. A Geografia, de acordo com Cachinho (2004), é conhecida pelo vasto potencial de formação dos jovens estudantes, graças a sua riqueza temática que pode ser trabalhada em sala de aula, aliado ao seu caráter multidisciplinar em decorrência do estreito vínculo entre sociedade e natureza.

Cabe ressaltar que este vínculo abrange uma gama de aspectos, econômicos, ecológicos, culturais, físicos, políticos, entre outros, que, tal qual uma refeição com ingredientes nutritivos é capaz de alimentar o indivíduo e conceder-lhe energia para suas atividades motoras e cognitivas diárias, tais aspectos, caso sejam trabalhados de maneira integrada, utilizando-se dos procedimentos pedagógicos certos e adequados ao público-alvo, são capazes de fornecer nutrientes indispensáveis aos estudantes para que eles possam refletir e agir espacialmente de maneira mais

assertiva. Diante disso, os professores e professoras de geografia do Ensino Básico apresentam-se como *chefs* ou cozinheiros e cozinheiras de posse de uma dispensa diversificada e rica em ingredientes substanciosos capazes de preparar pratos nutritivos e saborosos para os estudantes, nos quais a política pode apresentar-se como o tempero que dá um toque especial aos pratos. Em outras palavras, o letramento geográfico, articulado ao letramento político, abre a perspectiva para formação de jovens estudantes preparados politicamente para agir espacialmente.

3.2.

A importância da política institucional na formação do estudante: conhecer as regras do jogo importa

Antes de assinar qualquer tipo de contrato, seja um contrato de trabalho ou um contrato para uma prestação de serviço, muitas pessoas se interessam em saber o que estão assinando, ou seja, querem estar cientes sobre os deveres e os direitos de ambas as partes. É importante e salutar que assim seja, afinal o conhecimento sobre as regras que regem o contrato é uma condição primordial.

Se nos propusermos a praticar qualquer modalidade de esporte, o futebol por exemplo, minimamente devemos conhecer as regras do jogo, saber quando há um impedimento, quantas substituições de jogadores podem ser feitas durante uma partida, para que serve um cartão amarelo ou vermelho, quais ações são passíveis de punição etc. Já se resolvermos obter uma habilitação para conduzir um veículo, é certo que devemos conhecer as leis de trânsito vigentes, pelo menos as mais triviais, no território que iremos dirigir. Em suma, se nos mais diversos aspectos das nossas vidas é condição *sine qua non* conhecer as regras, por que com a política deveria ser diferente?

Os sistemas políticos ao redor do mundo, democráticos ou não, têm suas diretrizes. E até para criticar, discordar e propor mudanças, é preciso conhecê-las. Sendo assim, para se obter uma educação política escolar completa e eficaz, não se pode renunciar aos conhecimentos sobre a política institucional do país. O sistema político e eleitoral, as competências dos entes federativos e, principalmente as atribuições dos representantes do Executivo e do Legislativo, são condições essenciais para que a política seja trabalhada na sala de aula. Para participar,

inicialmente, é necessário conhecer. Entretanto, o desconhecimento sobre a política nacional, acerca de seus tramites, é comum entre boa parte dos brasileiros.

Normalmente quando começo a trabalhar a política em sala de aula, costumo perguntar aos estudantes o quanto eles conhecem sobre as funções de um deputado, de um vereador, de um presidente, de um governador de estado, e quase sempre a resposta é nada ou muito pouco. E aqueles que respondem que sabem quais são as atribuições de um desses representantes quase sempre se equivocam. Esse desconhecimento não é exclusividade dos estudantes. Na pesquisa eleitoral do TSE de 2010, que entrevistou 2.000 pessoas acima de 16 anos em todos os estados da federação e no Distrito Federal, mais de 40% assumiram que não sabiam dizer a função de um deputado (DANTAS, 2016). Isso mostra como, de fato, muitas pessoas não conhecem as atribuições de seus representantes, e com relação ao Legislativo, o desconhecimento é ainda maior, haja vista que as eleições para o Executivo, devido ao seu caráter majoritário, ou seja, quem recebe mais votos vence, é mais fácil de compreender do que o sistema proporcional, no qual os votos vão para os partidos políticos e em seguida são divididos com base no coeficiente eleitoral.

Provavelmente, caso o conhecimento sobre esse sistema fosse apreendido pela população, votações simbólicas, em caráter de protesto, como a do deputado federal Enéas, que em 2002 elegeu-se deputado pelo estado de São Paulo, ou mesmo o caso do comediante Tiririca que também foi eleito deputado federal pelo estado de São Paulo em 2010, fossem mais difíceis de acontecer.

Ambos tiveram votações expressivas, registradas entre as maiores do processo eleitoral brasileiro, e levaram consigo, no caso do Enéas, mais cinco candidatos, inclusive o deputado Tocera, que foi eleito, mesmo sem receber um voto sequer. Graças a votação expressiva do candidato Enéas, seu partido na época, o PRONA, amparado pela regra do coeficiente eleitoral, teve direito a escolher entre seus candidatos, mais cinco, independentemente da quantidade de votos que receberam. Já com relação à votação expressiva do candidato Tiririca, seu partido em 2010, o Partido da República (PR), teve o direito de eleger mais quatro, puxados pela votação expressiva do candidato.

A eleição de Tiririca é ainda mais emblemática, pois o então candidato, encarnando o desconhecimento de boa parte da população sobre as funções de um representante do Poder Legislativo, emplacou o seguinte slogan na sua campanha:

“Oi, sou o Tiririca da televisão. Sou candidato a deputado federal. O que é que faz um deputado federal? Na realidade eu não sei, mas depois, te conto.”

Esses tipos de votos de protesto, sem sombra de dúvidas, merecem receber a devida atenção da sociedade, uma vez que, sem entrar no mérito sobre o nível de preparo desses dois deputados para exercer cargo tão importante para a sociedade, o desconhecimento sobre a regra do coeficiente eleitoral acaba fazendo com que candidatos, sem votações expressivas, desconhecidos, sejam eleitos. E de tudo que é desconhecido, pode se esperar qualquer coisa, inclusive candidatos que ataquem a democracia, com histórico de corrupção, más atuações etc. Portanto, corroboramos com Azevedo (2014, p.61), quando ele diz que “um voto de protesto só é possível a partir de uma conscientização política.”

As situações trazidas acima representam apenas alguns dos vários motivos para que a política institucional faça parte da educação política na escola. Pois a partir dela, os estudantes estarão mais preparados para escolher seus representantes, uma vez que passarão a conhecer melhor os tramites eleitorais. Além disso, a política institucional como um conhecimento a ser aprendido na escola pode contribuir para dirimir outras dúvidas muito comuns, que se referem ao desconhecimento sobre as competências entre os Três poderes e as competências entre as esferas de governo previstas na Constituição de 1988.

Como já foi abordado na apresentação deste trabalho, um outro motivo que fez com que eu atentasse para a importância da política como um conhecimento escolar, surgiu da constatação de que os estudantes, definitivamente, ignoravam as funções dos três entes federativos (União, Estados e Municípios).

Tal constatação se deu a partir de um dia em que muitos estudantes chegaram atrasados para aula, por conta dos alagamentos decorrentes da forte chuva que precipitou sobre o município de Nova Iguaçu na madrugada daquele dia. As reclamações sobre os alagamentos foram ampliadas para outros problemas que afetavam as vidas daqueles estudantes, como a escassez e os atrasos do transporte coletivo, a insegurança, as ruas esburacadas etc. Eu os questioneei se sabiam a quem cobrar para que houvesse melhorias nos serviços reclamados, a maioria não soube responder, e alguns responderam de maneira equivocada.

Essas situações servem para ilustrar que o “simples” fato de conhecer as competências dos entes federativos, como também as funções dos representantes políticos, é um passo enorme e importantíssimo para a necessária formação política

dos estudantes. Defendemos até que a Constituição vigente no país, respeitando os níveis escolares dos públicos-alvo e utilizando-se de estratégias pedagógicas que adaptem temas importantes contidos na Carta Magna, sejam temas de aulas nas escolas. Concordamos com Bignotto (2020, p.231), quando ele se refere à Constituição como “o horizonte insuperável da nossa vida em comum”, e como tal, ela deveria ser mais popularizada na escola, pois estaríamos contribuindo sobremaneira para a formação cidadã. E a Constituição é sim um tema que deve ser caro a todo geógrafo, afinal, as leis e normas precisam de um espaço concreto para se materializem, portanto, a relação entre Constituição e espaço é clara. Mas esse é um assunto para outro trabalho, portanto não será aprofundado aqui. Abordaremos a seguir a importância da formação política para o estudante e que ela é em si uma contribuição para a formação cidadã e que não só pode, como deve ser aprendida na escola.

3.3.

A cidadania também se aprende na escola: formando cidadãos atuantes

De acordo com a Constituição Federal de 1988, cidadão é todo indivíduo no pleno gozo dos direitos civis e políticos. Cidadania é, portanto, a qualidade de quem é portador destes dois direitos. No entanto, Benevides (1994) chama a atenção para o fato de haver duas maneiras de se vivenciar a cidadania: a passiva e a ativa. A primeira se refere àquela concedida pelo Estado, baseada na ideia moral do favor e da tutela, na qual as concessões apresentam-se como alternativas a direitos. Este tipo de cidadania, conforme (Benevides, 1994, p.7) é “excludente e predominante em sociedades autoritárias,” mas também, diríamos que pode ser comum em sociedades democráticas com governantes populistas.

No segundo tipo de cidadania, a ativa, os direitos e deveres são apropriados pelos cidadãos, que têm a oportunidade de gerar novos direitos e novos espaços de participação (BENEVIDES, 1994). É exatamente este tipo de cidadania que buscamos no fomento à educação política nas escolas. Uma educação política, que, ainda de acordo com (BENEVIDES, 1994), não seja encarada como uma estrada de mão única, ou seja, somente do Estado para as pessoas.

A contribuição de Benevides é extremamente relevante para refletirmos sobre a importância da ação para a realização da cidadania, ou seja, não basta ser um cidadão bem-informado e formado, é preciso agir, é preciso pôr em prática o que se aprende. Isto posto, é necessário refletir também, sobre se há de fato uma dicotomia entre uma cidadania que se denomine passiva e outra de caráter ativo. Se tomarmos a cidadania que é concedida pelo Estado, aquela dita “passiva”, como uma pecha ou algo imperfeito e inadequado, estaríamos de alguma maneira implodindo as bases de qualquer tentativa de uma educação política no Ensino Básico, afinal, quer queiramos ou não, o Estado, em algum grau está presente na sala de aula. Em uma escola pública a presença do Estado apresenta-se de modo mais visível, pois a oferta de educação escolar é um dever constitucional do Estado, portanto, todos os conteúdos e conhecimentos trabalhados pelos professores e professoras, que são funcionários públicos e estão representando o Estado na sala de aula, não deixam de ser em alguma medida, uma concessão do Estado para o estudante cidadão, mas não é exclusividade da educação escolar de caráter público. Mesmo nas escolas privadas, apesar de suas autonomias na montagem de seus Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs), os mesmos devem estar alinhados à base curricular vigente, o que representa, em alguma medida, também a presença do Estado.

Especificamente em relação a política como um conteúdo e um conhecimento possível de ser trabalhado no ambiente escolar e se considerarmos que ela quase não aparece, o que contribui para o desconhecimento de boa parte da população sobre o tema, inevitavelmente, o estudante cidadão se portará de maneira passiva, pelo menos inicialmente, absorvendo os conteúdos e conhecimentos que lhes é ofertado, em muitos casos pela primeira vez.

Não entendemos esta passividade como um problema, apenas um estágio para uma cidadania ativa que virá a seguir. Mas antes, é mister que o estudante tenha contato com uma política institucionalizada na teoria, que ele possa minimamente entender os trâmites da política nacional, afinal de contas, para que haja ação assertiva, é necessário previamente conhecer as ferramentas que se tem às mãos, para em seguida saber como usá-las.

Feitas as ressalvas sobre cidadania passiva e ativa, entende-se neste trabalho que não há oposição. O que há, na verdade, são estágios, como foi abordado acima. O importante, é que os estudantes não passem pelo Ensino Básico sem terem acesso

aos conhecimentos sobre cidadania, mas não somente sobre o significado do termo, isto sim, seria um tipo de ensino passivo sobre cidadania. Concordamos com Arendt (2002), quando ela relaciona o caráter político, sobretudo quando os homens se apresentam como atuantes. A ação é, portanto, imprescindível para uma formação política plena.

A cidadania na escola, deve ser mais ampla, e impreterivelmente passa por uma educação política que abarque a amplitude e a importância da política para a sociedade, como também as características da estrutura política do país, além dos mecanismos de participação. Em resumo, nas palavras de Carvalho (2002) *apud* Bignotto (2020, p.39), das quais concordamos, “déficit de cidadania significa baixa participação política”.

Para resolver esse problema, a educação geográfica escolar tem muito a contribuir para esta participação cidadã ampliada a qual se almeja. Afinal, dentre as potencialidades da Geografia, que serão abordadas mais adiante, uma delas, segundo Cachinho (2005), é exatamente a possibilidade de formar cidadãos ativos globalmente. Sendo assim, é necessário educar na cidadania através de práticas pedagógicas que não tomem a política apenas como um conteúdo expositivo e sim um conhecimento aplicável e necessário a todo cidadão e cidadã, pois tem potencial de empondera-los.

3.4.

Articulando educação geográfica e educação política

No primeiro capítulo foi abordado a relevância que a política e a Geografia têm uma à outra. Tal afirmação reside exatamente no fato de toda prática política, para acontecer de verdade, inevitavelmente precisa de um espaço concreto para se realizar. Além disso, o conhecimento espacial favorece as práticas políticas. E toda prática política, a partir do momento que se materializa no espaço, modifica-o, fazendo com que essa relação, sem sombras de dúvidas, seja cara a toda pesquisa espacial que se preze.

Sendo assim, Geografia e Política se complementam sob diversos aspectos. A Geografia, é, portanto, indispensável para a análise política (AZEVEDO, 2014). É uma temática, que de acordo com Castro (2014, p.8), “vincula sociedade e território e favorece a reflexão sobre o lugar de cada um na *polis*,” além de oferecer

(Ibidem, 2014), “uma contribuição necessária à compreensão e aos avanços dos direitos e deveres da cidadania.”

Entendemos que a geografia escolar tem um potencial formativo que pode ser aplicado na formação política dos estudantes. O quadro abaixo, de Cachinho (2005) *apud* Correia (2018, p.4), cita as competências da disciplina geográfica, ratificadas pela *Geographical Association* e sistematizadas.

Quadro 1 – Potencial formativo da Geografia.

- Garante o conhecimento da localização e a compreensão das relações espaciais – como os lugares encontram-se ligados;
- Permite construir o conhecimento e a compreensão dos acontecimentos, em diferentes escalas geográfica;
- Explica os padrões e os processos geográficos e aborda a complexidade dos ambientes físicos e humanos;
- Permite a tomada de decisão bem-informada sobre o ambiente e favorece a compreensão do desenvolvimento sustentável;
- Estabelece relações entre os sistemas naturais, econômicos, sociais, políticos e tecnológicos;
- Desenvolve a competência da leitura visual – interpretação de mapas, diagramas, fotografia aérea e imagens de satélite;
- Dá, oportunidade, através do trabalho de campo, de realizar investigações em primeira mão sobre os lugares, o ambiente e comportamento humano;
- Estimula o interesse e a admiração pelo mundo – alimenta nos jovens o desejo da exploração e permite que estes viagem com confiança;
- Permite que os jovens se tornem cidadãos ativos globais;
- Ajuda os alunos a compreender que existe mais do que uma via, um problema específico da vida real.

Castro também chama à atenção para a relevância da disciplina geográfica:

A geografia é a disciplina que tem o mérito de revelar ao estudante o seu lugar no mundo. A riqueza temática dos

conteúdos passíveis de serem trabalhados em sala de aula advém da própria diversidade dos espaços, das paisagens e das sociedades que compõem o rico painel do cotidiano dos povos e dos seus lugares. [...] Conhecer o mundo é condição necessária para nele viver e para transformá-lo (CASTRO In AZEVEDO & MORAIS (Orgs), 2014, p.7).

A geografia escolar tem, portanto, todo um cabedal de temas que pode contribuir para que o estudante possa conhecer o mundo em que vive, nas suas diferentes escalas, afinal, de acordo com Morin (2001), conhecer o mundo é uma necessidade que é ao mesmo tempo intelectual e vital. E isso representa um primeiro passo para que ele possa transformá-lo. Não somente a partir dos temas mais tradicionais trabalhados na escola, mas principalmente a partir de novos temas, tão caros à sociedade atual, como aqueles trazidos por Azevedo & Moraes (2014): o espaço das expressões religiosas; paisagem e patrimônio; gênero; e a própria geografia política. Estes temas ou “novos” temas, como classificam os autores, vão ao encontro das competências da disciplina geográfica elencadas no quadro acima, principalmente aquela que sinaliza para o fato de o estudante se tornar um cidadão ativo global.

A Educação política no Ensino Básico propicia um “ganha-ganha” para o estudante e para a disciplina geográfica. O primeiro ganha, porque tem acesso a um conhecimento capaz de instrumentalizá-lo para a necessária ação política cidadã e a segunda, ganha, porque o conhecimento geográfico consegue ampliar sua relevância no contexto escolar.

Com relação à educação política e educação geográfica no contexto escolar, a articulação entre as duas não só é possível, como também, de acordo com Rodrigues (2019, p.6), é “necessária e premente.” É preciso que haja a conexão entre Geografia e política, já no Ensino Básico. Mas para isso, é necessário que os educadores, em especial os professores de Geografia, chamem para si a responsabilidade da formação política dos estudantes, pensem e ponham em prática estratégias para que a política seja inserida no ensino escolar.

3.5.

Possibilidades de inserção da política no ensino escolar

A política como um conhecimento geográfico escolar, defendida neste trabalho, é importante, principalmente pela possibilidade de formar cidadãos e cidadãs mais bem preparados para atuar politicamente. Esta formação permite que os estudantes tenham acesso aos caminhos institucionais que lhes permita agir de maneira mais eficaz e precisa em prol das demandas importantes para a sociedade, ademais de contribuir para o fortalecimento da democracia. Sendo assim, a inserção da política no ensino escolar, em especial de Geografia, pelos motivos já abordados, não só é possível, como é necessária.

A política no ensino escolar não deve ser encarada como mais um conteúdo a ser “passado” ao aluno. Esta não é a essência que a política deve ter na escola. É necessário que práticas pedagógicas sejam pensadas, de maneira que o estudante se sinta partícipe na construção de um conhecimento político que seja realizável e aplicável ao seu cotidiano. Além disso, por mais que não haja neutralidade política por parte do corpo docente, a política na sala de aula não deve se pautar pelas predileções políticas dos professores. Há que ser uma educação política suprapartidária, ampla, para evitar que a política caia em descrédito junto à comunidade escolar. É preciso estar sempre ciente de que a aquisição e construção de conhecimento do estudante deve ser o foco principal e não a doutrinação política para o caminho X ou Y. O estudante é quem deve realizar suas próprias escolhas.

Feitas as considerações acima, é necessário colocar a *mão na massa* e fazer com que os estudantes tenham acesso à política na escola. Esse deve ser o foco principal. Mas, o leitor ou a leitora deve estar se perguntando, como fazer, principalmente diante do atual panorama tão hostil e antipolítico? Como fazer, diante do desinteresse e do preconceito em relação ao tema em algumas escolas? Como fazer, diante da escassez de tempo na grade curricular ao longo do ano? Como fazer, diante da falta de tempo e despreparo de professores para tratar do tema? Como fazer, diante do presente momento de pandemia, em que os contatos entre as pessoas e os deslocamentos estão limitados?

A partir de experiências com educação política aplicadas por mim ou das quais eu participei, além de experiências de outros professores, que serão relatadas

a seguir, tentaremos sanar as possíveis dúvidas acima e contribuir de maneira singela com quem queira construir conhecimentos políticos com seus estudantes.

Primeiramente, quando não sabemos trabalhar com algo ou não nos sentimos preparados, obviamente precisamos procurar aqueles que já o fizeram e aprender com suas experiências. Assim foi feito no meu caso, quando identifiquei a necessidade de se trabalhar a política a partir da experiência que me fez pesquisar sobre o tema, que já foi abordado neste trabalho, encontrei o texto *Por uma geografia escolar verdadeiramente política* do professor geógrafo Daniel Azevedo.

No texto o autor relata uma atividade com uma turma de alunos do 1º ano do Ensino Médio do Colégio Pedro II do campus Humaitá, escola pública federal da Zona sul do município do Rio de Janeiro.

A atividade consistiu em debates em sala de aula sobre política e democracia no município, além da participação, em caráter de trabalho de campo, em uma audiência pública do Conselho Municipal de Saúde da prefeitura do Rio de Janeiro.

Debater política e democracia em sala de aula, apesar da sua aparente simplicidade, já denota um passo importantíssimo para a formação política dos estudantes. Mas a atividade foi além, e propiciou aos estudantes a participação em uma audiência pública, onde eles puderam vivenciar um espaço em que posições e contraposições são externalizadas, ou seja, um espaço político em essência.

Essa experiência certamente marcou positivamente esses estudantes e a conclusão do trabalho de um dos grupos participantes corrobora essa afirmação, de acordo com Azevedo:

Este trabalho foi uma ótima forma de nos mostrar que há muito mais coisas a serem discutidas e trabalhadas do que apenas votações. Também mostrou que existem maneiras de reivindicar direitos, e que democracia não é igual à liberdade individual. Nos mostrou que há também outras formas bastante importantes para discutir o modo em que vivemos e é por isso que os conselhos devem ser muito mais divulgados, e ao invés de as pessoas ficarem reclamando sobre o modo de vida que levam, deveriam procurar se informar mais (AZEVEDO In. AZEVEDO & MORAIS, 2014, p.49).

A partir dessa conclusão dos estudantes, é possível constatar que eles estarão muito mais preparados para fiscalizar e pressionar o Poder público, pois tiveram

acesso a outras formas de reivindicar direitos, como aparece na conclusão, uma vez que o mais comum é protestar nas ruas, ocupar espaços, fazer greves, que também são formas importantes, no entanto, sem a atuação a partir da via institucional, a ação política fica incompleta. Portanto, a mescla entre ações instituintes e ações institucionais, nos parece mais eficaz, e os estudantes não podem ficar alijados dessas duas vias de participação política previstas na Constituição.

O momento atual ilustra a necessidade da junção dessas duas vias de atuação política. Está aumentando o número de participantes em mobilizações virtuais e presenciais que pedem a saída do presidente Jair Bolsonaro. É comum ver nas redes sociais e em cartazes carregados por manifestantes, a frase “Fora Bolsonaro.” Não é possível afirmar, pois não vi nenhuma pesquisa, seja com aqueles que pediam “Fora Dilma”, “Fora Temer” e agora “Fora Bolsonaro”, se as pessoas que pedem a saída de um presidente, conhecem os trâmites legais de um processo de *impeachment*. Mas, baseado no baixo interesse sobre política que aparece em pesquisas já abordadas neste trabalho, posso inferir que o conhecimento sobre todo andamento de um processo de *impeachment*, que para iniciar precisa haver indícios de crimes de responsabilidade, ser enviado à Câmara dos deputados, ficando a cargo única e exclusivamente do presidente da Câmara acolher o pedido, seja baixo. O conhecimento sobre esses tramites institucionais de deposição de um chefe do Executivo, certamente iria otimizar a maneira de reivindicar direitos a partir das manifestações, direcionando a pressão popular a quem, de fato, pode fazer alguma coisa.

O contato que tive com a experiência do professor Daniel Azevedo com seus alunos do Colégio Pedro II contribuiu para que eu passasse a inserir aulas sobre política no meu planejamento anual na escola que leciono. E assim foi feito. Passamos a inserir aulas semanais sobre política, abordando temas relacionados ao sistema político e eleitoral, competências e funções dos prefeitos, vereadores, deputados etc.

Um momento específico foi significativo e simbólico para a importância de se trabalhar a temática da política na escola. Em uma aula que tinha como tema a função de deputados, depois de discutirmos tais funções, um aluno disse: “Então professor, quer dizer que aquela faixa que está pendurada ali na pracinha nova, com agradecimentos a um deputado pela construção da praça, é caô.” Certamente esse aluno e o restante da turma olharão com mais atenção e senso crítico quando se

depararem com faixas, muito comuns em bairros da Zona Oeste do município do Rio de Janeiro e em municípios da Baixada Fluminense, em agradecimento a algum candidato a cargo eletivo, por uma suposta construção de algum aparelho público.

Esse fato ocorreu no ano de 2018 durante as campanhas eleitorais daquele ano. Já durante as eleições municipais de 2020, aproveitamos que alguns candidatos a vereadores estavam realizando ações de “tapar buracos” e “pintar o meio-fio” de algumas ruas próximas da escola, o que foi bastante ilustrativo para tratar do conceito de clientelismo com a turma. Cheguei a pensar em sugerir que os estudantes entrevistassem alguns desses candidatos, no entanto, refleti melhor e não achei uma boa ideia, apesar de ser uma ação comum e de certo modo, benéfica para ambos, pois os alunos poderiam conversar com um candidato, já de posse do conhecimento sobre as atribuições de um vereador, como também os candidatos ao cargo teriam a oportunidade de divulgar suas propostas. No entanto, as campanhas para as eleições municipais do ano passado foram bastante violentas no município de Nova Iguaçu, em menos de um mês, dois candidatos ao cargo de vereador foram assassinados no município. Estes assassinatos se somam à informação veiculada no portal de notícias da Agência Brasil, em outubro de 2020, de que a milícia e o tráfico de drogas influenciam eleições em 14 municípios do Rio de Janeiro, e o município de Nova Iguaçu foi o que recebeu o maior número de denúncias. Por esses motivos resolvi não intermediar o contato dos candidatos com os estudantes.

Essa experiência mostra como é importante levar em consideração as características do território em que se está trabalhando, portanto é preciso estar atento a essas situações que podem gerar algum tipo de risco a sua integridade física e dos seus alunos. Nesses casos, apenas o fato de abordar temáticas políticas durante as aulas, como já foi dito, pode parecer trivial, mas não é, foi importante, pois ficou bastante claro que houve um início de uma formação política, mesmo que mínima, que foi construída com esses alunos, e isso tem um peso importantíssimo para as suas atuações políticas como cidadãos. E essas situações, que representam ataques gravíssimos contra a democracia, só fazem reafirmar a necessidade de que a política seja trabalhada já na escola, afinal, assegurando a formação política dos estudantes do presente, asseguraremos também, uma democracia mais forte para o futuro.

Outra experiência interessante que vale a pena ser registrada, se refere a uma atividade com uma turma do oitavo ano do Ensino Fundamental II, realizado no ano passado, de maneira remota (**Quadro 2**).

Quadro 2 – Etapas da atividade de educação política com alunos do oitavo ano.

Etapas da atividade
<ul style="list-style-type: none"> • Sondagem acerca do que os alunos pensam sobre política. • Assistir vídeos sobre o sistema político brasileiro e as funções de prefeitos e vereadores. • Leitura e análise sobre as competências dos entes federativos: <i>Federal, Estadual e Municipal</i>. • Atividade 1: Pesquisar quem é o chefe do Poder Executivo do município de Nova Iguaçu, pesquisar quantos representantes existem no Poder Legislativo do município e citar pelo menos uma das votações previstas (Projetos de Lei). • Atividade 2: Responder a cinco perguntas sobre as competências do prefeito e de vereadores. • Atividade 3: Entrevistar duas pessoas, tendo a política e a funções de vereadores e prefeitos como tema. • Atividade 4: Produzir um vídeo de até 30 segundos, simulando a candidatura para a Prefeitura ou Câmara de vereadores do município de Nova Iguaçu. • Atividade 5: Participação de uma eleição simulada entre os alunos da turma.

A atividade tinha como intuito introduzir a política como um conhecimento aos alunos, a partir da abordagem sobre as atribuições de representante do Legislativo e Executivos municipais

Quando eu os comuniquei que iríamos ter aula sobre política, a reação de alguns alunos seguiu a linha do descrédito e desimportância: “Ah! Política não professor. É muito chato;” As clássicas também apareceram: “só tem ladrão professor”; “para que política? Não adianta nada mesmo.”

Inicialmente pedi que definissem política em poucas palavras. Seguem algumas definições:

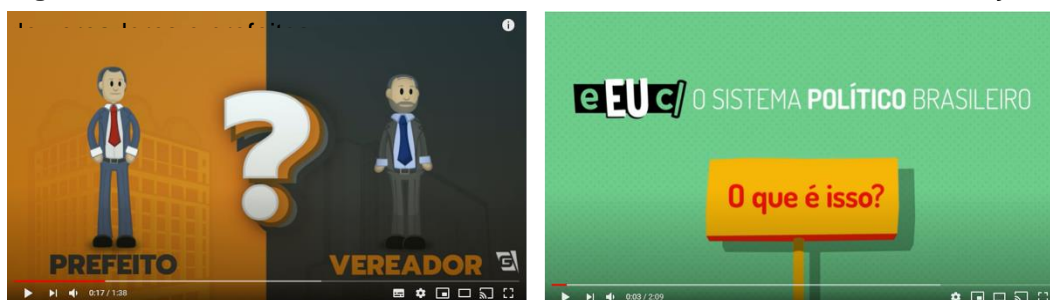
- “Consenso entre pessoas;”
- “Envolve pessoas que realmente querem ajudar;”
- “Pessoas que querem cuidar ou ajudar alguma coisa em específico, mas existem pessoas que se aproveitam desse poder e desse dinheiro e acabam fazendo coisas que na maioria das vezes não deveriam;”

- “Corrupção;”
- “É uma questão que basicamente tem o lado bom e o lado ruim, os que se preocupam e os que não;”
- “É algo importante para manter a humanidade em ordem, embora tenha seus lados ruins, ainda sim sem ela tudo seria sem ordem na sociedade em relação ao trabalho, comércio etc.;”
- “É algo que vai de país para país, existem questões governamentais, corrupção, entre outros. Na minha opinião os políticos poderiam ter reuniões para conversar sobre educação, investimento em saúde etc.;”
- “Tudo que se refere a eleições;”
- “Uma coisa boa e ruim ao mesmo tempo. Então é muito relativo falar que política ‘incrível ou péssima.”

A partir de uma rápida análise das respostas, é possível constatar que a política em si é benéfica, o que define se ela é boa ou ruim, é o uso que dela fazem. Em uma das respostas, a aluna sugeriu que os políticos tivessem reuniões com a população para deliberar sobre temas de interesses coletivos, ou seja, mecanismo de participação, já contemplados na Constituição, desconhecidos de muitas pessoas, o que aumenta a necessidade de que tais mecanismos participativos sejam popularizados.

Em um segundo momento, assistimos a dois vídeos educativos sobre o sistema político brasileiro e sobre as competências de vereadores e prefeitos (Figura 1).

Figura 1 – Vídeos educativos sobre o Sistema Político Brasileiro e sobre as atribuições



Fonte: página da TV Gazeta no Youtube e canal “E eu com isso” também no Youtube.

Ainda como parte da mesma etapa da atividade, fizemos a leitura e análise de algumas das principais competências dos entes federativos: federal, estadual e municipal: saúde, educação e segurança. Não abordamos as competências concorrentes, pois complicaria mais o entendimento dos estudantes.

A etapa seguinte da atividade consistiu em uma pesquisa que os alunos, individualmente, tiveram que fazer, acerca dos seguintes itens:

- Quem é o chefe do Poder Executivo do município de Nova Iguaçu;
- Quantos representantes existem no Poder Legislativo do município de Nova Iguaçu e citar pelo menos uma das votações previstas (Projetos de Lei);

Essa etapa foi bastante interessante, pois os estudantes puderam ter contato pela primeira vez com as páginas virtuais do Poder Legislativo e do Poder Executivo do município em que residem.

Alguns nem ao menos sabiam o nome do prefeito. Quando tiveram que pesquisar as votações previstas na Câmara de vereadores, chamou à atenção de alguns, o fato de vários projetos propostos por vereadores, se restringirem a determinar o dia de alguma categoria. Havia um Projeto de Lei para criar o dia da manicure, outro Projeto de Lei para criar o Dia do Trabalhador civil e outro para criar o dia do capoeirista.

Havia outros projetos mais relevantes para o município, no entanto, pelo menos a metade da pauta prevista para aquela semana, girava em torno desses temas. A falta de relevância desses temas para a transformação da vida dos cidadãos e cidadãs que residem no Nova Iguaçu, acabou sendo detectada pelos próprios estudantes.

Na outra etapa da atividade os estudantes tiveram que responder algumas perguntas para que fosse detectado se as competências dos poderes Legislativo e Executivo foram aprendidas por eles. Seguem alguns exemplos das perguntas: a rua da casa da Joana está sem asfalto. Quem ela deve cobrar? Um candidato a vereador prometeu em sua campanha

que construiria uma universidade se fosse eleito. A promessa pode ser cumprida? Por quê?

Todas as etapas da atividade, até esse momento, foram realizadas durante os três tempos de aula, em caráter virtual. As próximas etapas ficaram como atividade para casa. Em relação à atividade três, que consistiu das entrevistas, as perguntas a serem feitas foram determinadas previamente (**Quadro 3**).

Quadro 3 – Perguntas a serem feitas nas entrevistas de parentes e ou amigos.

NOME E TURMA:				
EXEMPLO	QUAL A SUA OPINIÃO SOBRE POLÍTICA?	QUAIS OS PRINCIPAIS PROBLEMAS ENFRENTADOS NO MUNICÍPIO?	QUEM É RESPONSÁVEL POR RESOLVER OS PROBLEMAS INDICADOS?	QUAIS AÇÕES ESPERAR DO FUTURO PREFEITO E VEREADORES?
1º ENTREVISTADO		Transporte; Limpeza das ruas;	Transporte – Prefeito. Limpeza das ruas - prefeito	Prefeitos – Maior atuação na segurança, educação etc. Vereadores – propor leis para
2º ENTREVISTADO				

Na pergunta sobre a opinião sobre política, foi possível detectar a descrença e ao mesmo tempo o reconhecimento da importância do tema. Seguem trechos de algumas respostas: “a política infelizmente não tem jeito;” “roubam o dinheiro do povo e simplesmente esquecem de fazer o certo e cuidar da população;” “quando falam sobre política comigo, minha primeira reação é fugir;” “um mal necessário;” “só tem corrupto.” Estas respostas vão ao encontro das pesquisas que indicam o desinteresse das pessoas pela política.

Ao mesmo tempo que o descrédito em relação à política apareceu nas respostas, a sua importância também foi possível de ser detectada: “a política tem o intuito de deixar as coisas o mais confortável possível para a população;” “a política move todas as áreas em nossas vidas;” “é a chave para a garantia de direitos;” “a política deveria ser o ponto chave para que um país possa evoluir”. Estas respostas indicam que, ao mesmo tempo que a política é malvista, há o reconhecimento de que ela é essencial para a sociedade.

Isso mostra como há um enorme espaço para que a política seja trabalhada na escola e aumenta a responsabilidade, pois é preciso fazer com que as pessoas não caiam no pior panorama possível, que é o descrédito total na política. Esse pode

ser considerado um primeiro passo para a deterioração completa de uma democracia.

Na última etapa os estudantes tiveram que criar um vídeo simulando uma propaganda eleitoral para os cargos de prefeito ou vereador (**Figura 2**), pois utilizaríamos na próxima aula, para uma eleição simulada entre os alunos da turma.

Figura 2 – Vídeos simulando propagandas eleitorais para os cargos de prefeito e vereadores.



Foi definido previamente quais seriam os candidatos à Prefeitura e à Câmara de vereadores, para que os estudantes fizessem os vídeos já baseados no cargo correto que estariam concorrendo. A criação dos vídeos, além do caráter lúdico para mobilizar os estudantes, serviu também para verificar se as propostas estavam de

acordo com as suas candidaturas, ou seja, se as competências do Executivo e Legislativo municipal foram compreendidas por eles e se apareceriam em suas propostas. Na grande maioria dos vídeos, foi possível verificar que, de fato, tais competências foram apreendidas.

A votação ocorreu na aula seguinte, lembrando que tudo de forma remota. Os vídeos foram exibidos durante a aula e após a exibição, demos início à votação. Cada aluno votou para prefeito e vereador. Definimos que teríamos, obviamente uma vaga para Prefeitura e duas para a Câmara de vereadores. Os estudantes foram enviando os votos para meus *whats app* e ao término da votação fiz o anúncio dos vencedores da eleição simulada.

Foi uma atividade extremamente interessante, primeiro porque os estudantes surpreenderam pela maneira que compraram e se dedicaram à atividade. Em princípio eu imaginei que fossem fazer vídeos simples, no entanto, fui surpreendido positivamente pela qualidade dos vídeos. Alguns se caracterizam, fizeram ótimas edições, pesquisaram dados sobre Nova Iguaçu, em suma, criaram vídeos de qualidade superior a algumas propagandas eleitorais reais, seja pela qualidade da edição dos vídeos ou pela correspondência das propostas em relação aos cargos pleiteados.

Após o término da atividade de eleição simulada fizemos uma rápida discussão sobre o que os estudantes acharam e o principal ponto em comum foi a quebra do preconceito sobre política e a apreensão de sua importância para a vida das pessoas.

Consideramos, portanto, o objetivo da atividade, que era contribuir para a formação política dos estudantes, tentando fazer com que a lente preconceituosa com a qual os estudantes olhavam para política, fosse trocada por uma que pudesse ver a política como algo essencial para a melhoria das condições de vida das pessoas e que o conhecimento sobre os tramites institucionais da política é acessível e importante, cumprido.

Outra atividade na qual participei como estagiário bolsista do PIBID, que também contribuiu para a elaboração da atividade anterior, se refere ao projeto intitulado “Vota 16”. O projeto foi realizado durante o ano eleitoral de 2014, e aproveitando-se que o tema eleitoral estava em destaque, abordamos a questão da representação e participação política com todas as séries do Ensino Fundamental II na escola da Prefeitura do Rio de Janeiro, aonde os integrantes do PIBID Geografia

da PUC-Rio atuavam. O projeto abarcou as seguintes atividades: organização de materiais sobre participação política e escalas de poder no país; elaboração de mapas eleitorais; análise de materiais de propagandas eleitorais de alguns candidatos; e uma eleição simulada entre os estudantes. Foi experiência excepcional para os estagiários, pois verificou-se que era possível planejar e aplicar atividades capazes de construir conhecimento em escolas públicas, mas mais importante, foi a maneira com que os estudantes receberam e se dedicaram ao projeto. Inicialmente não gostaram da ideia, mas a medida as atividades do projeto foram acontecendo, houve uma aderência de boa parte corpo discente, culminando num dos que mais impactaram a escola.

Esta parte da pesquisa, como foi abordado anteriormente, dedicamos para relatar algumas experiências de trabalhos com política em sala de aula, para mostrar que é possível, dependendo da maneira que seja trabalhada, fazer com que os estudantes a vejam de uma maneira mais significativa e acessível. E que a política é sim, importante, pois aquele que a conhece, aquela que sabe manejá-la de maneira eficaz, dentro das normas democráticas, pode, sem nenhum *clichê* mudar o mundo. Em outras palavras, a política contribui para a construção de um conhecimento geográfico que dota o estudante de poder para transformar o espaço. Este tema será aprofundado no próximo capítulo.

4

A política como um Conceito Liminar na Construção de um Conhecimento Geográfico Poderoso

Antes de explicar o motivo de defendermos que a política é um conceito liminar, é necessário, obviamente, esclarecer o que vem a ser este conceito. O termo, que em inglês é encontrado como “*threshold concept*” foi introduzido, de acordo com Cachinho (2019), por Jan Meyer e Ray Land, a partir de investigações no projeto “*Enhancing Teaching and Learning Environments in Undergraduates Courses*” (ETL), no qual se busca reconhecer os elementos que contribuem para o desenvolvimento de ambientes de aprendizagem em distintos contextos disciplinares.

Meyer & Land consideram os conceitos liminares, como:

Um portal que se abre a uma nova maneira, anteriormente inacessível de pensar algo. Representa uma maneira transformada de entender, interpretar ou ver algo, sem o qual o aluno não consegue prosseguir. Como consequência da compreensão de um conceito liminar, pode haver a transformação do ponto de vista sobre um assunto, do panorama sobre uma temática ou mesmo a visão de mundo (MEYER & LAND, 2003, p.1).¹²

Embora Jan Meyer e Ray Land tenham introduzido tal conceito pensando no ambiente do Ensino Superior, a sua definição e a estrutura de seus atributos podem ser adaptadas ao ambiente do Ensino Básico. Dizemos isto, pois alguns dos atributos do quadro abaixo vão ao encontro do que entendemos como relevantes para a política no ensino da geografia escolar, tais como: transformação, incomodidade, irreversibilidade, integração e liminaridade.

Os atributos mais utilizados na compressão dos conceitos liminares são (Quadro 4):

¹² “A threshold concept can be considered as akin to a portal, opening up a new and previously inaccessible way of thinking about something. It represents a transformed way of understanding, or interpreting, or viewing something without which the learner cannot progress. As a consequence of comprehending a threshold concept there may thus be a transformed internal view of subject matter, subject landscape, or even world view.”

Quadro 4 – Estrutura dos atributos dos conceitos liminares

Transformação	Um conceito liminar é fundamentalmente transformador. Dominando o conceito, o estudante passa a pensar como um profissional, não apenas como um aluno. Compreender um conceito liminar envolve uma mudança ontológica e conceitual.
Incomodidade	São incômodos para os estudantes. Requerem quase sempre a aquisição de conhecimento problemático.
Irreversibilidade	São conceitos difíceis de desaprender ou de caírem no esquecimento.
Integração	Uma vez aprendidos, são capazes de relacionar diversos aspectos da matéria, que antes não pareciam estar relacionados. Integra diferentes conceitos/conhecimentos.
Delimitação	Tem um espaço conceitual circunscrito, fronteiras bem definidas. Servem a propósitos específicos e limitados.
Discursivo	Todas as disciplinas têm conceitos liminares distintos. Os discursos dos geógrafos, dos economistas, dos biólogos, dos historiadores etc.
Reconstituição	Envolve uma mudança na subjetividade do estudante. Ocorre a integração de novos conhecimentos. Requer uma reconfiguração do quadro conceitual do estudante. Desapego de posturas conceituais anteriores.
Liminaridade	A internalização de um conceito liminar compara-se a um “ritual de passagem,” dentro e além de um espaço liminar ou de transição.

Fonte: Cousin (2010) *apud* Cachinho (2019); Flanagan, (2012); Baillie, et al, (2013).

Sob este prisma, consideraremos, em nossa pesquisa, a política como um conceito liminar. Ela pode ser transformadora, na medida em que compreendê-la, por parte do estudante, pode significar uma mudança acerca do próprio entendimento sobre o que de fato ela venha a ser, que geralmente é vista de maneira preconceituosa. Isto acontecendo, pode fazer com que a bagagem de conhecimento e poder embutidas na política seja aproveitada pelo estudante para atuar de maneira mais assertiva nas transformações espaciais que se queira fazer. O estudante passa, portanto, a viver para a política. E quem vive para a política, de acordo com Weber:

A transforma, no sentido mais profundo do termo, em “fim de sua vida,” seja porque encontra a forma de gozo na simples posse do poder, seja porque o exercício dessa atividade lhe permite achar equilíbrio interno e exprimir valor pessoal, colocando-se a serviço de uma “causa” que dá significação a sua vida (WEBER, 2011, n.p).

Tem-se, portanto, uma via de mão dupla. A política ganha espaço e importância no contexto escolar, como também passa a empoderar o estudante.

A política também pode incomodar o estudante. Tal incômodo se dá porque o tira da zona de conforto, da posição passiva na sala de aula, em que o estudante apenas recebe as informações passadas pelo professor, sem ter espaço para reflexão, para contestação e utiliza essas informações para resolver exercícios em atividades pré-estabelecidas. É uma situação confortável para o estudante e para o professor também, no entanto, fica mais difícil a geração de conhecimento, seja ele um conhecimento político ou qualquer outro. Sendo, portanto, pouco frutífera para a formação de cidadãos politicamente atuantes.

A política pode se tornar irreversível para o aluno, ou seja, marcá-lo profundamente, ao ponto de que ele não se esqueça. Mas para que isso aconteça, é necessário que ela seja trabalhada de maneira que as paixões políticas do professor fiquem em segundo plano, afinal a relação político-partidária, embora seja importante e deva integrar um projeto de educação política escolar, tal relação não deve ser o cerne da política como um conhecimento escolar e sim a política como um todo.

É necessário também que ela seja abordada de um jeito que o estudante se sinta partícipe do processo educativo e que o conteúdo da política rebata na realidade espacial dele, educando-se, portanto, para uma cidadania que preze pela ação.

Por fim, a liminaridade, que é extremamente relevante para a educação política escolar. Diante do grande preconceito que a política tem perante a sociedade, pois ela está diretamente associada às ações de alguns “políticos profissionais,” que são mal vistos especialmente no Brasil, pela má gestão da coisa pública, sob diversos aspectos, e mais ainda por conta dos casos de corrupção com os quais possam estar envolvidos, fazendo com que o estudante seja descrente quanto às possibilidades de mudança. Afinal, de maneira totalmente simplista, acaba-se por considerar que todo representante político é corrupto. Generalização esta que definitivamente não é verdade, pois acaba-se cometendo injustiças contra aqueles que desempenham de maneira lícita o seu papel como representante eleito. Além disso, é necessário sempre ressaltar que toda e qualquer demonização da política, como também de todos os representantes políticos, não é um caminho

profícuo, ao contrário, pois se assim agirmos, acabamos por tornar todo e qualquer conhecimento acerca dos tramites da política nacional irrelevante, afinal sempre estar-se-ia sujeito a uma aura permanente de corrupção entre os representantes políticos. Dito em outras palavras, para que tornar o conhecimento político acessível aos estudantes do Ensino Básico, se todo e qualquer político eleito, é, inicialmente um corrupto?

Portanto, do conceito de política pode ser extraído o seu poder liminar, caso o professor consiga fazer com que o estudante primeiramente quebre seus preconceitos e descrenças sobre o tema, enxergando que a política em si, não é a vilã, e sim os que dela fazem mal uso. E por isso, mais do que nunca, precisamos estar preparados, exatamente para não sermos injustos e saber separar o joio do trigo. Mas para isso, não há outro caminho, que não seja o do conhecimento político, ou seja, o da formação política das pessoas, começando já durante o ensino escolar. E posteriormente fazendo com que o estudante reconheça a importância da participação política para a melhoria das condições de vida, seja na sua rua, no seu bairro, no seu município, no seu país, no mundo, ou seja, que ele perceba as possibilidades de ação política em diferentes escalas e o seu benefício para si e para a sociedade como um todo. E que a educação política, de fato, o empodera, transformando-o em um agente com poder para transformar o espaço.

4.1.

A relevância do conhecimento poderoso para a formação do estudante

O mundo está em constante mudança. As sociedades mudam, as pessoas mudam, a política muda, as ciências mudam, as práticas sociais mudam, a natureza muda, as demandas das sociedades mudam, em suma, a mudança faz parte da história social e natural deste planeta. Já dizia o filósofo pré-socrático Heráclito de Éfeso, “tudo flui, nada permanece” (CAPELLE, 1981 *Apud* MARTINS, 2007). Posto isto, a instituição escolar, pelo menos em tese, também estaria suscetível às mudanças, no entanto, não é o que parece.

Comparando a minha experiência como aluno do Ensino Básico de 25 anos atrás com a minha experiência como docente hoje em dia, posso dizer que, sob

diversos aspectos, em pouco ou quase nada, a instituição escolar e suas práticas apresentaram mudanças.

Lá se vão quase três décadas, nas quais houve mudanças significativas nas sociedades, que estão cada vez mais urbanizadas, cada vez mais informatizadas e mais conectadas. É inegável, portanto, e até certo ponto notório, que o mundo não é o mesmo de 25 anos atrás, como também as pessoas que nele vivem não são. Entretanto, algumas práticas que integram a instituição escolar permanecem as mesmas. Praticamente os mesmos conteúdos, as mesmas formas de ensinar, os mesmos livros didáticos, as mesmas dinâmicas nas quais os professores têm o papel de professor e os alunos de receberem os conteúdos para que possam obter boas notas a partir das mesmas avaliações, em síntese, a escola, de fato, pouco mudou e isto inclui, obviamente, o ensino de geografia.

Há, de acordo com Azevedo & Morais (2014), uma incompatibilidade entre os temas que são trabalhados no ambiente escolar e uma nova agenda da Geografia. Ainda de acordo com os autores acima, os alunos demandam por temas mais atuais. E eles trazem como contribuição para tentar atender às demandas dos alunos, quatro propostas de temas pertinentes e atuais que merecem ser trabalhados na escola e que já foram referidos nesta pesquisa: expressões religiosas, patrimônio, gênero; e política.

Toda e qualquer iniciativa que vise contribuir com a revitalização do ensino escolar são bem-vindas e devem ser celebradas, contribuindo assim, com a necessária mudança das práticas escolares, tornando-as mais sintonizadas com o mundo atual.

O ensino escolar precisa focar menos nos conteúdos e mais nos conhecimentos. Com isso, não queremos dizer que deva haver menos conteúdos na escola. A questão principal é fazer com que os conteúdos escolares se transformem em conhecimentos, a partir de ações pedagógicas que tornem o estudante um agente importante na relação ensino-aprendizagem. Além disso, que o conhecimento construído nessa relação possa ser poderoso, na medida em que, aquele que o acesse, dote-se de um poder capaz de aprimorar a sua visão de mundo, fomentando a sua participação assertiva nas transformações espaciais. Ao contrário da absorção de um conteúdo, mesmo que interessantíssimo, mas que não encontre rebatimento na realidade do estudante, e ele venha a esquecê-lo rapidamente por falta de uso.

Por isso defendemos que o “conhecimento poderoso” é relevante para a formação do estudante. A seguir abordaremos mais detidamente o que venha a ser esse conceito e porque ele recebe esse adjetivo de poderoso.

O conceito chamado de “conhecimento poderoso”, foi lançado pelo sociólogo inglês Michael Young, inserido nas discussões sobre a sociologia da educação e o desenvolvimento curricular no contexto britânico.

De acordo com Young o conhecimento poderoso:

Se refere ao que o conhecimento pode fazer ou que poder intelectual ele dá a quem o acessa. O conhecimento poderoso fornece explicações mais confiáveis e novas formas de pensar sobre o mundo e pode fornecer aos alunos subsídio argumentativos para o engajamento nos debates políticos e morais (YOUNG 2008 apud MAUDE, 2017, p.14).

Primeiramente o conhecimento poderoso foi elaborado sob a ótica das relações de poder imbricadas na elaboração curricular (GALIAN & LOUZANO, 2014). A partir desta abordagem, Michael Young entendia que o currículo escolar é, inicialmente uma construção social, e que pode ser usado como um instrumento para manter o *status quo* das relações de poder existentes na sociedade.

É uma abordagem importante, pois pode suscitar reflexões sobre o próprio papel da escola para a sociedade, como também para a dessimetria de forças na elaboração curricular, que acarreta a construção e concretização de identidades, muitas vezes de maneira bastante enviesadas acerca de alguns grupos. Rapidamente podemos citar: a construção identitária do índio como preguiçoso; e do negro como vadio. Tais construções, quase sempre a partir de grupos com maior poder de influência na sociedade, em especial nas construções curriculares, acabam por encobrir e até recriar a identidade de outros grupos com menor poder, gerando preconceitos e intolerâncias.

Embora esta discussão não seja o intuito deste trabalho, reitero que é uma abordagem importante, uma vez que os currículos, de acordo com Costa (2003, p.38), são “territórios de produção, circulação e consolidação de significados”, que constroem visões de mundo, que, dependendo de como foram forjadas, podem ser prejudiciais à democracia.

Apesar da inegável relevância dessa abordagem, que destaca o poder na construção curricular, Michael Young muda o foco de suas pesquisas, para a capacidade de o conhecimento gerar poder naquele que o acessa. É exatamente esta abordagem que mais nos interessa, que no caso específico da presente pesquisa, é investigar o potencial de o conhecimento sobre política, em especial nas aulas de geografia escolar, gerar poder no estudante.

O conhecimento poderoso parte do pressuposto de que os formuladores dos currículos devem se preocupar se os estudantes estão tendo acesso a um tipo de conhecimento que lhes seja útil, de maneira que os empoderem (GALIAN & LOUZANO, 2014). Além disso, devem ser conhecimentos que os estudantes não têm acesso em casa ou no trabalho, isto é, que possam ir além de suas próprias experiências (YOUNG 2008 *Apud* CACHINHO, 2019). Portanto, o foco principal do conhecimento poderoso, não está em quais conteúdos devem integrar os currículos, além de não se fixarem unicamente nos conhecimentos prévios do estudante, mas sim, na relevância dos conhecimentos adquiridos por ele na escola, de maneira que sua visão e entendimento acerca das questões da sociedade sejam ampliadas.

4.2.

O conhecimento poderoso visto sob à ótica geográfica

O interesse de geógrafos pelo conhecimento poderoso não é novidade, pelo menos não no universo das publicações no idioma inglês. De acordo com Maude (2017), há vários artigos e capítulos de livros escritos por geógrafos a partir de 2011, abordando questões relacionadas ao tema, de cunho filosóficas, epistemológicas e pedagógicas, no entanto, ainda de acordo com Maude, pesquisas que relacionam diretamente o conhecimento poderoso ao conhecimento geográfico ainda são escassas, ficando a cargo do geógrafo britânico David Lambert, além do próprio Maude, as poucas publicações que buscam dar uma abordagem geográfica ao conceito.

Já na língua portuguesa, pelo menos até o momento da redação desta parte da pesquisa, o geógrafo encarregado de trazer o tema para o ambiente lusófono, foi Herculano Cachinho, professor da Universidade de Lisboa. De acordo com Young 2010 *apud* Cachinho 2019, o conhecimento poderoso tem os seguintes atributos:

Quadro 5 – Atributos do Conhecimento Poderoso.

Fornecer explicações e modos de pensar fiáveis, e em sentido amplo, testáveis;
Constitui a base para a formulação de alternativas realistas;
Permite àqueles que o possuem verem além de sua experiência cotidiana;
É conceitual e baseia-se em evidências e na experiência;
Está sempre aberto a desafios;
Adquire-se em instituições de ensino especializadas, mediante equipes de peritos;
Organiza-se em domínios com limites que não são arbitrários, associados a comunidades de especialistas, como associações científicas e profissionais;
Geralmente tem uma natureza disciplinar.

Fonte: Young (2010) *apud* Cachinho (2019).

Estes atributos, a princípio, podem parecer bastante genéricos, não contribuindo para um entendimento mais amplo sobre o conhecimento poderoso. No entanto, Cachinho (2019), compartilha sua reflexão sobre tais atributos, destacando: o seu caráter disciplinar, a sua robustez e sua credibilidade, salientando a necessidade de se refletir sobre quais conhecimentos geográficos são capazes de enquadrar-se nesses atributos; Ele também chama a atenção para a capacidade transformadora que o conhecimento poderoso fornece àqueles que o acessam, como também a competência de empoderar as pessoas, que é o elemento principal do conceito.

Maude (2016, p.72) contribui para as discussões, a partir do seu próprio entendimento sobre o conhecimento poderoso de Young, quando ele diz que o conhecimento pode ser considerado poderoso, se habilitar os jovens estudantes a:

- descobrirem novos modos de pensamento;
- melhor explicar e entender os mundos natural e social;
- pensar sobre futuros alternativos e o que eles podem fazer para influenciá-los;
- obter algum poder sobre o seu próprio conhecimento;
- ter a capacidade de envolver-se nos debates significativos atuais;
- irem além dos limites de suas experiências pessoais.

Maude vai além e identifica cinco gêneros de conhecimento poderoso dentro da Geografia:

- conhecimento que provê os estudantes com novas maneiras de pensar sobre o mundo;
- conhecimento que fornece aos estudantes poderosas formas de analisar, explicar e entender o mundo;
- conhecimento que dá aos estudantes algum poder sobre seu próprio conhecimento;
- conhecimento que habilita os estudantes para a participação em debates na escala local, nacional e global;
- conhecimento do mundo.

As contribuições de Maude, a partir de Young, são essenciais, na medida em que indicam um Norte para apreendermos as possibilidades de incorporação do conhecimento poderoso aos conhecimentos geográficos e os benefícios que os estudantes podem ter, acessando a relação (conhecimento poderoso – conhecimento geográfico).

A identificação dos gêneros de conhecimento poderoso é um importante primeiro passo. A partir disso, é necessário refletir, mais especificamente sobre quais temas geográficos, passíveis de serem trabalhados na escola, têm potencial de serem poderosos, contribuindo para a formação cidadã do estudante. E há um leque diverso, de temas geográficos com potencial para serem poderosos para os estudantes, desde que trabalhados de maneira que visem a construção de conhecimentos.

Além dos temas já referidos, nos quais a política também está inserida, podemos citar alguns mais, com grande potencial para a construção de conhecimento poderoso: crise hídrica; cidades acessíveis para Pessoas Com Deficiências (PCDs); tratamento e coleta de esgoto; resíduos sólidos; mobilidade urbana; movimentos sociais; impactos ambientais rurais e urbanos; relação entre urbano e rural etc. São temas que, dependendo da maneira como são abordados, dependendo também da proposta pedagógica empregada, têm total possibilidades de se tornarem conhecimentos poderosos que podem ser utilizados pelos estudantes

para leituras espaciais relevantes, preparando-os para intervenções no espaço em prol de transformações que visem o bem comum.

Apesar de já ter sido abordado diversas vezes ao longo deste trabalho, a seguir nos debruçaremos mais detidamente sobre o porquê do conhecimento sobre política, pode ser considerado um conhecimento poderoso.

4.3.

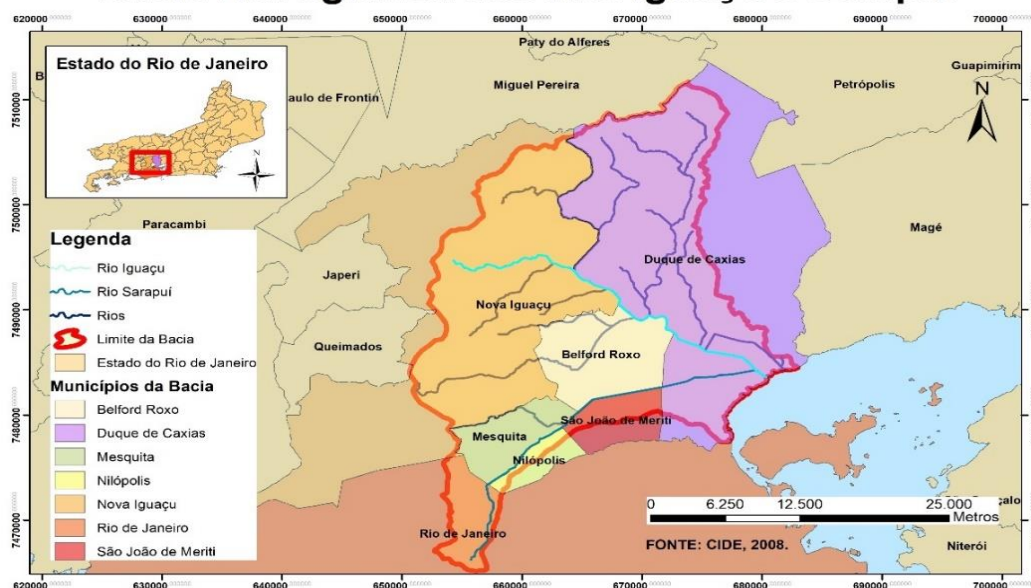
Por que o conhecimento sobre política pode ser considerado um conhecimento poderoso?

Para responder à pergunta acima, recorreremos aos atributos do conhecimento poderoso referidos no quadro 5 e analisaremos cada um, à luz do conhecimento político, como também suas possibilidades de inserção no ensino escolar.

Primeiro atributo: fornece explicações e modos de pensar fiáveis, e em sentido amplo, testáveis. Este atributo se relaciona com o conhecimento político, a partir do entendimento de que as explicações para alguns fenômenos espaciais podem ser obtidas através da política. Para ilustrar esta afirmação, podemos citar o tratamento de esgoto em regiões metropolitanas. Se tomarmos uma bacia hidrográfica da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Figura 3), podemos compreender melhor as questões políticas que envolvem a temática.

Mapa 1 – Mapa de localização da bacia hidrográfica dos rios Iguaçu e Sarapuí.

Bacia Hidrográfica dos rios Iguaçu e Sarapuí



Fonte: CIDE, 2008. Mapa elaborado pelo autor (2018).

De acordo com a Lei nº 11.445 de 2007, conhecida como Lei do Saneamento, todos os municípios devem ter um plano para atender às demandas por abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, destino correto dos resíduos sólidos e drenagem das águas pluviais. No entanto, nem todos os municípios cumprem a lei e quando cumprem, nem todos consideram os limites da bacia hidrográfica, restringindo-se aos limites municipais, o que se mostra ineficaz para o tratamento de esgoto.

Dizemos isto, pois se tomarmos a bacia hidrográfica dos rios Iguaçu e Sarapuí da figura acima, e considerarmos a hipótese de o município de Nova Iguaçu estar cumprindo a lei, tratando todo o seu esgoto, mas os municípios de Beford Roxo e Duque de Caxias que estão à jusante da bacia hidrográfica, não estiverem cumprindo, todo o esforço do município à montante estaria perdido, pois a água tratada estaria sendo novamente contaminada. Ou então, tomemos a situação inversa, Duque de Caxias e Beford Roxo tratam seus esgotos e Nova Iguaçu não, neste caso os dois municípios estariam investindo verbas de seus orçamentos para tratar também o esgoto deste terceiro município que não estaria cumprindo o seu papel.

Portanto, os Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSBs) de municípios inseridos em regiões metropolitanas, teriam maior eficácia, ou mesmo, arrisco-me a dizer, que só funcionariam, se levassem em consideração os limites das bacias hidrográficas e não somente de seus municípios isoladamente. Mas, apesar disso, por que a grande maioria dos municípios em regiões metropolitanas têm dificuldades de conceberem seus PMSBs de maneira cooperativa? Neste ponto, a política pode fornecer explicações e modos de pensar fiáveis, contribuindo para a compreensão do impasse.

Geralmente as disputas por ganhos políticos, as desavenças e possíveis diferenças político-partidárias entre os governantes dos municípios representam o cerne dos impasses. Sendo assim, embora a lógica para tratar o esgoto neste exemplo, seja o trabalho cooperado horizontalmente entre os entes municipais, em muitos casos, outras lógicas operam.

Esse é apenas um exemplo de como o conhecimento político pode contribuir para explicar um fenômeno e, pode perfeitamente constar, em aulas que tenham as questões ambientais urbanas como temática. A partir de um tema, estaríamos contribuindo com a apreensão da complexidade sobre o tratamento de esgoto, tão

caro à sociedade, como também abordaríamos competências federativas, contribuindo também para a formação política dos estudantes.

Segundo atributo: constitui a base para a formulação de alternativas realistas. Para este atributo, podemos retomar a passagem neste trabalho, onde abordamos a indignação dos alunos com a inconstância dos transportes públicos, alagamentos, ruas esburacadas, violência etc. Para formular uma alternativa realista para a resolução destes problemas, minimamente é necessário saber quais entes estão legalmente encarregados de resolvê-los. Não adianta, por exemplo, para resolver as questões referentes à inconstância de uma linha de ônibus intermunicipal, cobrar unicamente o prefeito de seu município. Ou então, cobrar vacinação mais célere contra a COVID-19, quando o problema está na distribuição encarregada pelo Governo Federal. Não adianta também, cobrar melhorias da qualidade do asfalto de sua rua, do governador, ou mesmo do vereador. Como também não adianta cobrar do prefeito, melhorias na qualidade do asfalto de uma rodovia federal que corta seu município.

Esses são apenas alguns exemplos de como o conhecimento político contribuir para formular ações realistas, transformações espaciais necessárias que afetam a vida das pessoas. Os professores de geografia escolar podem contribuir com a orientação correta, inserindo aulas de competência entre entes federativos. A política novamente fornecendo conhecimento que pode dotar o estudante de poder.

Terceiro atributo: permite aqueles que o possuem, verem além de suas experiências cotidianas. Como já foi referido neste trabalho, diante do preconceito sobre a política, tão presente no senso comum e confirmado sistematicamente nas pesquisas que abordam o assunto, faz com que, de fato, ela seja malvista por muitas pessoas. Portanto, aquele que tem acesso à amplitude que a política tem, aquele que apreende a sua importância para as resoluções de problemas de toda a ordem que afetam nossas vidas, tem a possibilidade de enxergá-la sob um outro ponto de vista, mais racional, mais orientado, menos apaixonado e longe do ambiente de descrédito do nosso cotidiano. Essas pessoas acabam por ter a possibilidade de enxergar um pouco mais além de suas experiências cotidianas. Isso só reafirma a importância, de o quanto antes, resguardando as etapas cognitivas que normalmente se tem entre as séries, ter-se a política como um conhecimento a ser acessado no ambiente escolar, para que tão cedo os preconceitos quanto à política sejam quebrados.

Quarto atributo: é conceitual e baseia-se em evidências e na experiência. Quando se fala de política, conforme abordado no primeiro capítulo deste trabalho, é necessário estar atento à perigosa visão de que ela está em todo lugar, pois, de acordo com Castro (2012), acaba-se por fazer com que ela perca sua densidade. Sendo assim, a política tem base conceitual e não pode ser encarada, como algumas pessoas assim o fazem, de concebê-la como presente em toda parte, sendo comum ouvir as seguintes frases: “a política está em tudo;” “fazemos política a todo momento”. Nem sempre. Quando estamos, por exemplo, em uma determinada manifestação de rua, apenas com os nossos, reivindicando melhorias quaisquer, por mais necessárias e corretas que tais reivindicações possam parecer, se não estamos abertos às ideias contrárias, à presença daquele ou daquela ao nosso lado, que pensa sob outro ponto de vista, por mais surpreendente que possa parecer a alguns, estar-se-ia indo contra a essência da própria política, que é a convivência das ideias diferentes. Além disso, o conhecimento político, a exemplo do conhecimento poderoso, está assentado em evidências e na experiência, ou seja, não basta falar sobre a importância da política, é preciso provar, é necessário demonstrar sua aplicação em situações realistas, e mais do que tudo, que os estudantes possam experenciá-la e com isso aprender praticando.

O quinto atributo: está sempre aberto a desafios. O conhecimento político não deve se pautar unicamente, como já foi abordado ao longo do trabalho, pela teoria. Não basta o conhecimento acerca das teorias conceituais da política, é preciso fazer com que o estudante se sinta desafiado. Uma ótima oportunidade é a aprendizagem a partir de problemas. Um ou mais problemas são detectados, de preferência pelos próprios estudantes, e os mesmo é quem devem pensar soluções para tentar resolvê-los. Dessa maneira, o ensino da política nas escolas, estará sempre desafiando os estudantes.

O sexto atributo: adquire-se em instituições de ensino especializadas, mediante equipes de peritos. Apesar das críticas que possam ser feitas aos currículos escolares, à falta de estrutura em alguns casos, à desmotivação de alguns professores e professoras, aos PPPs, em suma, apesar de todos os problemas que possam ser detectados na escola, ela ainda é, sem sombra de dúvidas, a instituição especializada no ensino. Isso quer dizer que o conhecimento político sendo adquirido no ambiente escolar, vem carimbado com uma espécie de selo de reconhecimento.

Outra questão que o sexto atributo suscita, se refere a equipe de peritos. Podemos pensar no nível geral de preparo dos professores para lecionar sobre política nas escolas. Pelo menos até a redação desta parte, não obtive acesso a dados sobre disciplinas ou oficinas nas universidades, que tenham como temática o ensino de política nas escolas, seja nos cursos de Geografia ou quaisquer outros. No entanto, de acordo com Pinheiro (2015), há o predomínio da lógica bacharelesca em diversos cursos de licenciatura em Geografia no país, portanto, se até mesmo os cursos de licenciatura, em muitos casos, carecem de professores especializados em preparar novos professores de Geografia para o Ensino Básico, o que dirá, professores preparados especificamente para o ensino de política.

Dito isto, cabe ressaltar, embora, obviamente não seja exclusividade da temática política, há que se ter o preparo para ensiná-la nas escolas, principalmente porque o tema já apresenta certa rejeição, caso o contato entre o estudante e a política não se dê de maneira planejada na escola, isso pode acabar fazendo com que haja um afastamento maior e até definitivo. Portanto, é necessário se debruçar sobre o preparo dos futuros professores nas universidades, em especial de Geografia, para o ensino de política.

Sétimo atributo: organiza-se em domínios com limites que não são arbitrários, associados a comunidades de especialistas, como associações científicas e profissionais. O conhecimento político, embora esteja ligado de maneira mais direta à Ciência Política, seus limites também não são arbitrários, possibilitando que outras disciplinas trabalhem o tema.

Oitavo atributo: geralmente tem uma natureza disciplinar. O conhecimento poderoso, é, portanto, de acordo com Young (2007), um conhecimento, que na maioria das vezes, apresenta-se como disciplinar. É uma questão polêmica, pois a transdisciplinaridade tem maior espaço e aceitação nos debates sobre o ensino, o que de fato concordamos, afinal o conhecimento sendo trabalhado de maneira conjunta entre as disciplinas, tem um grande potencial, no entanto, isso não quer dizer que só se logre sucesso na construção de conhecimentos na escola, a partir da transdisciplinaridade e o conhecimento político é um bom exemplo.

É claro que um projeto de educação política em uma escola, que envolva as diversas disciplinas, é bastante interessante e promissor, porém, quase sempre, há algumas dificuldades em alguns ambientes escolares, que não permitem a implantação de projetos semelhantes. Afinal, muitos professores lecionam em

várias escolas ao mesmo tempo, um fator que dificulta. Outro fator se refere a falta de interesse de alguns professores ou mesmo das escolas, o que também gera complicações, sendo assim, não podemos esperar que tal situação seja viabilizada para que, por exemplo, a política seja trabalhada como um conhecimento junto aos estudantes, ou seja, é preciso agir, mesmo dentro dos limites de nossa disciplina. Ela não só pode perfeitamente ser trabalhada isoladamente, a partir de cada disciplina, como é desejável, diante da necessidade, dada a lacuna de conhecimento político entre a sociedade e sua importância para a democracia.

A educação política, em vista disso, tem um enorme potencial para ser considerado um conhecimento poderoso, e aquele que acessa esse poder, tem capacidade de exercer sua cidadania, de maneira muito mais assertiva, ampliando a sua leitura espacial, pois passa a considerar a política como um fator importante, e além disso, está mais apto para usar as ferramentas corretas para as intervenções espaciais. Em outras palavras, e tomando novamente alguns dos exemplos citados anteriormente, a partir do momento em que o estudante tem acesso a uma educação política de qualidade na escola, aquele problema da falta de transporte, do asfaltamento ruim, da falta de segurança pública, entre outros, ele estará mais preparado para saber a quem cobrar, saber como cobrar, saber como fiscalizar, em suma, saberá utilizar os mecanismos de participação política contidos na Constituição e quiçá aprimorá-los, além de abrir novas possibilidades. Entendemos, portanto, que o conhecimento político é um conhecimento para toda a vida e de suma importância para a consolidação das sociedades democráticas, e isto não é trivial, ao contrário, está carregado de poder.

5

Considerações finais

Nesta pesquisa trouxemos algumas reflexões sobre o potencial de a política tornar-se um conhecimento geográfico poderoso na escola. A partir do que foi pesquisado e analisado neste trabalho, chegou-se à conclusão de que ela, se trabalhada de maneira suprapartidária, abarcando os aspectos mais gerais da política e indo até o conhecimento do sistema eleitoral e político brasileiro, a partir de propostas lúdicas nas quais os estudantes se sintam partícipes do processo de construção do conhecimento e encontrando sentido e possibilidades de inserção deste conhecimento na sua realidade de vida, tem grande potencial para ganhar o adjetivo de poderoso, ou como trazido no título deste trabalho, um “conhecimento geográfico poderoso.”

A base para que a política seja considerada um conhecimento geográfico poderoso está sustentada na concepção de que, conforme referido ao longo deste trabalho, ela apresenta-se como uma das dimensões que compõem a complexidade espacial, afinal, as ações políticas se materializam em um espaço concreto, e como tal, afeta de diversas maneiras a vida das pessoas. Sendo assim, é imprescindível que a todo estudante de Geografia, seja universitário ou escolar, não seja negado o conhecimento político, que é extremamente necessário à construção de sua visão espacial, e acima de tudo, tal conhecimento é de extrema relevância para toda a sociedade, porque contribui para a formação de estudantes mais preparados para atuar politicamente. O que também contribui, por conseguinte, com o fortalecimento da democracia.

Na pesquisa ESEB – 2018 e nos resultados obtidos a partir da aplicação dos questionários, foi possível constatar que um grande desconhecimento paira sobre os brasileiros, quando o assunto é a política. E é um desconhecimento, que pode gerar preconceitos que contribuem com o afastamento e o desinteresse pelo tema, o que é um quadro preocupante.

Apesar da importância do tema, foi possível constatar que a política, pelo menos aquela defendida nesta pesquisa, não é contemplada nos programas curriculares analisados. Há autores que creditam tal ausência a intencionalidade de deixar a política de fora do ensino escolar, pois alguns representantes políticos

reconhecem o poder que o conhecimento político tem, e, portanto, não têm interesse em fomentá-lo, pois quanto mais as pessoas aprimoram sua formação política, mais elas estão em condições de fiscalizar, fazendo com que, para aqueles que querem fazer mal uso da política, tal feita não seja um bom negócio.

De fato, essa concepção é coerente e contribui para o entendimento, mas acreditamos que há outros fatores mais determinantes para a baixa inserção da política como um conhecimento a ser adquirido na escola. Um deles reside no fato de que a escola, de uma maneira geral, está ainda muito presa aos conteúdos tradicionais. Os currículos não são renovados, não são readequados às demandas das sociedades. E o foco, quase sempre está nos conteúdos, quando a nosso ver, deveria estar no conhecimento, principalmente se ele está trazendo alguma contribuição para a realidade do estudante.

Vale ressaltar que, entendemos que sempre os currículos vão estar em algum grau, atrás das fluídas e cada vez mais rápidas mudanças pelas quais as sociedades passam, sendo assim, as mudanças curriculares não acontecem num estalar de dedos. Mas, os professores, que estão todos os dias na linha de frente do processo de escolarização, a partir da identificação da necessidade de mudanças, podem, de maneira mais rápida, sem a necessidade de aguardar o surgimento de um documento orientador ou determinador, adaptarem suas aulas às demandas atuais da sociedade, no entanto, não é o que parece acontecer, na grande maioria dos casos.

Há alguns fatores que ajudam na compreensão do fato de os professores construírem conhecimentos políticos muito rasos, para não dizer inexistentes em alguns casos, com seus estudantes. O primeiro está no fato de que, diante do baixo salário na grande maioria dos casos, muitos professores acabam por lecionar em mais de um lugar ao mesmo tempo, o que acaba por gerar uma pauperização do trabalho docente (BARBOSA, 2020). Isto contribui para a escassez de tempo para refletirem sobre as suas práticas pedagógicas e para elaborarem aulas que visem a construção de conhecimentos fora da caixinha de conteúdos “normais” da disciplina que ele leciona. O segundo fator se refere a separação de funções entre o professor que leciona no Ensino Básico e o professor que leciona no Ensino Superior. Este último ficaria encarregado de pensar e elaborar propostas pedagógicas, enquanto o primeiro ficaria encarregado de executá-las, ou seja, um é pesquisador e o outro “é só professor” (frase infeliz que ouvimos algumas vezes quando dizemos a nossa profissão). Portanto, acreditamos que tal divisão é inapropriada e só contribui para

a baixa inserção de temas atuais às aulas, como também, ao preconceito contra a profissão. Um terceiro fator reside no preconceito que alguns agentes envolvidos com a escolarizam têm sobre a política. Tal preconceito é baseado na visão torta de que a política se restringe à política partidária e que a escola não deveria entrar nesta seara, pois cada um tem sua predileção política, o que geraria alguns embates, principalmente entre familiares dos estudantes e professores. Esta é uma visão equivocada que só mostra o desconhecimento sobre política, o que só faz com que aumente a necessidade de se discutir política na escola.

Por tudo isso, acreditamos que a política é basilar para toda a sociedade e que ela deve se popularizar entre os brasileiros. Deve ser popular, no sentido de que muitas pessoas tenham acesso, inclusive e ou principalmente na escola, ao ponto de que trazer este assunto à baila, seja ultrapassado.

Oxalá esta leitura não tenha sido enfadonha para você que chegou até aqui, e que ela possa ter contribuído para a reflexão sobre a importância da política como um conhecimento, que também é geográfico, e que é extremamente relevante para a sociedade e para o próprio fortalecimento do nosso recente regime democrático.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, R.E. **Pensamento, cultura e educação política no Brasil:** algumas reflexões e propostas. Cadernos Adenauer, São Paulo, a.II, n.1,p.15-30,2016.

ANDRETTA, Ana Carolina de Castro. A complexidade da Transdisciplinaridade e a emergência do powerful knowledge. Rev. Elet. **Educação Geográfica em Foco**. Ano 2019, Nº 5. Jul/2019

ARENDT, H. **O que é política?** 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

AZEVEDO, D.A. **Por uma geografia escolar verdadeiramente política.** In: AZEVEDO, D.A & MORAES, M. A. (Orgs). Ensino de Geografia: novos temas para a geografia escolar. 1ªed. Rio de Janeiro: consequência, 2014.

AZEVEDO, D. A. Resgatando e expandindo a geografia política no ensino médio. **Giramundo**, v.3. n.6 p.99 -105, 2016.

BARBOSA, G.A.S. **A mobilidade espacial docente: uma análise da precarização do trabalho.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia e Meio Ambiente da PUC do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p.196. 2020.

BENEVIDES, M.V. **Cidadania e democracia.** São Paulo: Lua nova. n.33, 1994. p.5-17

BENEVIDES, M.V. **Educação para a democracia.** São Paulo: Lua nova. n.38, 1996. p.223-237

BIGNOTTO, N. **O Brasil à procura da democracia:** da Proclamação da República ao século XXI (1889 – 2018). Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia:** uma defesa das regras do jogo. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

BOBBIO, N. Política. In: BOBBIO, N. et al. **Dicionário de política.** Brasília/São Paulo: UNB/Imprensa Oficial, 11.ed. 1998.

BRASIL 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13089.htm. Acesso em: junho de 2020.

_____. **Guia de livros didáticos:** PNLD 2016: Geografia: ensino fundamental anos iniciais. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2015.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: Ministério da Educação, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf> Acesso em julho de 2020.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular** (Segunda Versão). Ministério da Educação, Brasília, DF: MEC, 2016a. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_ver_saofinal_site.pdf. Acesso em: julho de 2020.

BROOKS, Clare, BRUTT, Graham & FARGHER, Mary (edit) **The Power of Geographical Thinking**. Springer/IGU: London, 2017.

CACHINHO. Herculano, A.P. Criar Asas: do sentido da geografia escolar na pós-modernidade. Actas do V **Congresso da Geografia Portuguesa**. Portugal: Territórios e Protagonistas, Guimarães, 2004.

_____. Desafios da formação em Geografia e na educação geográfica, conhecimento poderoso e conceitos liminares. Rev. Elet. **Educação Geográfica em Foco**. Ano.3, N°6 Especial 2° ELG, 2019.

CASTRO, Iná Elias de Castro. **Geografia e política**: território, escalas de ação e instituições. 2.ed. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 2009.

CASTRO, Iná Elias de Castro. **O espaço político**: limites e possibilidades do conceito. In: CASTRO, I.E; GOMES, P.C.C; CORRÊA, R.L (Orgs) Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço. 1.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CHOPPIN, Alain. **História dos livros e das edições didáticas**: sobre o estado da arte. Educação e pesquisa. São Paulo, v.30, n.3, p.549-566, set/dez.2004.

CLAVAL, P. **Espaço e poder**. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. **Geografia e Política**. São Paulo. Revista GEOUSP, n.5 p.79-84

CORREIA, L.F. Educar para o futuro: a sala de aula como a janela do mundo, experiências de impacto na formação inicial de professores de Geografia. **Revista Educação Geográfica em foco**, v.2, n°3, Rio de Janeiro, dez 2018.

COSSON, R. **Letramento político**: por uma pedagogia da democracia. In: Educação. In: DANTAS, H *et al* (Orgs). Educação política: reflexões e práticas democráticas, Rio de Janeiro, V.11. N°3, 2010.

COSSON, R. A perspectiva do Legislativo. Brasília, DF. Edições Câmara, 2018.

COSTA, Marisa Vorraber. **Currículo e Política Cultural**. In: COSTA, Maria Vorraber *et al.* (orgs) O currículo nos limiares do contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p.37-68

DANTAS, H; ALMEIDA, R.E. Educação política no Brasil: desafios aos 30 anos de democracia. **Conexão Política**, Teresina v.4, n., 11-18. Jan/jun, 2015.

DANTAS, H; CARUSO, V. **Politização nas escolas**: quanto os jovens compreendem essa demanda? e-legis, Brasília, n.7, p.22-33, 2011.

DANTAS, H. **O caráter essencial da educação política e o desenvolvimento da democracia no Brasil**. DANTAS, H *et al* (Orgs). Educação política: reflexões e práticas democráticas, Rio de Janeiro, V.11. N°3, 2010.

DUSSEL, Enrique. **20 teses de política**. São Paulo: Ed: expressão popular, 2007.

FABREGAT, Clemente Herrero. **La formación del profesorado em Ciencias Sociales**. Ijuí: Editora Unijuí, 2005, p.15-40

GALIAN, Cláudia Valentina Assumpção; LOUZANO, Paula Baptista Jorge. Michael Young e o campo do currículo: da ênfase no conhecimento dos poderosos à defesa do conhecimento poderoso. **Revista Educação e Pesquisa**, v.40, n°4, São Paulo, Out/Dez de 2014.

GOMES, L.R. Teoria crítica e educação política em Theodor Adorno. **Rev. HISTEDBR On-line**, Campinas, n.39, p.286-296, set, 2010.

IBOPE. ESEB – 2018 – **Estudo Eleitoral Brasileiro**. Disponível em: https://www.cesop.unicamp.br/vw/1IMr0SKlwNQ_MDA_f9f8b/TF_04622.pdf. Acesso em: junho de 2020.

JÚNIOR, J.P.M; DANTAS, H. O índice de participação da educação. **Opinião pública**, Campinas, v.X, n.2, 2004, p 268-287.

KANSO, Mustafá Ali. **Teoria da Complexidade** – o que é isso?. Hyperscience. Disponível em: <https://hyperscience.com/teoria-da-complexidade-o-que-e-isso/>. Acesso em dez/2019.

LAMBERT, L. Entrevista do Professor David Lambert. **Giramundo**, Rio de Janeiro, V.3, N.6, p 117 – 122, 2016.

LESTEGÁS, Francisco Rodriguez. Concebir la Geografía escolar desde una nueva perspectiva: una disciplina al servicio de la cultura escolar. **Boletín de la Asociación de Geógrafos españoles**, N°33, 2002, p.173-186.

MARTINS, Marcus Vinicius Silva. **O pensamento de Heráclito**: uma aproximação com o pensamento de Parmênides. Dissertação (Mestrado

em Filosofia) – Departamento de Filosofia da Universidade de Brasília. Brasília, p.105. 2007.

MARTINS Jr & DANTAS. O índice de participação e a importância da educação. **Revista opinião pública**, v.10, nº2, Campinas, out de 2004.

MAUDE, A. ***Applying the Concept of Powerful Knowledge to School Geography***. In: Brooks, C *et al* (Orgs). *The Power of Geographical Thinking*. Ed: Spring, 2017.

MEYER, R.L *Et al* (Eds). **Threshold Concepts and Transformational Learning**. Perth, Australia: Sense Publishers, 2010.

MEYER, R.L & LAND, R; **Threshold Concepts and Troublesome Knowledge**: linkages to ways of thinking and practising within the disciplines. Linkages to Ways of Thinking and Practising' in Improving Student Learning – Ten Years On. C.Rust (Ed), OCSLD, Oxford, 2003.

MILL, J.S. **Considerações sobre o governo representativo**. São Paulo: Editora Escala, 2006.

MONCLÚS, Antônio. **La educación para la paz em uma sociedade globalizada**. In MONCLÚS, Antonio; SABAN, Carmen. Educación para la paz: enfoque actual y propuestas didácticas. Barcelona (Espanha): Ediciones CEAC, 2006, p.17-44

MONTEIRO, L.A. **Retratos em movimento**: vida política, dinamismo popular e cidadania na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: Ed FGV, 2016.

MORIN, Edgar. **Os setes saberes necessários à Educação do Futuro**. 3º ed. – São Paulo: Cortez. Brasília, DF: UNESCO, 2001.

MORIN, Edgar. **Por uma reforma do pensamento**. In: PENA-VEJA, Alfredo; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. (Orgs) O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o político**. 1ªedição. Editora WWF Martins Fontes, 2015.

NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil**: clientelismo e insulamento burocrático 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Brasília, DF: ENAP, 2003.

OLIVEIRA, M.A.T & BIANCHINI, P. **Educação política no Brasil e na Itália**: duas histórias, muitos problemas comuns. **Revista História da Educação**, Porto Alegre, 2017.

ORGANIZAÇÃO TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL. **Índice de Percepção da Corrupção 2019**. Berlim, 2019.

PERDOMO, C. A construção pedagógica da democracia no espaço escolar: o pape do grêmio estudantil. **Giramundo**, v.6. n.12 p.91 -102, 2019.

PINHEIROS, A.C. **Reformas curriculares, políticas públicas e ensino de geografia**: reflexões, experiências e práticas. In: RABELO, K. S. P; BUENO, M. A (orgs). Currículo, políticas públicas e ensino de Geografia. Goiânia: Ed. Da PUC Goiás, 2015. 252 p.

PÉREZ, Francisco Florentino García. **¿Puede la enseñanza de geografia promover educación ciudadana?** In: RABELO, K. S. P; BUENO, M. A (orgs). Currículo, políticas públicas e ensino de Geografia. Goiânia: Ed. Da PUC Goiás, 2015. 252 p.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia de bolso, 2006.

RIO DE JANEIRO. **Currículo Mínimo de Geografia. Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro**. 2011a. Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 2011. Disponível em: <https://cedcrj.files.wordpress.com/2018/03/geografia.pdf>. Acesso em: julho de 2020.

RODRIGUES, R.C.A. **O poder do conhecimento geográfico no enfrentamento dos desafios na formação para a cidadania ativa no Brasil**. Didáticas Específicas, 22, p59.70, Madrid, 2020.

RODRIGUES, R.C.A. **O poder do conhecimento geográfico**: para superar o paradoxo da ciência. 14° ENPEG. Campinas, 2019.

SALOMÃO, M.R.P *et al* (orgs). **Experiências na formação de professores**: cinco anos do PIBID/PUC-Rio. Rio de Janeiro: Ed.PUC-Rio, 2017.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO. **Orientações curriculares**: Geografia. Rio de Janeiro: SME, 2020. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/10884554/4268546/GEOGRAFIA.pdf> Acesso em: julho de 2020.

SILVA, Augusto César Pinheiro *et al* (orgs). **Educação geográfica em foco**: temas e metodologias para o ensino básico. 1.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

SILVA, Lair Miguel da; SAMPAIO, Adriany de Ávila Melo. **Livros didáticos de Geografia**: uma análise sobre o que é produzido para os anos iniciais do ensino fundamental. Caminhos da geografia. Uberlândia, v.15, n.52, p.173-185, dez.2014.

SOUSA, A.C.T. *et al*. **Educação Política nas escolas**. In: Educação política: conhecer e participar. Parlamento jovem Minas. PUC MINAS. Assembleia Legislativa de Minas, Minas Gerais, 2017.

SOUZA, M.L. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 10.ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2015.

SOUZA, M.L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa Sócio-espacial**. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2015.

STRAFORINI, R. **O ensino de Geografia como prática espacial de significação**. Estudos avançados: ensino de humanidades. 32 (93), 2018. p.175-196

UNESCO. IBE: **Glossário de terminologia curricular**. Paris, 2016.

VALLADARES, M. T. R. O contexto da construção da primeira e segunda versões da Base Nacional Comum Curricular no componente curricular de Geografia. Revista **Giramundo**, v.3, 2016.

WEBER, M. **Ciência e política**: duas vocações. E-book. 18.ed. São Paulo: Cultrix, 2011

WINCKLER, S. **Igualdade e Cidadania**. Rev. Direito em debate, v.22, 2013.

YOUNG, M. (2010) **Educational policies for a knowledge society**: Reflections from a sociology of knowledge perspective. Conferência proferida no GOETE kick-off meeting, Tübingen, Disponível em <http://www.goete.eu/news/events/101-reflection-keynote-lecture-at-the-goete-kick-off-meeting-by-michael-young>. Acesso em outubro de 2021.

YOUNG, M, F. D. Para que servem as escolas? **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 101, p. 1287-1302, 2007. Disponível em:< <http://cedes.unicamp.br>>. Acesso em junho de 2020.

Sites

ALTINO, L. Números do cadastro eleitoral confirmam o desinteresse do jovem eleitorado pela política. Jornal O globo. Rio de Janeiro. 01 de agosto de 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/numeros-do-cadastro-eleitoral-confirmam-desinteresse-do-jovem-brasileiro-pela-politica-22940268>. Acesso em 25 de maio de 2020.

CARTA CAPITAL. Bolsonaro cria orçamento secreto bilionário para comprar apoio do congresso. <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-cria-orcamento-secreto-bilionario-para-comprar-apoio-no-congresso/> Acesso em 20 de maio de 2021.

PORTAL DE NOTÍCIAS DO CORREIO BRAZILIENSE.
<https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/02/4905056-anvisa-reage-a-pressao-do-congresso-para-aprovar-vacinas-contracovid.html>.
 Acesso em março de 2021.

MÜLLER, M. Como o clientelismo aparece em 2020.
<https://www.nexojornal.com.br/ensaio/debate/2020/Como-o-clientelismo-aparece-em-2020>. Acesso em: fevereiro de 2021.

POLITIZE. O que você tem a ver com política. Disponível em:
<https://www.politize.com.br/o-que-voce-tem-a-ver-com-a-politica/> Acesso em: junho de 2020

PORTAL DE NOTÍCIAS R7 BRASIL. Candidatos apelam para título de professor nas urnas <https://noticias.r7.com/brasil/candidatos-apelam-para-titulo-de-professor-nas-urnas-24092018>. Acesso em: junho de 2021.

AMADO, A. Eleições 2020: candidatos incluem patentes no nome de urna.
<https://oglobo.globo.com/epoca/guilherme-amado/eleicoes-2020candidatosincluem-patentes-no-nome-de-urna-24640161> Acesso em: junho de 2021.

PORTAL DE NOTÍCIAS G1:
<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2020/eleicao-em-numeros/noticia/2020/10/01/mais-de-87-mil-candidatos-adotam-titulos-religiosos-no-nome-de-urna.ghtml>. Acesso em: junho de 2021.

PORTAL DE NOTÍCIAS IG: <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2020-10-11/em-menos-de-15-dias-dois-candidatos-a-vereador-sao-mortos-em-nova-iguacu.html> Acesso em: junho de 2021

Anexo 1

Modelo do questionário aplicado aos estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental II e do 3º ano do Ensino Médio de escolas particulares

ALUNO(A): _____ IDADE _____ ESCOLA: _____
 () 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL 2 / () 3º ANO DO ENSINO MÉDIO

1. Quanto você acha que a política é importante na sua vida? Você diria que é:
 () Muito importante () Importante () Pouco importante () Nada importante
 Por qual motivo? _____
2. Quanto você conhece sobre política? Você classificaria como:
 () Nada () Pouco () Muito
3. Quanto você acha que a política contribui para a melhoria do seu bairro, cidade, estado e país?
 () Nada () Pouco () Muito
 Por qual motivo? _____
4. Quanto você acha importante os alunos estudarem política na escola? Você diria que é:
 () Muito importante () Importante () Pouco importante () Nada importante
 Por qual motivo? _____
5. Algum professor já trabalhou o tema da política em sala de aula?
 () Sim. Qual (is) disciplina(s)? _____ () Não
6. Esse(s) professor(es) tem o hábito de falar das suas preferências partidárias ou de representantes políticos específicos durante suas aulas?
 () Sim () Não
7. Qual(is) disciplina(s) escolar(es), na sua opinião, tem maior potencial para trabalhar a política em sala de aula? Indique no máximo três disciplinas.

 Por qual motivo? _____
8. Quanto você conhece sobre o Poder Legislativo? Você diria que:
 () Nada () Pouco () Muito
9. Quanto você conhece sobre o Poder Executivo? Você diria que:
 () Nada () Pouco () Muito
10. Quanto você conhece sobre o Poder Judiciário? Você diria que:
 () Nada () Pouco () Muito
11. Quanto você conhece sobre a função de um vereador? Você diria que:
 () Nada () Pouco () Muito
 Indique uma atribuição específica dos vereadores: _____

12. Quanto você conhece sobre a função de um deputado estadual? Você diria que:

() Nada () Pouco () Muito

Indique uma atribuição específica dos deputados estaduais:

13. Quanto você conhece sobre a função de um deputado federal? Você diria que:

() Nada () Pouco () Muito

Indique uma atribuição específica dos deputados federais:

14. Quanto você conhece sobre a função de um senador? Você diria que:

() Nada () Pouco () Muito

Indique uma atribuição específica dos senadores:

15. Quanto você conhece sobre a função do presidente do país? Você diria que:

() Nada () Pouco () Muito

Indique uma atribuição específica do presidente:

16. Quanto você conhece sobre a função do governador de estado? Você diria que:

() Nada () Pouco () Muito

Indique uma atribuição específica dos governadores:

17. Quanto você conhece sobre a função do prefeito de um município? Você diria que:

() Nada () Pouco () Muito

Indique uma atribuição específica dos prefeitos:

18. Onde você costuma ter contato com a política? Marque apenas uma opção.

() escola () Redes sociais: whats app, instagram, facebook, twitter
() Youtube () Portal de notícias on-line () Livros () Jornais e revistas
() conversa com familiares e amigos

19. Em poucas palavras você definiria política como: